



10 ANOS DA CPLP



Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa

10 ANOS DA CPLP
Comunidade dos
Países de
Língua Portuguesa



CPLP
www.cplp.org



CPLP





Pensar, comunicar, actuar em língua portuguesa

10 ANOS DA CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Num mundo globalizado...



... sempre que aconteça uma oportunidade de negócio

“Estaremos sempre com os nossos Clientes”

Corporate
Banking

Corporate
Finance

Private
Equity

International
Business
Development

Special
Projects



CPLP

Pensar, comunicar, actuar em língua portuguesa

10 ANOS DA CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



www.cplp.org



CONSTRUÍMOS PORTUGAL NO MUNDO

WWW.SOARESDACOSTA.PT



SOARES DA COSTA

A Aposta da CPLP

Secretario Executivo

Embaixador Luís de Matos Monteiro da Fonseca

CPLP - Dez Anos. Balanço e Desafios

Secretário Executivo Adjunto

Embaixador José Tadeu da Costa Sousa Soares

Cooperação entre a União Europeia e a CPLP

Presidente da Comissão Europeia

Dr. José Manuel Durão Barroso

Unidade e Diversidade

Senador José Sarney

1

I - A CPLP: o que é e o que representa para o mundo

- O Espaço Físico
- O Mar
- Populações e Demografia
- Comunicações e Transportes
- Economias e Desenvolvimento
- Política Internacional

21

II - História da Instituição

- Antecedentes e Precursores
- Fundação
- Estatutos
- Os Órgãos e o seu funcionamento
- Cronologia de dez anos de funcionamento
- Os Estados-membros
 - Angola - Emb. Assunção dos Anjos
 - Brasil - Emb. Lauro Moreira
 - Cabo Verde - Emb. Arnaldo Andrade Ramos
 - Guiné-Bissau - Emb. Constantino Lopes da Costa
 - Moçambique - Emb. Miguel Costa Mkaima
 - Portugal - Emb. Vasco Bramão Ramos
 - S. Tomé e Príncipe - Emb. Alda Alves de Melo dos Santos
 - Timor-Leste - Emb. Manuel Soares Abrantes

PARABÉNS À LUSOFONIA!

A Rádio e Televisão de Portugal dá os parabéns à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa pelo seu 10º Aniversário.



Sempre a pensar em português, a Rádio e Televisão de Portugal é um importante elo de ligação dos Portugueses no Mundo. Com uma emissão disponível 24 horas por dia, levamos a melhor informação e o entretenimento de qualidade aos países que falam português. E através da Internet, a RTP chega agora mais facilmente aos quatro cantos do Mundo a partir do site www.rtp.pt.

Promover e difundir a cultura portuguesa no Mundo.



- 81 III - Principais Eixos de Intervenção:**
- Concertação Político-diplomática
 - Defesa e Segurança
 - Cidadania e Circulação das pessoas
 - Direitos, Liberdade e Garantias
 - Cooperação para o Desenvolvimento e Solidariedade
 - Promoção e Difusão da Língua Portuguesa
 - Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa
 - Educação na CPLP
 - Instituto Internacional da Língua Portuguesa
 - ILLP – esse grande desconhecido –
Dra. Amélia Mingas, Directora Executiva do ILLP
- 113 IV - Cultura, Informação e Comunicação na CPLP**
- 123 V - Ambiente de Negócios na CPLP**
- Conselho Empresarial
 - Indicadores de Desenvolvimento
- 131 VI - A CPLP e a Sociedade Civil:**
- Observadores Associados e Consultivos
 - Os Embaixadores de Boa Vontade
- 135 VII - A CPLP e a Lusofonia**
- 139 VIII - CPLP: Paradoxo certo ou futuro incerto?**
Carlos Lopes, Sub-Secretário-geral da ONU e Director Executivo do UNITAR
- 143 IX - Últimas Reuniões CPLP**
- 155 X - Contactos úteis**
- 170 XI - Ficha Técnica**

A Aposta da CPLP

Fruto de uma visão colectiva dos dirigentes de sete países,* ancorada nos sentimentos e opiniões recolhidos em debates, por vezes calorosos, realizados em várias capitais, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP foi oficialmente criada a 17 de Julho de 1996.

Na origem da sua constituição está o reconhecimento, pelos Estados e respectivas sociedades, da existência de elementos integradores, desde logo ressaltando a utilização da mesma língua de comunicação, os contactos e a vivência comum dos povos ao longo de séculos. Essa vivência, apesar das contradições e conflitos registados acabou por gerar, com a resolução do diferendo colonial, um relacionamento solidário e durável, propício ao desenvolvimento do sentimento de pertença a um espaço comum.

Os Chefes de Estado e de Governo que assinaram a Declaração Constitutiva da CPLP perceberam que concertando a sua actuação no âmbito de uma organização internacional, contribuiriam para reforçar o prestígio e a credibilidade de cada um dos países que representavam, conferindo-lhes uma projecção maior do que se agissem isoladamente. Eles viram com clareza a vantagem da utilização de uma língua comum, facilitadora do diálogo e entendimento, da formação e consolidação de relações humanas, apontando para os benefícios de uma acção coordenada e convidando à conjugação de vontades direccionada para a obtenção de vantagens recíprocas.

Com vista ao desenvolvimento das relações num futuro também partilhado os fundadores da CPLP fizeram seus, valores universalmente aceites, relativos à Paz, Democracia e Estado de Direito, Direitos Humanos e Justiça Social, que integraram na Declaração Constitutiva. Quiseram, além disso, identificar objectivos convergentes à volta dos quais seria possível congregar esforços e realizar projectos comuns de interesse para o bem-estar e o desenvolvimento das respectivas sociedades.

* Na verdade, oito, se levarmos em consideração a presença, na sessão constitutiva, de uma delegação da Comissão Coordenadora da Frente Diplomática da Resistência Timorese.

Alguns dos interesses partilhados eram e são ditados pela evolução da situação internacional cada vez mais complexa, que exige a coordenação e a conjugação de vontades para encontrar soluções aos problemas que se colocam às sociedades modernas.

Durante o período decorrido desde a sua criação, a CPLP tem-se afirmado como Comunidade e como Organização e consolidado o seu reconhecimento, tanto a nível dos Estados como na cena internacional.

Cada vez mais os Estados coordenam e procuram harmonizar as suas políticas num leque progressivamente abrangente de domínios de intervenção. A cooperação entre os países da CPLP firma raízes e é factor relevante no seu processo de desenvolvimento. As consultas sobre questões de interesse mútuo e a coordenação de políticas vão paulatinamente criando procedimentos compatíveis, facilitando o intercâmbio e a mais rápida adopção das melhores práticas.

Com crescente frequência a CPLP é associada a iniciativas de outras organizações intergovernamentais e solicitada a participar em eventos de relevância internacional.

Por outro lado, a Língua Portuguesa, ao mesmo tempo que se consolida nos países da Comunidade onde ela não constitui língua materna está a conquistar progressivamente espaço de afirmação no mundo.

Verifica-se, ainda, um interesse consistente dos cidadãos em contribuir para o desenvolvimento da Comunidade como espaço de intercâmbio e de cooperação. Disso é expressão o elevado número de organizações que já foram criadas e continuam a surgir, com o objectivo de conjugar esforços para promover interesses comuns dos cidadãos e procurar sinergias através de iniciativas conjuntas nos domínios mais diversos, estendendo-se da saúde à educação, da cultura à acção humanitária, do desenvolvimento comunitário ao Meio-Ambiente.

Mas se é verdade que a Comunidade, ao longo dos seus onze anos de existência, tem registado sucessos, também é facto que estes não têm bastado para ir ao encontro de grande número de expectativas que a sua criação desencadeou entre os cidadãos.



© Agência LUSA

Embaixador Luís de Matos Monteiro da Fonseca **Secretário Executivo**

Secretário Executivo da CPLP, eleito pela V Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em 27 de Julho de 2004, na cidade de São Tomé, e reconduzido pela VI Conferência, em 2006, Bissau. Natural da Ponta do Sol, Santo Antão, Cabo Verde. Diplomata cabo-verdiano, foi Representante Permanente de Cabo Verde junto às Nações Unidas, em Nova Iorque (2001-2004). Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Áustria e Representante Permanente de Cabo Verde junto às Nações Unidas, em Viena (1991- 1994). Director-Geral da Política Externa, do MNE CV (1996-1999). Foi ainda Director-Geral dos Assuntos Políticos e Culturais do MNE CV (1994 - 1996). Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Moscovo, com acreditação na Lituânia, Estónia, Kasaquistão e Ucrânia (1991-1994). Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Haia, Países Baixos e junto às Comunidades Europeias, Acreditado em Bruxelas, Copenhaga, Estocolmo, Helsínquia, Londres, Oslo e Reiquiavik (1987 -1991).

Essas expectativas que, por um lado, são alimentadas por algumas metas que a Organização se propôs e publicitou, por outro e com frequência, resultam de uma percepção desproporcionada do alcance dos objectivos da CPLP, assim como dos seus recursos e competências.

É importante reconhecer que vários objectivos estabelecidos pelos fundadores da CPLP continuam por se concretizar, seja por insuficiência de recursos, seja por não se ter conseguido alcançar os necessários consensos quanto às formas de as materializar. Os Estados são dirigidos por governos que têm as suas próprias agendas e prioridades, que podem variar com a situação interna ou internacional e que nem sempre coincidem a cada momento em matérias como aquelas de que depende o sucesso de uma organização como a CPLP.

Decerto, o estágio de desenvolvimento dos países membros reflecte-se na eficácia da Organização e na rapidez com que se realizam os seus objectivos. Como é sabido, dos oito países que integram a Comunidade, seis são Estados em vias de desenvolvimento, necessitando, por isso, em grande medida, do apoio da cooperação internacional. Essa dependência da ajuda externa – a que Portugal e o Brasil procuram responder de maneira altamente significativa – limita a sua capacidade de iniciativa nas organizações de que esses países fazem parte, designadamente a CPLP.

Noutros casos, os estrangulamentos resultam das dificuldades que alguns Estados experimentam em conciliar certos objectivos da CPLP com outros compromissos internacionais que subscreveram. Encontram-se neste caso os obstáculos que se colocam a uma maior facilidade de movimentação, ao alargamento de direitos específicos dos cidadãos dos países membros no espaço da Comunidade assim como a uma mais livre circulação de bens culturais entre esses países. O prosseguimento das medidas visando facilitar a circulação, promover a integração dos residentes originários de outros Estados da Comunidade e o reconhecimento recíproco de direitos políticos, económicos, sociais e culturais merece figurar nas agendas dos governos de forma destacada.

Não obstante, é possível melhorar o desempenho da Organização se os governos se esforçarem no sentido de uma maior integração da dimensão da CPLP na elaboração e gestão das suas políticas. A este respeito, importa que se aposte mais decididamente no funcionamento dos mecanismos de coordenação, em particular os das reuniões ministeriais e sectoriais para que se garanta a efectiva realização das decisões adoptadas nessas instâncias e o seu adequado seguimento.

Um passo importante nesse sentido poderá sem dúvida ser a criação da Assembleia Parlamentar, fórum importante através do qual

os eleitos dos cidadãos terão a possibilidade de exercer um papel activo no acompanhamento e aconselhamento da acção dos executivos em prol da realização dos objectivos propostos em 1996.

Cabe ainda realçar o factor decisivo que é a iniciativa cidadã. É indispensável que a CPLP caminhe no sentido de se converter num espaço de cidadania, de partilha e reconhecimento identitário. Devemos continuar a estimular a organização e a participação da sociedade civil com vista a que possa contribuir para o fortalecimento das bases da Comunidade e promover os seus ideais. A integração das organizações da sociedade civil como observadores consultivos confere-lhes capacidade adicional de intervenção nesse sentido.

Num projecto político ambicioso como é o da edificação de uma comunidade, é vital para o seu êxito que os cidadãos se sintam parte e beneficiários do processo para que se sintam motivados a dar-lhe o seu apoio. Esse apoio será tanto mais consistente quanto mais próximos os cidadãos de cada país se sentirem dos cidadãos dos restantes, através do conhecimento das diferentes realidades que compõem a CPLP.

Essa aproximação depende dos esforços que forem feitos através da educação, da utilização dos órgãos de comunicação social, da promoção do intercâmbio cultural e da facilitação da circulação no espaço da CPLP.

A opinião pública é um factor que pode influenciar poderosamente o caminho a seguir e, bem assim, o ritmo com que pode avançar. O envolvimento dos artistas, cientistas, pensadores, políticos, jornalistas e outros formadores de opinião no debate e na reflexão sobre os caminhos da CPLP é, pois, fundamental para a criação de uma opinião pública favorável.

É também no sentido de contribuir para a formação, em todos os nossos países, de uma opinião pública que propicie o desenvolvimento do grande projecto CPLP que surge este documento, o qual, para além de procurar fazer um balanço da primeira década da sua existência, sistematiza informações sobre a Comunidade e traz a opinião e testemunhos autorizados de algumas personalidades influentes no espaço lusófono.

Com a presente publicação concretizamos um passo importante na aposta do Secretariado Executivo em assegurar uma maior divulgação da Organização e das actividades que se realizam sob a sua égide.

Na elaboração deste importante trabalho agora trazido a público, participaram diversas individualidades, assessores e técnicos que trabalham na CPLP. A todos quantos contribuíram para que ela fosse possível, exprimimos o nosso apreço mais sincero.

Embaixador Luís Fonseca
Secretário Executivo da CPLP

CPLP - Dez Anos. Balanço e Desafios

Em termos da vida de uma Organização um período de dez anos é, por certo, curto, para determinar a sua história. É, contudo, suficiente para que se faça uma avaliação do caminho percorrido, se corrijam rumos e se proceda a uma reflexão sobre os desafios que se lhe deparam no futuro.

Passado um primeiro momento de entusiasmo, em que alguns políticos, numerosos órgãos de informação e muitos na sociedade civil, viam a CPLP como uma resposta para os mais diversos problemas que os preocupavam num dado momento histórico (desde a democratização dos Estados-membros ao seu desenvolvimento, da circulação de pessoas ao incremento das relações comerciais), é hoje possível fazer um balanço sobre o cumprimento, ou não, pela Organização, dos objectivos para que foi criada.

Para tal julgo de recordar que os seus fundadores, após enunciarem um conjunto de princípios sólidos e elevados, identificaram nos Estatutos três objectivos: coordenação política; cooperação para o desenvolvimento e a promoção e difusão da Língua Portuguesa.

No domínio da **coordenação política**, devemos ter presente que a fundação da CPLP coincide historicamente com um momento internacional em que se reforçam e aprofundam as organizações políticas e económicas de carácter regional, criando compromissos e laços aos diversos Estados-membros. Mesmo assim, a CPLP desenvolveu e aprofundou práticas de consulta regular, assegurou valiosos apoios entre os oito e, sem se sobrepor às Organizações Regionais de que cada um faz parte (UE, SADC, CEDEAO, ASEAN ou MERCOSUL), conquistou o seu espaço na determinação das políticas dos Estados-membros.

Foi ainda mais longe. Num respeito total pelos assuntos internos de cada Estado-membro, mas insuspeita de quaisquer desígnios ocultos, a CPLP, utilizando os estreitos laços humanos existentes entre os seus dirigentes, interveio repetidamente em momentos de crise em alguns dos países, participando de forma constante na busca de uma normalidade política e no lento processo de democratização das sociedades.

Estamos longe de ter atingido um estágio ideal, mas o balanço é francamente positivo e não se contam entre os oito países da Comunidade situações extremas de descalabro político ou de conflito generalizado.

Quanto ao segundo objectivo – **cooperação para o desenvolvimento** em todos os domínios – a insistência nos primeiros anos foi essencialmente na formação de quadros e no domínio da saúde. Com poucos recursos e competindo com Agências há muito estabelecidas, a CPLP ficou claramente aquém das expectativas. Falta-lhe, pois, convencer os Estados-membros que a Organização, sem ser uma Agência de Cooperação, pode ter um valor acrescentado neste domínio. A semelhança nos problemas e as experiências adquiridas em numerosos domínios permitem o estabelecimento de sinergias na busca de soluções. Paralelamente, a CPLP pode constituir um instrumento único de internacionalização de projectos, permitindo aceder a recursos das grandes Agências e Fundações internacionais.

Estes dois pontos – partilha de problemas e soluções e possibilidade de internacionalização dos projectos e da busca de financiamento – a que se soma uma língua comum e estruturas administrativas semelhantes, constituem a enorme mais valia da CPLP, nem sempre aproveitada.

Promoção e difusão da língua portuguesa

O facto de no momento em que foi criada já existir uma Instituição comum com esse objectivo – o IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa) – fez com que a CPLP de início acompanhasse menos intensamente estas questões.

O IILP, por razões estruturais, teve sérias dificuldades em “arrancar” na execução das tarefas que lhe eram atribuídas. Corrigidos e ultrapassados os bloqueios que o impediam de funcionar, espera-se agora uma actividade mais intensa e visível no domínio de um património comum aos oito, onde todos têm interesses a defender, embora por razões nem sempre coincidentes.

Na realidade, cada um dos Estados-membros tem, em relação ao idioma português, uma posição no subconsciente nacional e político diferente, que afecta a sua forma de encarar as questões da língua comum. Desde a suprema confiança do Brasil e dos brasileiros, para quem o idioma que falam é um instrumento vivo e reflexo do seu tamanho de 180 milhões de habitantes, até à posição “defensiva” e conservadora de Portugal, que vê ameaças à língua surgidas de vários quadrantes; desde os países africanos, onde o português é



© CPLP

Embaixador José Tadeu da Costa Sousa Soares Secretário Executivo Adjunto

Nasceu no Porto. Iniciou a carreira diplomática em Março de 1972. Na V Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em 27 Julho de 2004, em São Tomé e Príncipe, foi eleito Secretário Executivo Adjunto e foi reconduzido pela VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em 2006, Bissau. Serviu na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas em Nova Iorque e nas Embaixadas em Berlim e Tóquio. Foi Cônsul-geral em Paris e, em 1992, durante a Presidência portuguesa da União Europeia, foi Secretário da Conferência de Paz da Jugoslávia. Representante Permanente Adjunto da Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas (1994). Embaixador em Banguécoque, sendo acreditado simultaneamente em Singapura, Vietname, Camboja, Malásia, Birmânia e no Laos (1999). Foi ainda Director dos Serviços das Relações Culturais Bilaterais, Director dos Serviços dos Assuntos Multilaterais e Director-Geral dos Assuntos Comunitários do MNE de Portugal.

um instrumento ao serviço da unidade nacional e de uma máquina administrativa que se quer cada vez mais eficiente, até Timor-Leste, onde a língua portuguesa constitui um claro elemento de diferenciação e identidade nacional. Mas todos podem beneficiar por fazerem parte de um bloco linguístico específico, tendo assim interesse na sua promoção internacional.

Paralelamente aos três objectivos acima referidos e que foram sendo cumpridos com diversos níveis de sucesso, julgo que uma palavra deve ser dita sobre o Secretariado da Organização e a sua reestruturação em curso, que visa adaptá-lo aos desafios que se deparam à CPLP.

Único órgão com carácter permanente, o Secretariado Executivo soube manter-se pequeno em número e em orçamento (a CPLP custa aos oito, no seu conjunto, cerca de um milhão de euros/ano, isto não incluindo o Fundo Especial para projectos de desenvolvimento).

O Secretariado, que responde aos pedidos e instruções dos Estados, mas pode apresentar igualmente iniciativas próprias, é constituído por “assessores”, na maioria cedidos pelos Estados, ressentindo-se, inevitavelmente, desta situação, em que não intervinha na escolha do seu próprio pessoal.

A criação de um quadro técnico, paralelo ao dos “assessores” nacionais, as reformas no sistema de chefia agora em curso (criação do lugar de Director- Geral escolhido por concurso, em substituição do Secretário Executivo Adjunto), e a manutenção de baixos encargos financeiros, permitirá ao Secretariado ser o motor eficiente sobre o qual se apoiarão as iniciativas dos Estados.

Desafios – São claras algumas das questões às quais a Organização deve prestar maior atenção. Uma requerem apenas um mero aperfeiçoamento no tratamento de temas já identificados: Continuação e discreto apoio às actividades de democratização dos Estados-membros; intensificação da cooperação feita pelos ministérios sectoriais; revisão e internacionalização de todo o sistema de cooperação para o desenvolvimento, orientada de forma a integrar-se nos objectivos do milénio; cooperação internacional na promoção da língua portuguesa; etc.

Outras são, contudo, novas e deverão receber, no futuro, particular atenção. Citaria, a título de exemplo as seguintes:

Juventude – É essencial e subjacente à própria existência da Comunidade um melhor conhecimento e intercâmbio entre os jovens

dos oito. Tem-se algumas vezes resumido a criação da CPLP com uma frase simples: “A CPLP é a resposta política a um sentimento”. Para que esse sentimento perdure, é necessário que as futuras gerações, em cada um dos Estados-membros, conheçam a realidade dos restantes.

Ambiente – As questões de protecção do ambiente irão desempenhar um papel cada vez mais relevante no futuro. Os oito devem, desde já, e de uma forma sistemática, partilhar experiências e colaborar neste domínio.

Energia – Fazem parte da CPLP grandes produtores energéticos e Estados totalmente dependentes da sua importação. O futuro aponta para o desenvolvimento de energias renováveis. Podemos pensar em conjunto como enfrentar os desafios que se nos deparam neste domínio.

Mar – Foram as viagens através dos mares que estiveram na origem dos países da CPLP e o mar ainda hoje os une e tem uma presença indelével na cultura dos oito. O mar poderá ser uma inesgotável fonte de recursos. Com mais de sete milhões de quilómetros quadrados de zona económica exclusiva, os Estados-membros têm muito a partilhar.

Oportunidades comerciais e de investimento – A CPLP não ambiciona, por certo, a ser uma área de comércio livre – mas as potencialidades neste domínio estão longe de ser exploradas. Um trabalho profundo sobre a forma de intensificar as trocas comerciais e os investimentos entre os oito, deve ser levada a cabo sem demora.

Abertura à Sociedade Civil – Deixei para o fim uma das questões que considero essenciais à vida da Organização. Com a aprovação do Estatuto de Observador Consultivo, há cerca de dois anos, criaram-se as estruturas necessárias para um intercâmbio regular com a sociedade civil. Há, agora, que prosseguir nesse caminho e dinamizar as imensas oportunidades que se nos oferecem criando-se, se necessário, no Secretariado, um departamento exclusivamente votado a tal fim.

A terminar, diria que uma observação cuidadosa e objectiva me leva a fazer um balanço positivo dos primeiros dez anos da CPLP, embora, por vezes, de valor desigual nos resultados conseguidos nas diferentes áreas de actuação.

Quanto ao futuro, encaro-o com optimismo, certo de que sabermos responder às expectativas que os Governos e as populações dos Estados-membros depositam na Organização.

Embaixador Tadeu Soares
Secretário Executivo Adjunto da CPLP

Cooperação entre a União Europeia e a CPLP

Participar no processo de criação da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foi um dos acontecimentos mais alician-tes da minha vida política.

Trata-se de um processo longo em que participei primeiro como Se-cretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e mais tarde como Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

A CPLP foi formalmente instituída a 17 de Julho de 1996 com 7 esta-dos membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambi-que, Portugal e São Tomé e Príncipe) e posteriormente alargada para incluir Timor-leste, que entretanto conquistara a sua independência, processo em que a CPLP participou activamente.

Este grupo de Estados – situados em 4 continentes e englobando 230 milhões de pessoas - consolidou uma realidade resultante dos laços de fraternidade e cooperação que se foram entretanto criados entre eles.

Como Primeiro-Ministro de Portugal participei também activamente nas actividades da CPLP.

Nas minhas funções actuais de Presidente da Comissão Europeia venho perseguindo o objectivo de reforçar a cooperação da União Europeia com Estados membros da CPLP e com a própria CPLP. Este processo tem contribuído para aumentar a visibilidade e a to-mada de consciência para esta realidade importante na cena inter-nacional que é o espaço lusófono.

No âmbito destas acções de reforço da cooperação da União Euro-peia com o mundo CPLP realço:



Dr. José Manuel Durão Barroso
Presidente da Comissão Europeia

Nasceu em Lisboa a 23 de Março de 1956. Presidente da Comissão Europeia desde 2004. Foi Secretário de Estado da Administração Interna no X Governo Constitucional, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e Ministro dos Negócios Estrangeiros nos XI e XII Governos Constitucionais. Primeiro-Ministro do XV Governo Constitucional (2002-2004). Chefiou e participou em diversas missões no plano internacional, nomeadamente no processo para a autodeterminação de Timor-Leste e no processo de paz para Angola (1990-1991). Foi chefe da delegação do IDEA à Bósnia e Herzegovina (1996), e consultor das Nações Unidas para o projecto relativo à pacificação em África (Tanzânia), em 1997. Foi assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, assistente no departamento de Ciência Política da Universidade de Genebra e professor convidado no Department of Government e na School of Foreign Service (Center for German and European Studies) da Universidade de Georgetown, Washington D.C. (1996-1998).

1. estabelecimento de cooperação formal entre a Comissão Europeia e a CPLP através dum Memorando de Entendimento entre as partes.

2. cooperação entre a UE e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no âmbito do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento incluindo também Timor-Leste.

3. estabelecimento duma parceria estratégica entre a UE e o Brasil.

Estes desenvolvimentos no âmbito do reforço da cooperação da UE com o mundo lusófono serão formalizados no segundo semestre de 2007 sob Presidência Portuguesa da UE.

Estas iniciativas vão contribuir para reforço da afirmação política do espaço lusófono e também permitir a cooperação entre todos os estados lusófonos independentemente dos acordos bilaterais que tenham com a UE.

O espaço CPLP é constituído por Estados com diferente grau de desenvolvimento humano e socio-económico ligados contudo por uma língua, cultura, história e herança comum.

O Memorando de Entendimento entre a UE e a CPLP visa nomeadamente viabilizar a cooperação no domínio da redução da pobreza e alcançar os objectivos de desenvolvimento do milénio.

Faço votos para que esta cooperação, que agora se perspectiva entre a CPLP e a Comissão Europeia, venha a contribuir par alcançar os objectivos comuns das duas Instituições

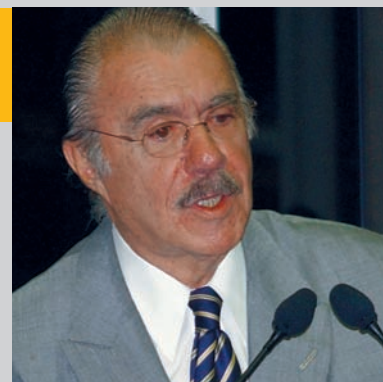
Dr. José Manuel Durão Barroso
Presidente da Comissão Europeia

Unidade e Diversidade

A língua portuguesa, na expressão já dogmática de Fernando Pessoa, é a nossa pátria: - “minha pátria é a língua portuguesa”. Essa língua que, tendo só as pequenas terras de Portugal onde ser falada, ganhou os mares e tornou-se a língua dos navegantes, dos descobridores, das caravelas que saíram pelos mares afora. Na aventura das Grandes Navegações, semeou palavras nas duas costas de África, adentrou o oceano Índico, passou pelo estreito de Malaca e ganhou os mares da China. E no navio de São Francisco Xavier, chegou até Nagasaki, no Japão. Neste deixar de palavras e recolher palavras, transformou-se neste idioma de cultura universal.

Nestes últimos quinhentos anos, o português voltou-se de um idioma oceânico num idioma continental. Ao iniciar, no século XV, sua expansão para além do extremo ocidental da Península Ibérica, ganhou primeiro o Atlântico e depois o Índico, fixando-se nas ilhas e nos pequenos e numerosos portos ao longo das praias que bordejam o que os gregos chamavam de Rio Oceano. Onde ganhou as orelhas e as bocas, ficou. Tornou-se a língua de corte, a exemplo do que sucedera com o francês na Europa do século XVII, em reinos africanos como os do Benim, do Congo e do Warri, deixou palavras e modos de dizer em numerosas línguas, do iorubá ao japonês, marcou profundamente não só o vocabulário mas também a sintaxe de idiomas como o papiamento e o urrobo, criou novas línguas, como os crioulos de Cabo Verde, de Casamansa, da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e de Ano Bom, e os papiás de Malaca, do Ceilão, de Macau, do Timor e da Índia.

Saiu dos navios e das praias, para expandir-se terra firme adentro, acabando por consolidar-se num imenso espaço territorial, que é dos mais amplos do mundo em que se fala o mesmo idioma. E fala-se o mesmo idioma com invulgar unidade, uma unidade que se superpõe aos regionalismos que enriquecem e que o tomam, sem qualquer esforço, naturalmente compreendido por todos os que o falam ao longo do grande arco que corre da Europa até Timor-Leste. No Brasil, desempenhou também um papel fundamental como instrumento da coesão e da unidade política.



© Agência Brasil

Senador José Sarney

Diversas vezes deputado e quatro vezes senador. Foi governador do Maranhão entre 1966 e 1971 e Presidente da República no período entre 1985 e 1990. O Senador Sarney continuou a sua trajetória política como Senador, tendo sido presidente do Senado Federal, em dois biênios, um cargo que é cumulativo com o de presidente do Congresso Nacional. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1980.

Em 1989, como Presidente do Brasil, tive a grande honra de receber na minha cidade de São Luís do Maranhão os chefes de Estado de Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Portugal e Cabo Verde, e a representação de Angola. Estávamos reunidos na identificação da língua portuguesa, nossa herança comum. Da reunião de São Luís nasceu, podemos dizer, a Comunidade dos Países de Língua portuguesa. Procurávamos então estreitar nossos laços comuns de história, das nossas raízes, de nossa inseparável amizade.

A valorização internacional de nossa língua comum representa um enriquecimento de nosso potencial de inserção internacional. Os benefícios são comuns, e precisávamos de uma acção concertada, coerente. Iniciámos, portanto, um processo de cooperação multilateral, ampliando os laços dos tradicionais acordos bilaterais, que nos expressavam a dimensão do que a língua portuguesa representa como factor de cultura e de desenvolvimento. Desde a criação da CPLP, temos mantido a nossa decisão política em favor da via de cooperação, do fortalecimento dos vínculos culturais forjados pela língua comum, mediante uma política linguística compatível, que dê relevo a nossa actuação internacional.

A língua portuguesa não é apenas um meio de comunicação para nossa comunidade de nações; não é apenas um elemento aglutinador para nossa culturas. A língua deve ser, acima de tudo, reflexo e veículo de amplos movimentos de renovação cultural de nossos povos.

Somos cerca de 200 milhões de seres humanos que podemos nos comunicar diretamente, que podemos partilhar a imensa riqueza cultural de nossos países. Devemos usar este extraordinário património para identificar e aperfeiçoar os traços culturais que nos são comuns e, ao mesmo tempo, preservar e valorizar os elementos que nos diferenciam.

A unidade e a diversidade – ou a diversidade dentro da unidade – dão a nosso empreendimento o vigor e a temperança necessária para o seu pleno êxito.

Senador José Sarney

Plataforma de petróleo off-shore, Angola.



A CPLP: o que é e o que representa para o mundo

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi fundada a 17 de Julho de 1996, em Lisboa, e é constituída por oito Estados: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Os laços entre os povos que habitam os territórios que integram hoje a CPLP são muito antigos e foram tecidos pela língua portuguesa ao longo de mais de cinco séculos de história. Inicialmente uma língua de navegadores, mercadores e missionários, hoje língua oficial dos oito membros da Comunidade, o Português é actualmente o património comum de cerca de 240 milhões de pessoas, a quinta língua mais falada no mundo.

Língua, história e cultura são os alicerces da CPLP, mas a jovem Comunidade não pretende ser apenas a zeladora de um passado de encontros e desencontros, afectos e memórias gloriosas para uns, dolorosas para outros. Aberta para o mundo e virada para o futuro, como os homens e as mulheres que a habitam, maioritariamente jovens, a CPLP pode dizer sem exageros que nenhum dos grandes desafios que enfrenta a humanidade lhe é alheio, porque todos a afectam.

O Espaço Físico

A área do globo terrestre ocupada pelos oito Estados-membros da CPLP é muito vasta.

São 10 742 000 km² de terras, 7,2 por cento da terra do planeta (148 939 063 km²), espalhadas por quatro Continentes – Europa, América, África, Ásia.

Situado maioritariamente no hemisfério sul, este espaço descontínuo abrange realidades tão diversas como a do gigante Brasil, sexto país do mundo pela superfície, como o minúsculo arquipélago de São Tomé e Príncipe, o Estado mais pequeno de África.

O clima, a fauna e a flora são variados, correspondentes à diversidade das latitudes em que se situam os vários países membros. Com excepção de Portugal, de clima temperado com variantes oceânica e mediterrânea, a maior parte da CPLP situa-se na zona tropical sub-equatorial. Os índices de pluviosidade determinam grandes diferenças de paisagens naturais, às vezes dentro de um só país, como acontece no Brasil – das estepes semi-áridas do Nordeste à selva amazónica – e em Angola – da floresta do Mayombe ao deserto de Namibe e às savanas inundáveis do Zambeze.

CPLP no mundo

População (milhões)

239

Superfície (km²)

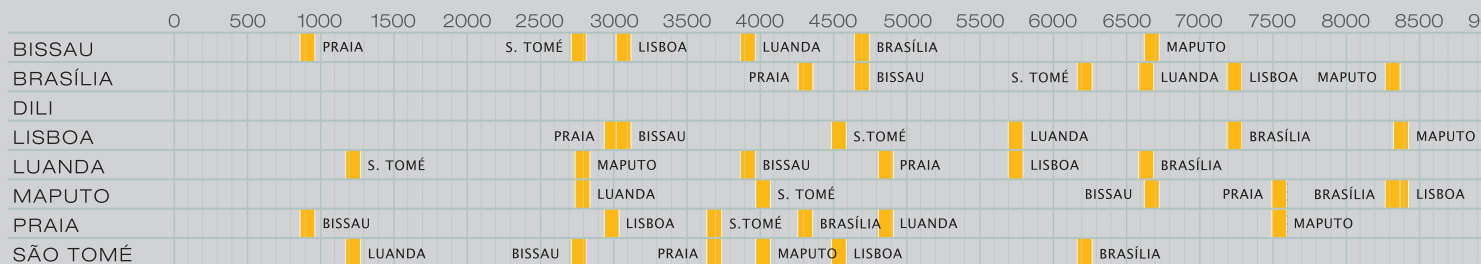
10.711.694

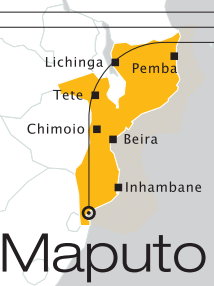
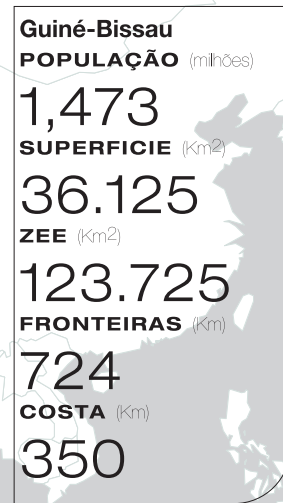
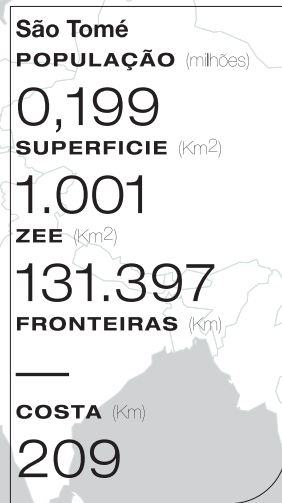
Zonas Económicas Exclusivas (km²)

5.742.922

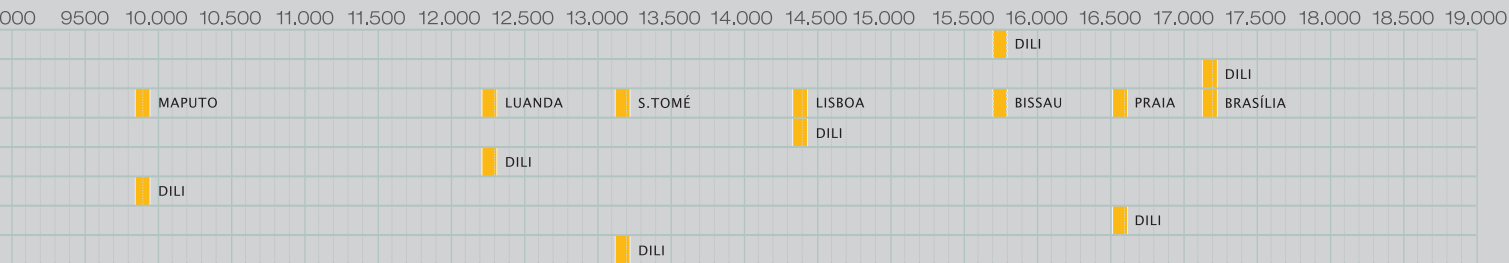


Distância mínima entre as capitais. Em Km.





Dili



O Mar

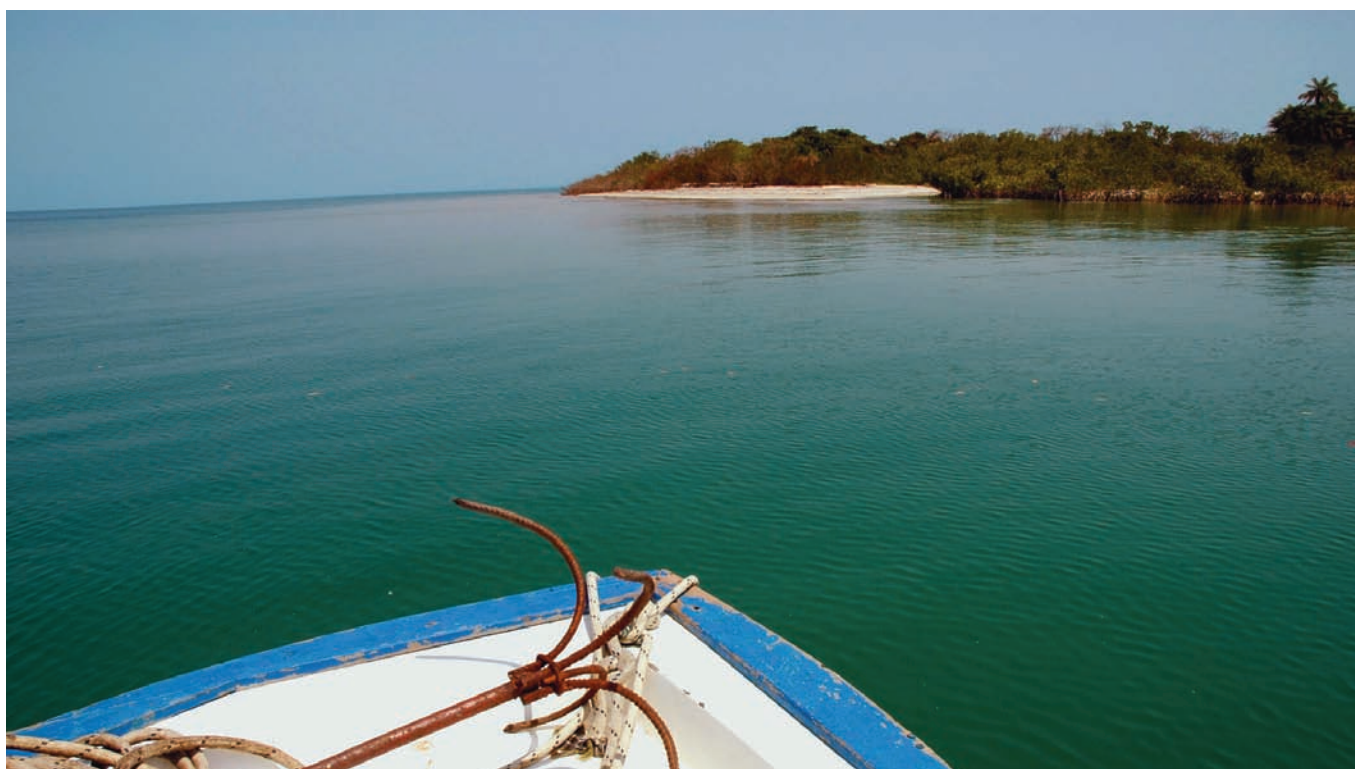
O mar, que teve um papel primordial na história da CPLP desde o início da gesta dos navegadores portugueses do século XV, não é menos importante na definição da sua realidade actual. Com as suas águas territoriais (24 milhas) e as suas ZEE (Zonas Económicas Exclusivas) (200 milhas) os membros da Comunidade são os “donos” de 7.142.753 km², o que representa cerca de 2 por cento dos mares do mundo (361.126.222 km²), e de uma parte ainda mais significativa do Oceano Atlântico.

Portugal, tem uma das mais extensas ZEE da União Europeia (1.727.408 km²) e quatro dos membros da Comunidade – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe – flanqueiam as duas margens do Atlântico Sul.

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar permitiu ao Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos económicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de km². A chamada Amazónia Azul contém as maiores reservas de petróleo e gás dos pais.

Os membros da Comunidade são os “donos” de parte considerável dos mares do mundo (361 126 222 km²) e de uma parte ainda mais significativa do Oceano Atlântico.

Esta dimensão marítima condiciona a existência da CPLP mais do que é geralmente lembrado: além de três Estados insulares (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) e de um Estado com dois arquipélagos (Portugal, com os arquipélagos das Açores e Madeira) a Comunidade abrange milhares de quilómetros de costas, debru-



çados sobre alguns dos fundos marinhos mais importantes do mundo pelas suas riquezas (reservas haliêuticas, minerais, petróleo) ou estratégicos para o transporte marítimo (Atlântico Médio, Canal de Moçambique, Mar de Timor).

Algumas destas realidades que condicionam, também, a vida dos seus habitantes: com exceção de Brasília, todas as cidades capitais da CPLP são, simultaneamente, os principais portos (Luanda, Lisboa, Maputo, Cidade da Praia, Bissau, São Tomé, Díli); é também no litoral que se concentra a maior parte da população: dois terços vivem a menos de 100 km do mar.

Populações e Demografia

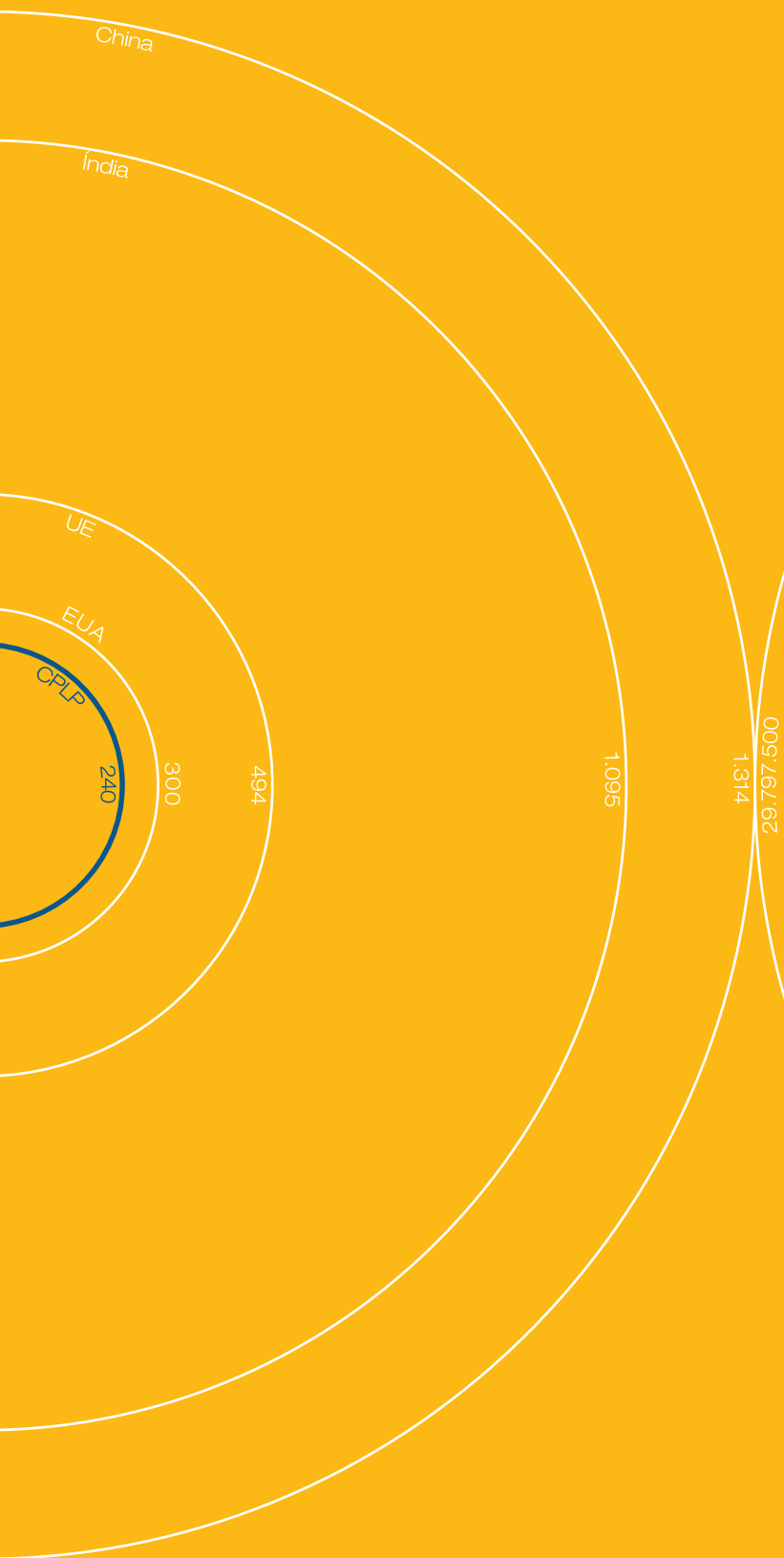
A população da CPLP é constituída pelos cidadãos dos oito Estados-membros, residente ou emigrante em países não membros. Em 2006, era quantificada em cerca de 240 milhões de pessoas mas, na maioria dos casos, trata-se apenas de estimativas. De qualquer maneira, a população está a aumentar muito rapidamente, dado que só Portugal tem um crescimento demográfico negativo, enquanto os outros países membros tem um crescimento igual ou superior aos 2,5 por cento ao ano e mais de metade das suas populações são jovens adultos.

Os Estados-membros da CPLP proíbem a discriminação racial ou religiosa, pelo que não existem estatísticas científicas que dividem esta população em função da cor da pele, credo religioso ou origem étnica. É, no entanto, possível pintar o retrato do cidadão médio da CPLP como o de uma mulher (mais de 51 por cento da população), jovem (menos de 25 anos), negra ou mestiça (como 40 por cento dos brasileiros).

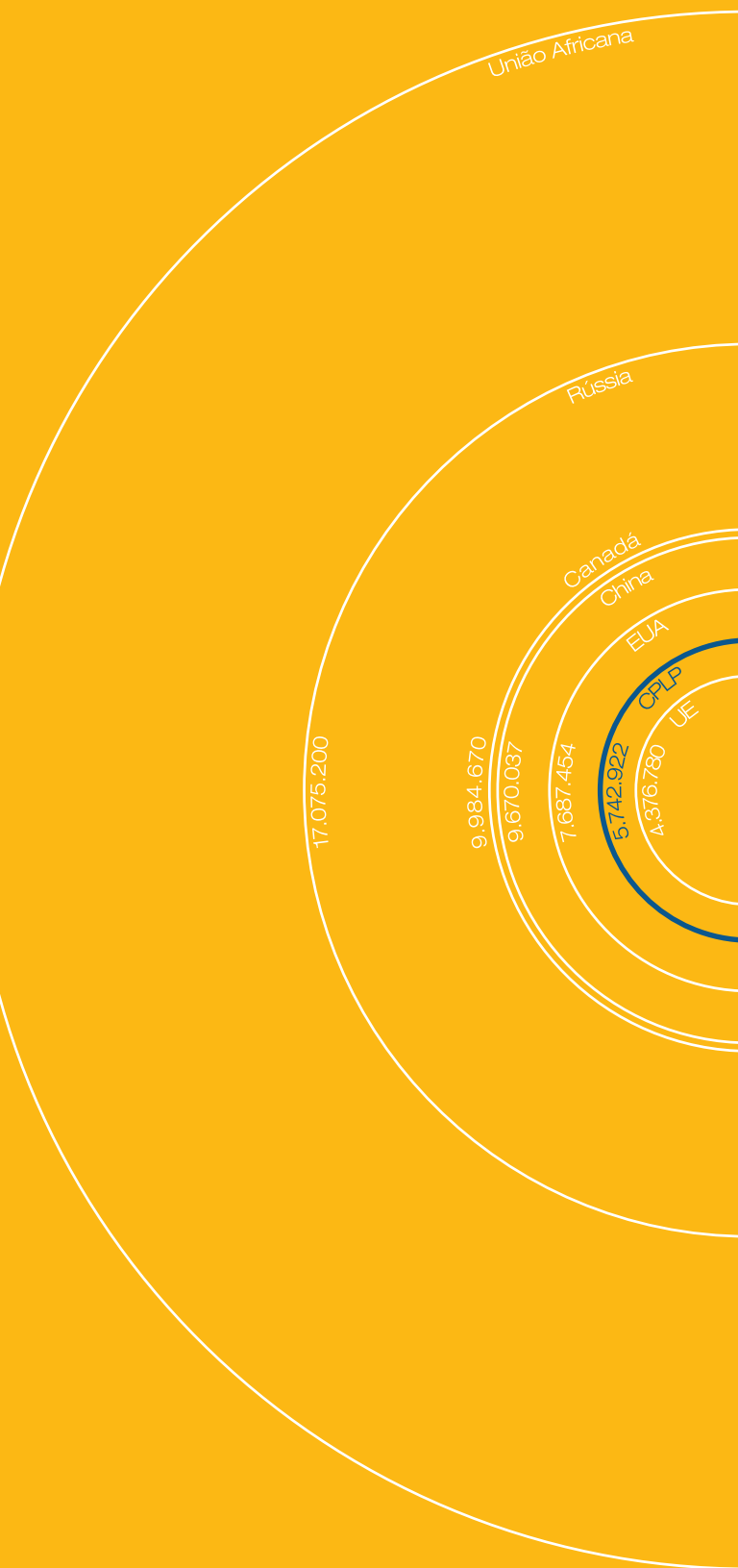
O **cristianismo** é, de longe, a religião dominante e o **Catolicismo**, que chegou a todos os territórios da actual comunidade com as caravelas portuguesas, congrega o maior número de praticantes. Não se trata, contudo, de uma realidade homogénea e invariável, no espaço e no tempo. Cerca de 73 por cento dos brasileiros, 94 por cento dos portugueses e 80 por cento dos cabo-verdianos dizem-se católicos mas em todos estes países se assiste a um crescimento das outras confissões cristãs (protestantes e evangélicas, nomeadamente), reconhecidas ou não legalmente, e das chamadas Igrejas Independentes Africanas (em Moçambique, os zionistas são aproximadamente tão numerosos como os católicos, 17,5 por cento). Nos países africanos e em Timor-Leste (90 por cento de católicos) o cristianismo não obliterou por completo os cultos e ritos ancestrais.

O **Islão** é a segunda religião no espaço da CPLP, praticada por cerca de 10 milhões de cidadãos da Comunidade (45 por cento na Guiné-Bissau, 17 por cento em Moçambique e pequenas comunidades no Brasil, Portugal, Timor e Angola). Sincretismo e tolerância são rasgos culturais dominantes que impregnam a religiosidade popular. Apesar das nefastas memórias da Inquisição, que esteve na origem do degredo ou exílio de muitos judeus do Reino de Portugal, e de períodos

Comparação Populacional (milhões)



Comparação Territorial (km²)



de intolerância no século XX, fanatismos e fundamentalismos não formam parte da cultura comum.

Para isto terá contribuído a história e séculos de viagens e migrações cruzadas, voluntárias ou forçadas. Uma tradição que remonta, para os portugueses, ao século XV, quando Portugal contava pouco mais de um milhão de habitantes, e pela qual se habituaram a estarem sempre em inferioridade numérica nos países de destino.

Todos os membros da CPLP têm hoje laços com importantes comunidades de emigrantes e descendentes de emigrantes, em quase todos os países em todos os continentes.

A diáspora portuguesa, a mais antiga, é ainda a mais numerosa, em termos absolutos: 4.721.683 pessoas recenseadas, oficialmente ou pelas associações, em 2001. Detém, por lei, direito de voto – desde que mantendo a nacionalidade portuguesa – e está representada no Parlamento de Lisboa por quatro deputados. As comunidades principais residem, actualmente, na União Europeia, América do Norte, África do Sul e Venezuela.

Com aproximadamente 500 mil membros, a diáspora cabo-verdiana tem ainda uma maior importância relativa, quer face ao número total de cidadãos cabo-verdianos quer pelo papel que desempenha na vida política, económica e cultural do arquipélago. Estados Unidos, Europa, África (nomeadamente, Senegal, Angola e São Tomé e Príncipe) e o Brasil foram os principais destinos de vagas sucessivas de migrantes.

Os são-tomenses, logo que puderam, também se lançaram nas rotas de emigração. A guerra nos respectivos países obrigou moçambicanos, angolanos e guineenses a procurar refúgio e/ou empregos nos países vizinhos e em Portugal.

O Brasil, que acolheu no passado dezenas de milhões de imigrantes, tornou-se mais recentemente também um país de emigrantes, sendo os Estados Unidos, Japão e Europa os principais destinos. Em Portugal, a comunidade brasileira é actualmente uma das três mais numerosas e a maior de entre os migrantes oriundos dos Estados-membros da CPLP.

Comunicações e Transportes

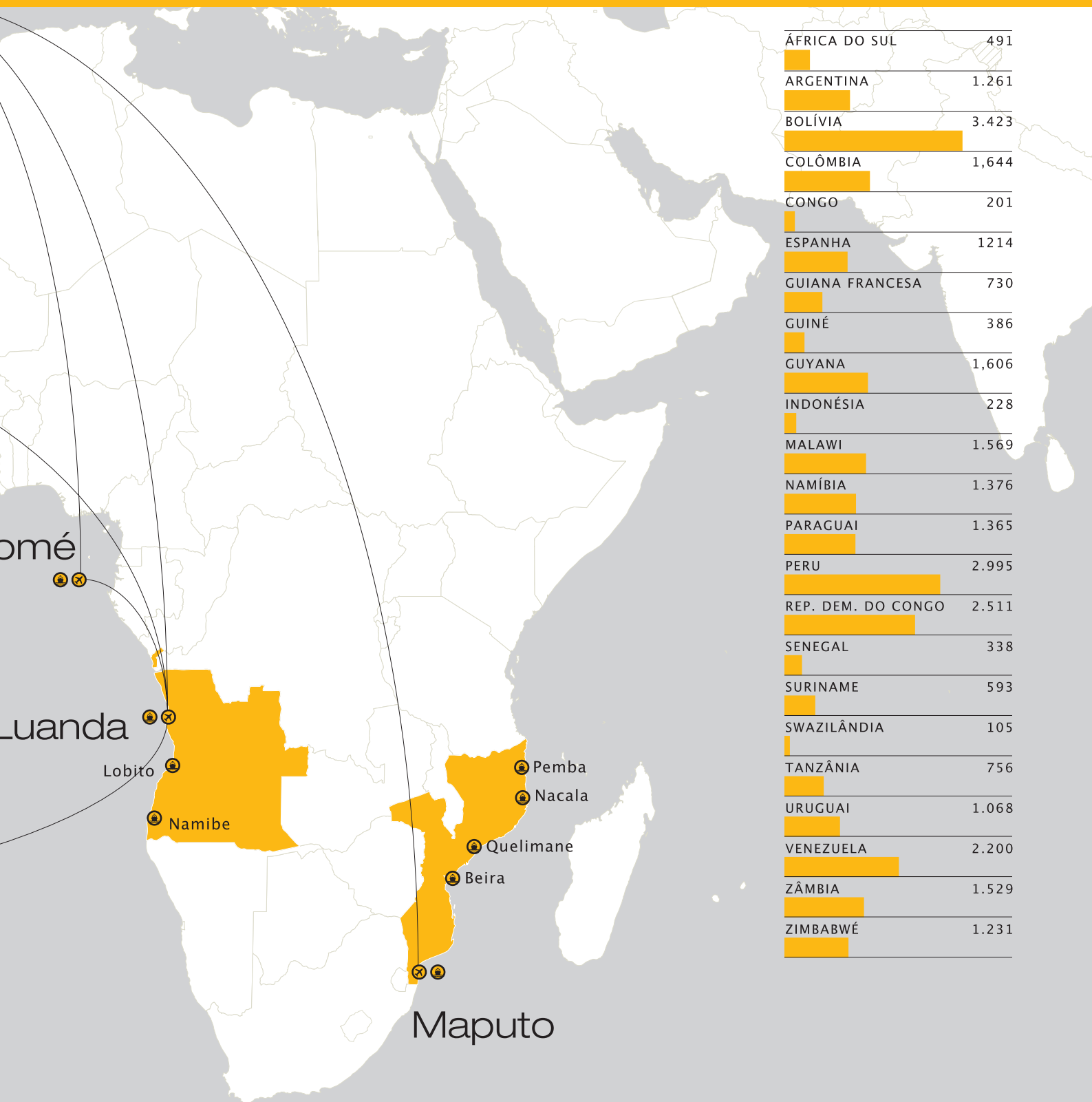
As comunicações e os transportes, aéreos e marítimos, de passageiros e de carga – que foram sempre importantes na vida de todos os países membros da CPLP – são ao mesmo tempo, na era da “aldeia global”, um esteio da comunidade e um dos seus calcanhares de Aquiles.

As distâncias e os custos que acarretam penalizam as trocas comerciais e tornam onerosas as telecomunicações e as viagens entre países da CPLP.

Principais ligações aéreas



Fronteiras terrestres partilhadas. Em Km



Ao nível das infra-estruturas, Portugal e o Brasil dispõem de uma rede bastante densa de portos e aeroportos internacionais, mas só a partir de Lisboa é possível voar directamente para a maioria das capitais da CPLP.

Actualmente, os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) têm em curso importantes planos de desenvolvimento das suas infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, domésticas e internacionais.

O transporte marítimo – que movimenta a quase totalidade do comércio externo do Brasil e uma parte substancial das exportações e importações dos PALOP e de Timor-Leste – experimenta uma fase de grande crescimento a nível mundial, mas apresenta ainda severas lacunas intracomunitárias, como a escassez de carreiras marítimas regulares e as dificuldades de estiva e de manuseamento de cargas.

Economias e Desenvolvimento

As economias dos Oito são desiguais, quer pelas suas dimensões, quer pelo nível de desenvolvimento, quer ainda pelo ritmo de crescimento.

De acordo com a classificação estabelecida pelas Nações Unidas, Portugal, membro da União Europeia desde 1986 e co-fundador do Euro, a moeda única europeia, pertence ao grupo dos países mais desenvolvidos.

O Brasil figura entre os países de desenvolvimento intermédio e é uma das “potências emergentes” a nível global.

Os PALOP e Timor-Leste pertencem à categoria dos países menos desenvolvidos. A Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste figuram entre os países menos avançados do mundo.

Cabo Verde merece uma menção especial por ser um dos países que, pelos índices macroeconómicos, já alcançou na viragem do milénio o patamar dos países de desenvolvimento intermédio. No entanto, devido à fragilidade da sua economia, negociou com as Nações Unidas um período de adaptação ao seu novo estatuto, de forma a conservar algumas das vantagens outorgadas aos países menos desenvolvidos.

Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional, a evolução económica dos Oito nos últimos três anos (2004-2005-2006) é caracterizada pelos dados seguintes:

Produto Interno Bruto (a preços correntes, em milhares de milhões de dólares:

	2004	2005	2006
Angola	19,800	30,632	43,759
Brasil	663,552	882,043	1 067,6
Cabo Verde	0,925	0,999	1,150
Guiné Bissau	0,270	0,3002	0,305
Moçambique	5,913	6,636	7,296
Portugal	179,377	185,644	194,929
S. Tomé e Príncipe	0,064	0,072	0,079

Produto Interno per capita (a preços correntes, em dólares)

	2004	2005	2006
Angola	1 322,0	1 987,5	2 758
Brasil	3 654	4 788,043	5 716,7
Cabo Verde	1 978,9	2 099	2 371,0
Guiné Bissau	175,512	190,145	186,599
Moçambique	309	338,7	364,0
Portugal	17 070	17 598	18 465
S. Tomé e Príncipe	401,58	439,27	474,2

PIB per capita em paridade de poder de compra

(a preços correntes, em dólares)

	2004	2005	2006
Angola	2 464	2 975	3 399
Brasil	8 332	8 657	9 108
Cabo Verde	6 354	6 797	7 244
Guiné Bissau	717	740	774
Moçambique	1 274	1 381	1 499
Portugal	179.377	185.644	194.989
S. Tomé e Príncipe	1 495	1 568	1 669

Taxa de Inflação (em percentagem, face ao ano anterior)

	2004	2005	2006
Angola	43,6	23	13,3
Brasil	6,6	6,9	4,2
Cabo Verde	-1,9	0,4	4,9
Guiné Bissau	0,8	3,4	1,9
Moçambique	12,6	6,4	13,2
Portugal	2,5	2,1	3,1
S. Tomé e Príncipe	12,8	16,3	21,4

Balança Comercial (a preços correntes, em milhares de milhões de dólares)

	2004	2005	2006
Angola	0,685	4,137	4,606
Brasil	11,679	14,193	13, 648
Cabo Verde	- 0,132	- 0,034	- 0,053
Guiné Bissau	0,008	0,011	0,017
Moçambique	- 0,5	- 0,7	- 0,8
Portugal	- 13,803	- 18,030	- 18,287
S. Tomé e Príncipe	- 0,015	- 0,022	- 0,049

Nota: o relatório de 2007 do FMI não inclui dados relativos a Timor-Leste



A Cooperação Económica

Ana Neto

A CPLP corresponde a um vasto mercado e a um significativo potencial empresarial. Neste sentido, já no momento da criação da CPLP, em 1996, os Estados-membros reconheceram a importância da cooperação empresarial, entre outras áreas de cooperação, como um dos caminhos para reforçar os objectivos que a Organização se propõe, reconhecendo que é inegável o poder de influência das empresas na conformação da sociedade actual e o seu esforço na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Todavia, esta vertente não assumiu qualquer relevância nos primeiros anos após a criação da Comunidade.

Só em Julho de 2002, com a realização do I Fórum Empresarial, em Lisboa (1), a CPLP começou a dar os primeiros passos para reforçar a cooperação económica entre os Estados-membros com vista a facilitar e propiciar a intensificação do intercâmbio económico e comercial, tendo os governantes assumido que só eliminando barreiras supérfluas e unindo esforços se poderiam obter economias de escala e de produtividade que permitiriam enfrentar a crescente concorrência de uma economia marcada pela abertura assimétrica de mercados imperfeitos, pela circulação de bens e serviços e pela liberalização agressiva dos movimentos de capitais e investimentos.

Seguiram-se mais três Fora Empresariais: em Junho de 2003, em Fortaleza (Brasil), em Outubro de 2004, na Cidade da Praia e em Outubro de 2005, no Funchal.

Estes Fora, cuja institucionalização ainda não foi conseguida (2), deveriam constituir um instrumento que ajudasse a mobilizar os agentes económicos públicos e privados dos países da CPLP, num mundo globalizado, por forma a estreitarem as suas relações e a criarem uma maior troca de experiências e informações, levando-os também a partilharem os seus problemas, a desenvolver projectos comuns e a criar parcerias.

Pretendia-se com a realização periódica destes Fóruns Empresariais, considerados um marco na dinamização da cooperação económica e empresarial da Organização, estabelecer mais uma etapa na construção da CPLP ao dotá-la de uma visão e programa para a área económica.

Em Junho de 2004, foi criado o Conselho Empresarial da CPLP (CE-CPLP), outro instrumento de reforço da vertente económica da Comunidade. A sua constituição fora já aprovada na Cimeira de Brasília, em Julho de 2002, por uma Resolução dos Chefes de Estado e de Governo que referia “O Conselho de Ministro tomou conhecimento, com apreço, das conclusões adoptadas pelo Fórum Empresarial, exprimindo particular satisfação pela criação de um Conselho Empresarial norteado por princípios e valores comuns a todos os Estados-membros e com o objectivo de desenvolver uma dimensão económica e de cooperação empresarial no espaço da CPLP”.

O Conselho, uma estrutura independente dos Governos, ainda que criada sob o “chapéu” da CPLP, e como uma parceria público-privada, deveria representar um passo adiante no reforço do “braço económico” da CPLP, funcionando como mais um instrumento activo de fortalecimento da cooperação económica e empresarial, do espaço lusófono, sendo tal certamente facilitado pelo trunfo que representa a utilização da língua portuguesa como veículo de negócios.

Desta forma, caberia ao CE-CPLP a responsabilidade de definir prioridades consentâneas com os interesses da classe e com os sectores que mais e melhor se adequam aos países do espaço CPLP. O mesmo é dizer que o Conselho só poderá ter viabilidade e ser reconhecido como instrumento de ajuda aos empresários da Comunidade se os mobilizar com projectos concretos e realizáveis que os ajudem a integrar-se económica e comercialmente **(3)** no mundo globalizado e competitivo.

Mas, à data dos 10 Anos, há que reconhecê-lo, a cooperação económica e empresarial na CPLP é ainda incipiente e incerta – o último Fórum Empresarial foi em 2005 e o Conselho Empresarial ainda procura a sua missão.

Notas:

(1) Na III Cimeira de Chefes de Estado da CPLP, em 2000 em Maputo, foi deliberado organizar o I Fórum Empresarial da CPLP para afirmar a Comunidade através de uma vertente económica e de cooperação empresarial;

(2) Certamente porque a descontinuidade geográfica dos países da nossa Comunidade, levando-os a pertencer a blocos regionais distintos, e as particularidades do quadro social e económico dos Estados-membros da CPLP tão diferenciados são factores não mobilizadores, embora tornem, também, maior o desafio de articular, com o máximo benefício, as potencialidades, iniciativas e oportunidades de tão vasta família;

(3) Tendo o potencial de operar como uma grande Câmara de Comércio e Indústria que uniria os empresários dos oito países da Comunidade e capaz de dinamizar quer o relacionamento entre os empresários deste espaço, quer o seu acesso aos mecanismos de cooperação empresarial e económica dos blocos onde estão inseridos – União Europeia, Mercosul, União Económica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Política Internacional

Diversa nas suas realidades geográfica, humana, económica e sociais, a CPLP tem procurado ter uma voz activa nos fora internacionais e estabelecer relações de cooperação com todas as organizações internacionais e regionais onde os seus membros participam, em regra geral desde antes da fundação da comunidade.

Todos os oito Estados-membros da CPLP são membros do sistema das Nações Unidas.

Portugal é membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO ou OTAN, 1947). Aderiu em 1986 à Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia, e aderiu no primeiro período à moeda única europeia (Euro), após diversos anos com o Escudo integrado no cabaz virtual do Ecu.

O Brasil, membro da Organização dos Estados Americanos (OEA) é um dos fundadores do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em conjunto com a Argentina, Paraguai e Uruguai, e participa activamente nos vários processos de integração em curso na América do Sul e nas negociações da Zona de Comercio Livre das Américas.

Em África, os PALOP foram admitidos logo após a sua independência política na Organização da Unidade Africana (OUA) e são actualmente membros da União Africana, que lhe sucedeu em 2001. Ao mesmo tempo, aderiram às várias organizações regionais e sub-regionais em que estão geograficamente inseridos.

Angola e Moçambique fazem parte da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Angola integra a Comunidade dos Países da África Central (CEAC) que inclui ainda São Tomé e Príncipe. Angola também participa com dinamismo na institucionalização da Organização dos países do Golfo da Guiné e foi admitida em 2006 na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Cabo Verde e Guiné-Bissau são membros da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), tendo a Guiné-Bissau decidido aderir à União Economia e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e adoptado a moeda comum, o Franco CFA, como moeda nacional.

Dez anos de Acordos

Mário Mendão

Os Acordos celebrados no âmbito da CPLP, por serem o reflexo do trabalho realizado no prosseguimento dos objectivos estatutários da Organização, marcam o sucesso da concertação de interesses dos Estados-membros num interesse comunitário comum.

O Secretariado Executivo da CPLP e os Estados-membros trabalham continuamente no sentido da materialização dos compromissos assumidos em avanços da Comunidade, e procuram a concertação de vontades no sentido promover a celebração de novos Acordos.

Os documentos encontram-se separados em três grupos, diferenciados pela natureza dos signatários. Assim:

Acordos Intra CPLP (os signatários são os Estados-membros)

- Declaração constitutiva da CPLP
- Estatutos da CPLP
- Acordo de Cooperação entre Governos Integrantes da CPLP para Redução da Demanda, Prevenção de Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicos
- Acordo sobre o estabelecimento da Sede da CPLP em Portugal
- Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países Membros da CPLP
- Acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP
- I Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
- II Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
- Acordo sobre a Supressão de Vistos e Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, entre os Governos dos Países Membros da CPLP
- Revisão dos Estatutos do IILP
- Estatuto do Centro de Análise Estratégica
- Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas

- Acordo sobre o estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração
- Acordo sobre o estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP
- Acordo sobre a concessão de Visto Temporário para tratamento médico a cidadãos da CPLP
- Acordo sobre a Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à emissão e renovação de autorizações de residência para os cidadãos da CPLP
- Acordo de Cooperação entre Estados Membros da CPLP sobre o Combate ao HIV/SIDA
- Resolução de Revisão dos Estatutos da CPLP
- Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Oficial Portuguesa e respectivo Estatuto
- Acordo de Cooperação entre os Estados Membros sobre o Combate à Malária/Paludismo
- Convenção sobre a transferência de pessoas condenadas entre os Estados-membros da CPLP
- Convenção sobre Auxílio Judiciário em matéria Penal entre os Estados-membros da CPLP
- Convenção sobre Extradicação entre os Estados-membros da CPLP.

Acordos entre a CPLP e outras Organizações Internacionais

- Acordo de Cooperação com a Organização Internacional das Migrações – OIM
- Acordo com a Organização das NU para a Agricultura e Alimentação – FAO
- Programa de Cooperação com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD
- Complemento adicional ao Programa de Cooperação CPLP/UNCTAD, com a participação do SEBRAE RS
- Protocolo de Cooperação com a Associação das Universidades da Língua Portuguesa – AULP

- Acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO
- Acordo com a União Latina
- Termos da Colaboração da CPLP, como Centro Colaborador do Programa da Nações Unidas contra o HIV/SIDA - UNAIDS
- Convénio Operacional CPLP/UNCTAD/Empretec
- Acordo de Cooperação Base com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI
- Convénio com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura
- Protocolo de Cooperação com a Open City International Foundation - FOCA
- Memorandum de Entendimento com a Organização Internacional do Trabalho - OIT
- Resolução de Cooperação entre a CPLP e a Organização das Nações Unidas
- Protocolo de Cooperação com a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
- União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas
- Protocolo de Cooperação com a Organização Internacional do Trabalho - OIT
- Atribuição do Estatuto de Observador à CPLP na Assembleia-Geral das Nações Unidas
- Acordo de Cooperação com a União Económica e Monetária da África Ocidental - UEMAO
- Acordo sobre o Programa de Cooperação Técnica com a FAO (Propriedade , Ordenamento e aspectos legais)
- Acordo com o Alto Comissariado da Nações Unidas para os Direitos do Homem – ACNUDH

Acordos entre a CPLP e entidades da Sociedade Civil (desenvolvido no capítulo VII).

Exposição no Museu da Língua Portuguesa, Estação da Luz, São Paulo, Brasil.



História da Instituição

Antecedentes

Dizer que a língua portuguesa foi espalhada nos países que formam hoje a CPLP, pelos portugueses de Portugal, é apontar para uma evidência. A origem mais remota da comunidade é pois a expansão do Reino de Portugal iniciada com as explorações marítimas do Século XV – aquela que “deu novos mundos ao mundo”.

Não se trata aqui de fazer a história da colonização portuguesa. Contudo vale a pena lembrar alguns dos traços que marcam ainda hoje a comunidade.

O primeiro destes traços é a **antiguidade** dos laços que começaram a ser forjados quando os navegadores lusos desembarcaram em terras nunca dantes visitadas por europeus.

Da descoberta das primeiras ilhas de Cabo Verde por Dinis Dias à chegada de Vasco da Gama a Calecut na Índia, em 1498, e de Pedro Álvares Cabral às Terras da Santa Cruz, hoje no Brasil, em 1500, a gesta dos descobridores cumpriu-se em pouco mais de meio Século. Em 1471, João de Santarém e Pêro Escobar tinham explorado a costa do Golfo da Guiné e descoberto São Tomé e Ano Bom (hoje na Guiné Equatorial). Em 1481, Diogo Cão atingiu o estuário do rio Zaire e ergueu o primeiro padrão no solo da futura Angola. Em 1487, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, abrindo o caminho do Indico. Na histórica viagem para a Índia, Vasco da Gama – sabe-se por Damião de Góis – colocou cinco padrões, dois dos quais na costa de Moçambique. Em 1510, Afonso de Albuquerque conquistou Goa que se tornou a principal possessão portuguesa no Oriente. Em 1514, Jorge Álvares atinge a China, em 1543 Francisco Zeimoto, António Mota, António Peixoto e Fernão Mendes Pinto são os primeiros europeus a desembarcar no Japão. Ao Ceilão, Birmânia e às ilhas de Sumatra e Java foi posteriormente estendida a influência portuguesa, com Malaca, na península da Malásia como ponto de apoio: Timor, referenciada nos mapas desde 1515, começou então a ser regularmente visitada por navios portugueses.

Não se tratava de um “império” no sentido clássico do termo, sendo a ocupação territorial reduzida – com excepção do Brasil – a um conjunto de praças, fortalezas, presídios, entrepostos e feitorias, espalhado ao longo das costas, descontínuo no espaço e no tempo. Mas os conhecimentos e contactos então estabelecidos perduraram, mais ou menos fortes, até ao presente.

O segundo traço dominante é o carácter marcadamente mercantil da empresa, com uma larga participação de **particulares** e o **lucro** como principal motor.

O primeiro ouro em pó trazido da costa africana criou a convicção de que a região poderia servir para o estabelecimento de uma actividade comercial capaz de paliar as necessidades de numerário que então se fazia sentir em Portugal e em toda a Europa.

As visitas anuais à Guiné e Mina para carregar escravos e ouro, trocados por panos e trigo, produzido na Madeira ou comprado na Europa, fortaleceram o valor da moeda portuguesa. O centro deste comércio era Lagos onde foi criada a Casa da Guiné, transferida em 1482 para Lisboa com o nome de “Casa da Guiné e da Mina”.

Contudo, a penúria crónica do erário régio levaram a Coroa a arrendar o trato da Guiné a mercadores. O primeiro contrato deste tipo, firmado entre o rei Afonso V e o mercador de Lisboa Fernão Gomes, com o encargo de armar às suas custas a continuação da exploração do litoral africano, iria servir de modelo, quer para o financiamento das frotas, quer para o povoamento e colonização das novas possessões. A Coroa cobrava impostos e reservava-se o monopólio de alguns produtos considerados estratégicos – ouro, pedras preciosas, especiarias e armas. O controlo da administração central sobre as actividades destes empresários não era fácil e foi geralmente frouxo, deixando ampla margem à iniciativa de empreendedores e aventureiros, nacionais e estrangeiros, que raramente cumpriam as leis. A situação alterou-se com D. João II e D. Manuel mas, em breve, os recursos existentes no país eram insuficientes para a extensão do território, para as fortalezas e feitorias que se pretendiam controlar. No final do Século XVI, com a união das duas monarquias ibéricas, multiplicam-se os ataques pelos tradicionais inimigos da Espanha. Por meados do Século XVII, Portugal detinha apenas alguns pontos-chave na Ásia e em África, voltando-se de decisivamente para o Brasil.

Evangelização

A difusão do catolicismo entre os povos onde estavam implantadas as feitorias portuguesas, embora tendo constituído uma das bandeiras da missão dos colonizadores é inseparável do traço anterior. Naturalmente, todas as frotas dos descobrimentos se faziam acompanhar de sacerdotes e missionários, pois à Graça divina eram encomendadas a salvação dos tripulantes e o bom sucesso da expedição. O esforço para converter os “gentios” não era porém isento de cálculo mercantil. Além de “dilatam a fé”, a conversão dos senhores das terras descobertas era uma forma de os transformar em aliados dos portugueses. O caso paradigmático é o do Reino do Congo, com o baptismo do soberano que tomou o nome de D. João I, em 1491, nome do “seu primo” o rei de Portugal e fez erguer a primeira igreja católica em território africano. O seu filho, D. Afonso, enviou uma embaixada a Roma para prestar obediência ao Papa, como faziam os outros reis cristãos e um filho deste, D. Henrique, foi nomeado por Leão X bispo titular de Útica, mais tarde auxiliar do Funchal e finalmente chefe da Igreja do Congo (1521-1531), ou seja, o primeiro bispo católico da África Austral.

Uma tentativa de converter o “imperador” do Monomotapa (reino que existiu em Moçambique e no actual Zimbabué entre os rios Lim-

popo e o Zambeze, de 1421 a 1884) obedeceu à mesma intenção de fazer dele um aliado contra os muçulmanos que na altura dominavam o comércio na costa africana do Índico, nomeadamente, o do ouro e do marfim. Os esforços dos jesuítas D. Gonçalo da Silveira, André Fernandes e André da Costa não foram contudo coroados de sucesso. D. Gonçalo, um português vindo de Goa, foi em 1561 o primeiro mártir cristão de Moçambique. A procura de uma aliança com os portugueses foi ainda o que levou a Rainha Ginga da Mutamba a receber o baptismo em Luanda, em 1621, das mãos de um capuchinho italiano. A rainha não aceitava submissão nem tributo mas a proibição, feita por Lisboa, aos mercadores de “comprar baptizados como escravos” nunca foi respeitada, a julgar pelas reclamações do rei do Congo e dos missionários.

Os donos de escravos eram em contrapartida obrigados a ensinar a religião aos seus dependentes, missão incumbidas aos capelães dos engenhos, mais ou menos dedicados.

Houve assim, desde o início duas igrejas: a dos poderosos, já que a pratica católica era uma forma de aceder ao poder dos brancos, e a dos negros, mais ou menos contaminada por ritos e costumes africanos. A criação da primeira Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em África foi autorizada pelo rei na ilha de São Tomé em 1526, “a pedido de dois negros livres”. No Século XVI surgiram duas Irmandades dos Homens Negros em Portugal, uma em Lisboa e outra em Lagos. Na altura 10 por cento da população portuguesa era constituída por escravos africanos, segundo o historiador Cristóvão de Oliveira.

Os sucessos da Evangelização na Ásia foram particularmente notáveis em Sri-Lanka, Timor, Malaca e no território próximo de Goa. Mas, também, um pouco por toda a parte, do Japão à Birmânia, das Celebes ao Vietname, pequenas comunidades cristãs viriam a ser convertidas e existem até aos nossos dias.

Alem de “dilatara fé” a conversão dos senhores das terras descobertas era uma forma de os transformar em aliados dos portugueses. (Angola).



Interdependência

Talvez o rasgo mais original da colonização portuguesa seja a interdependência que cedo se estabeleceu entre as várias “colônias”, criando “laços especiais” entre elas, tão ou mais fortes que com a metrópole, sempre carente de recursos financeiros e humanos para acudir às necessidades dos colonos.

Laços que perduram entre a maioria dos membros da CPLP.

Timor sempre dependeu mais de Goa que de Lisboa e depois do fim do Estado português da Índia (ocupado pela União Indiana em 1961) foi para Macau que se transferiram grande parte das relações.

Moçambique pertenceu ao mesmo conjunto, dada a sua posição estratégica na rota marítimas para o Oriente, criando laços fortes com Goa. O monopólio indiano sobre o comércio com Moçambique só foi abolido em 1686 e a separação administrativa do Estado da Índia teve lugar em 1752. Mas os efeitos destes cruzamentos antigos perduram na cultura como através de uma influente minoria de origem indiana em Moçambique. Também ali encontraram refúgio e apoio muitos independentistas timorenses depois da ocupação indonésia da ilha em 1975.

Pela sua posição estratégica no Atlântico, Cabo Verde sempre ocupou um lugar destacado nas relações entre Lisboa e o resto das possessões portuguesas e em particular entre o Brasil e África. O arquipélago foi, até ao Século XVIII, uma escala quase obrigatória das frotas que da Europa demandavam a África e o Brasil.

A Guiné chamou-se Guiné de Cabo Verde desde a carta regia de 1466 – que outorgava aos moradores da ilha de Santiago o monopólio do comércio com o território continental africano adjacente para favorecer o povoamento do arquipélago – e dependeu administrativa, militar e politicamente de Cabo Verde até 1879, data da instalação do primeiro governador da Guiné Portuguesa em Bolama.

O interesse brasileiro pelos escravos capturados ou comprados na Guiné criou laços entre comerciantes cabo-verdianos e brasileiros que, com altos e baixos, perduraram para além da total substituição dos primeiros pelos segundos e até ao fim da escravatura no Brasil. A Companhia do Grão Pará e Maranhão, fundada em 1756, fortificou Bissau em 1777 e fez dela o principal entreposto de escravos, eclipsando Cacheu como centro comercial e administrativo.

Os brasileiros não precisaram de intermediários para as suas relações com as outras possessões portuguesas em África. Em virtude de sua privilegiada posição estratégica no litoral do Atlântico Sul, em frente a Angola, e pelas condições que ofereciam os seus portos, a Bahia foi ponto quase obrigatório de passagem das armadas que se dirigiam ou regressavam a Angola. O mesmo sucedia com as frotas comerciais, que iam ao Brasil e só dali alongavam a sua viagem até Angola e ao Índico, contornando o continente africano. Do Brasil partiu a expedição que em 1648 libertou Luanda da ocupação holandesa.

A colonização, associada à introdução das culturas de plantação, do Brasil e dos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé reforçou esta interdependência económica, política e militar.

No Século XV, Portugal já produzia açúcar na Madeira e São Tomé. A sua procura na Europa e os altos preços praticados estimularam a implantação de canaviais na costa brasileira e a maioria dos historiadores situa o arranque da colonização do Brasil por volta de 1530, com o aparecimento dos primeiros engenhos para produzir açúcar. Esta actividade teve o seu apogeu nos Séculos XVI e XVII (até ser afectada pela concorrência das Antilhas) mas marcou a sociedade brasileira por séculos e determinou as suas relações com África, porque quer as plantações, quer as minas de ouro e diamantes (só descobertos no Brasil no Século XVII) precisavam de uma grande quantidade de mão-de-obra escrava.

O tráfico de escravos tornou-se numa das actividades mais lucrativas do triângulo atlântico.

O comércio de escravos era anterior – para pôr em cultivo a Madeira foram utilizados escravos trazidos das Canárias (Guanches) ou comprados aos Mouros – mas a colonização do Brasil fez crescer a procura de forma exponencial e o tráfico negreiro tomou proporções sem precedentes. Luanda, Cabo Verde e São Tomé converteram-se em entrepostos de escravos destinados às Américas (e não apenas ao Brasil) e, na fase final, até Moçambique forneceu escravos para o tráfico transatlântico.

o século XV Portugal já produzia açúcar na Madeira e em São Tomé. (São Tomé e Príncipe).



A produção açucareira exigia actividades complementares, agricultura para a produção de alimentos e a pecuária que fornecia a população de carne, força motriz para os engenhos, couro com suas múltiplas utilidades e animais de transporte. Os cavalos e as primeiras cabeças de gado vieram de Cabo Verde, em 1534, para a capitania de São Vicente. Em 1550, Tomé de Sousa mandou uma caravela a Cabo Verde para trazer um novo carregamento para São Salvador da Bahia. Dado que uma carta régia de 1701 proibia a pecuária numa faixa costeira de 10 léguas (reservada aos canaviais, mais rentáveis para a Coroa) os criadores de gado tiveram que se expandir para o interior do Brasil, primeiro nos sertões do nordeste (até às brutais secas de 1791 a 1793) e logo nas campinas do sul onde encontraram condições mais favoráveis.

Em 1560, a União Ibérica colocou Portugal sob o domínio de Espanha. A crise teve como consequência o reforço dos laços entre o Brasil e Angola e a tomada do controlo da colónia e do tráfico de escravos pelos brasileiros.

Os holandeses, que ocuparam Pernambuco em 1630, perceberam a dependência da região da mão-de-obra escrava africana e ocuparam Luanda em 1641. O restabelecimento do domínio português sobre Angola e São Tomé depois da restauração da independência de Portugal em 1640 foi obra dos brasileiros. Em 1648, são os comerciantes do Rio de Janeiro que financiam uma armada comandada por Salvador Correia de Sá que retoma Luanda e expulsa os holandeses.

A partir desta data e durante um Século todos os cargos importantes do governo passaram a ser ocupados por pessoas vindas do Brasil, desde o governador-geral até ao bispo e ao comandante militar. Os brasileiros substituem os portugueses no controlo da colónia e do tráfico negroiro.

Com a descoberta das primeiras jazidas de ouro no Brasil, aflui todo o tipo de gente à procura de riquezas e o interesse da coroa portuguesa volta-se para o Brasil. (Minas Gerais, Brasil).



Com a descoberta das primeiras jazidas de ouro no Brasil, na terra posteriormente chamada Minas Gerais e logo no Mato Grosso (1718) e Goiás (1725), iniciou-se um novo ciclo. O Brasil vira-se para dentro – só a procura de escravos não esmorece (em 1786, 75 por cento da mão-de-obra nas minas é constituída por escravos), afluem ao Brasil todo o tipo de gente à procura de riquezas e o interesse da coroa portuguesa focaliza-se no Brasil. Surgem conflitos entre colonos e forasteiros (“emboadas”) e entre estes e os funcionários da Intendência das Minas (criada em 1720) órgão directamente vinculado à Coroa com a função de atribuir passaportes e terras, cobrar impostos, fiscalizar o trabalho nas minas e, quando foi fixado o mínimo de arrobas de ouro que deveriam ser enviadas anualmente para Lisboa, executar a derrama.

O facto que melhor caracteriza a inversão das relações colónia-metrópole foi contudo a mudança da família real e da corte portuguesa para o Brasil, na sequência das invasões napoleónicas da Península e com o apoio da Inglaterra. O futuro D. João VI chegou ao Brasil em Janeiro de 1808, com uma comitiva de cerca de 10 000 pessoas, e entre esta data e 1820 foi o Rio de Janeiro a capital do império, facto único na historia europeia e que criou as bases para a futura emancipação política da colónia: que aconteceu em 1822 quando o príncipe D. Pedro, nomeado regente do Brasil pelo pai e intimado por Lisboa a escolher entre os interesses dos colonos e do poder central, optou pelos primeiros e proclamou a independência, reconhecida por Lisboa, em 1825.

A independência do Brasil levou Portugal a virar-se de novo para África, para a procura de terras e de mão-de-obra. A escravatura, abolida no Brasil em 1888 sobreviveu nos territórios africanos de Portugal sob a forma do contrato e do envio de serviçais, nomeadamente, para São Tomé, primeira colónia africana grande produtora de café e cacau. A conquista militar e a luta pela fixação das fronteiras, na Guiné portuguesa, Angola e Moçambique, iniciadas na segunda metade do Século XIX vão prolongar-se durante as três primeiras décadas do Século XX, transformando em inimigos povos que durante Séculos tinham conhecido um outro convívio com as gentes portuguesas.

Um traço se mantém: a falta de meios financeiros e o escasso número de tropas “metropolitanas” comprometidos nestas guerras de conquistas, efectuadas, quase sempre, com grande participação de tropas locais, auxiliares ou fornecidas por chefes tradicionais “aliados”. Ao contrário do que acontecera nos primórdios da presença portuguesa em Africa, as conquistas modernas foram onerosas para Portugal, as baixas de um lado e do outro, embora não contabilizada com precisão, foram significativas. O que obrigou a um esforço também maior de propaganda, à volta dos “direitos históricos” de Portugal sobre os territórios africanos, e de exaltação patriótica, particularmente, patente no episódio do “ultimato inglês” de 1890.

Para Portugal, esse “elan” patriótico pela “África portuguesa” foi um dos factores catalizadores de profundas mudanças políticas e sociais, que culminaram com o derrube da Monarquia (1910), e da modernização das forças armadas, com a implementação do serviço militar, universal e obrigatório (1911).

Para Angola, Guiné Portuguesa e Moçambique as conquistas militares portuguesas e as campanhas posteriores ditas de pacificação foram, como no resto de África, o início da construção de novas entidades. Juntados à força no mesmo molde e sujeitos ao direito colonial imposto pelas potências europeias, conjuntos heterogêneos de povos iriam transformar-se em angolanos, guineenses e moçambicanos favorecendo a emergência de uma incipiente “consciência nacional” que serviria de alicerce aos movimentos emancipadores e independentistas, e daria origem, na segunda metade do Século XX, aos movimentos de libertação e à luta armada.

Mestiçagem, miscigenação, crioulição

Teorizada por Gilberto Freire em “Casa Grande e Senzala” (1933) e sobretudo no livro “O mundo que o português criou” (1937), com o conceito de “lusotropicalismo”, a “especial capacidade de o português se misturar com os povos tropicais, trocando padrões culturais e criando sociedades sincréticas e harmónicas” foi mais produto das circunstâncias anteriormente enumeradas que de uma política ou orientação deliberada.

É certo que como vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque (1505-1519) promoveu os casamentos mistos de oficiais portugueses com mulheres de Goa.

Noutras latitudes, as uniões entre portugueses e mulheres nativas foram a resposta natural à escassez de mulheres europeias e às necessidades dos primeiros moradores, náufragos ou degredados.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, o litoral era povoado por uma numerosa população ameríndia. Os grupos tupis possuíam uma organização social bastante complexa e falavam a mesma língua. Não tendo chegado a organizar impérios, como no México ou o Peru, receberam os recém-chegados sem hostilidade, nem resistência, pelo menos numa fase inicial. Os contactos com os tapuias ou carijós do interior foram mas tardios e geralmente violentos. Os tupis quase desapareceram, por morte ou miscigenação mas o seu legado está presente com milhares de palavras



que foram incorporadas ao vocabulário da língua portuguesa actualmente falada no Brasil (nomes de animais e plantas) e em muitos topónimos, nomeadamente, os nomes de vários Estados e de numerosas cidades.

Muitas das grandes famílias paulistas tem uma índia na origem da sua genealogia.

No Brasil como em África, as autoridades – civis e religiosas – fecharam os olhos ao que não podiam impedir e as relações sexuais entre portugueses e nativas, livres ou escravas, não eram consideradas crime nem pecado como no resto do Reino.

Esta tolerância foi reforçada pelo facto dos filhos nascidos destas uniões se revelarem muito úteis para a continuação da expansão e da colonização. Mais resistentes ao clima e às doenças tropicais, conhecedores das línguas e culturas indígenas, mestiços e escravos alforriados (forros) foram os intermediários naturais, mais ou menos zeladores e leais dos brancos, sempre em pequeno número.

Se o engenho de açúcar, com a sua Casa Grande e a Sanzala dos negros foi o crisol de um tipo de mestiçagem próprio ao Brasil, o modelo de sociedade “escravocrata”, patriarcal, conservadora e fortemente piramidal – branco no topo, escravos em baixo, mestiços e forros nos escalões intermédios – impôs-se em todas as colónias onde prosperaram as culturas exportadoras.

Há, porem, outro tipo de aculturação, bem mais violenta, propiciada pelo comércio de escravos. “Lançados” de Cabo Verde, grumetes da Guiné, bandeirantes do Brasil, pombeiros em Angola, aventuraram-se para o interior das terras, em caravanas que visitavam as feiras e negociavam com caciques e sobas. Diziam-se portugueses ou eram vistos como tais, pelo vestuário, a fala, a religião e as armas.

As “bandeiras” que desempenharam um papel tão importante na fundação do Brasil eram expedições financiadas por comerciantes ou fazendeiros que congregavam aventureiros e foragidos sob a chefia de algum homem das velhas famílias de colonos. Passavam anos a fio no mato, formavam novas famílias com as carijós, funda-



vam arraiais onde se cultivava o milho e regressavam com cáfilas de índios para serem vendidas como escravos.

As “guerras pretas” para caçar escravos no interior de África, reproduziam aproximadamente o mesmo modelo, forjando alianças (frequentemente seladas por uniões de sangue) entre pombeiros e régulos e sobas. Surgiram grandes famílias luso-africanas, relacionadas com outras luso-brasileiras, que rapidamente se converteram na verdadeira classe dominante nas colónias, independentemente da cor da pele, com a qual as autoridades portuguesas eram obrigadas a pactuar para conservar os seus lugares e prosperar.

O quadro do nascimento destas sociedades crioulas de origem portuguesa não seria completo sem uma referência aos judeus. Se os primeiros cristãos novos chegaram a Cabo Verde e São Tomé como deportados, muitos emigraram voluntariamente para as colónias depois da implantação da Inquisição em Portugal. Expostos aos mesmos perigos, falando a mesma língua e confrontados as populações indígenas, cristãos-novos e cristãos-velhos aproximaram-se e misturaram-se, até se esbater quase por completo o preconceito da “limpeza de sangue”.

Foi também no Brasil que os negros vindos de Angola, pelo seu número, chegaram a formar um apreciável aglomerado social, liderando os escravos de outras origens e vinculando utopicamente a mãe pátria: documentos falam da coroação dos “reis do Congo” no Recife, em 1674, e do “Rei de Angola” em Ouro Preto, em 1773.

A miscigenação nunca significou igualdade ou respeito pelas culturas indígenas. Pelo contrário, como observou um missionário jesuíta, as “relações de dominação e subordinação inerentes ao sistema colonial levavam geralmente as camadas mais baixas da sociedade colonial a portarem-se com as populações naturais com uma superioridade que lhes era negada na metrópole”.

O resultado final foram sociedades crioulas, com identidade e cultura própria. Donde os os “filhos da terra” – portugueses nascidos nas colónias ou nelas instalados de longa data – tratavam com alguma sobrançeria os “reinois” recém-chegados, funcionários régios ou militares, tidos geralmente como fracos, incompetentes e cúpidos. Sem questionar a alegada superioridade da matriz cultural europeia muitos “filhos da terra” acusaram o sistema colonial de impedir o progresso e o desenvolvimento e alguns combateram nas fileiras dos movimentos de libertação. A democracia racial e a reivindicação do multi-culturalismo viriam muito mais tarde, depois das independências políticas.

Os precursores da CPLP

Consumada a independência do Brasil e abolida a escravatura, ficava desfeita a teia transatlântica de interesses cruzados e Portugal teve de assumir sozinho a defesa das suas possessões ultramarinas, ameaçadas pelas outras potências coloniais europeias.

Portugal e o Brasil não deixam, porém, de seguir caminhos paralelos com o mesmo quadro constitucional, obra do mesmo soberano, D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, e de um quadro político e intelectual suficientemente próximo (reforçado pela enorme emigração portuguesa) para produzir os mesmos efeitos quase simultaneamente: desenvolvimento da Maçonaria e das ideias republicanas e “regeneracionistas”, implantação da República no Brasil em 1889 e tentativa falhada no Porto, dois anos depois, que acabou por vingar em 1910; golpe militar em Portugal em 1926, seguido da instauração da ditadura salazarista, que toma o nome de “Estado Novo” – o mesmo que Getúlio Vargas, levado ao poder pelos militares em 1930, adoptou para o regime corporativa que instaurou em 1937.

Foi depois da Segunda Guerra Mundial e do regresso da democracia ao Brasil que o divórcio começou a se acentuar e levou um número crescente de democratas e opositores à ditadura portuguesa a rumar para o “país irmão”.

Permaneceu viva, nalguns círculos intelectuais dos dois países a utopia da “Nova Lusitânia”, idealizada pelo **Padre António Vieira** como uma profecia bíblica, atribuindo a Portugal a missão de converter e reformar o mundo.

Já em 1902, o brasileiro **Sílvio Romero** tinha proposto a criação de uma **Federação Luso Brasileira**, bloco linguístico envolvendo o Brasil e Portugal e as suas colónias, como forma de resistir aos intentos “recolonizadores” das grandes potências promotoras das Conferências de Berlim.

O poeta luso Fernando Pessoa actualizou e modernizou o mito do Quinto Império na sua “Mensagem” e no “Livro do Desassossego”. A frase “ a minha Pátria é a Língua Portuguesa” que Pessoa coloca na boca do seu heterónimo Bernardo Soares iria converter-se numa espécie de divisa da Lusofonia e deste novo “império”, não material mas cultural.

Como salientava o filósofo luso Agostinho da Silva, que foi em toda a sua vida e obra um activo propagandista deste “quinto Império” espiritual, limpo de toda intenção dominadora ou hegemónica, não haveria “quinto imperador” e o poder do Espírito Santo sopraria em todas as partes onde se fala o português.

O escritor brasileiro **Gilberto Freire**, com a sua teoria do “luso-tropicalismo” de grande projecção internacional, chamou a atenção sobre a “gestão de antagonismos” que constitui na sua opinião a marca original da colonização portuguesa nos Trópicos e da formação

da identidade brasileira. Sem o querer, proporcionou argumentos à ditadura de Salazar para exaltar a “missão civilizadora” e a “vocaçãõ universalista” de Portugal e justificar a resistência aos ventos da mudança, da democracia e da descolonização. Fortemente atacado por anti colonialistas de inspiraçãõ liberal e marxista, Freire foi recentemente reabilitado no Brasil onde, em 2000, por iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi celebrado o “ano de Gilberto Freire”.

Apesar do **Tratado de Amizade e Consulta**, assinado em 1953, a política colonial de Portugal – que levou às guerras lavradas em três frentes, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique – entre 1961 e 1974 – foi um obstáculo ao normal relacionamento entre Portugal e Brasil durante boa parte da segunda metade do Século XX. Foram décadas de costas voltadas, apenas disfarçadas pela retórica da “família” e dos “afectos”.

No início da década de 1960, o Professor Adriano Moreira, ministro português do Ultramar (1961-63) reconhecia a inexistência de “uma partilha de concepções quanto ao futuro, ou quanto aos futuros possíveis” entre Portugal e o Brasil. E a “necessidade urgentíssima de redefinir a imagem recíproca de ambos os países”.

Após a sua saída do Governo, Adriano Moreira fundou o **Movimento da União das Comunidades de Cultura Portuguesa** com o objectivo de “formar e movimentar a opinião pública” e criar um “clima de unidade e autenticidade” para suportar a “concretização prática” da Comunidade Luso-Brasileira. Presidiu aos dois Congressos das Comunidades, em Lisboa (1964) e Lourenço Marques (hoje Maputo) (1966).

As propostas de Adriano Moreira foram recebidas com desconfiança nos círculos do poder e foram descartadas pela propaganda oficial do regime empenhada na mobilização da opinião pública portuguesa a favor da defesa militar das Províncias Ultramarinas

José Aparecido de Oliveira enfrentou dificuldades bastante semelhantes no Brasil. Homem de cultura e diplomata, já em 1961 sonhava com uma comunidade fraterna de países de língua portuguesa baseada na luta pela liberdade, a democracia, a autodeterminação dos povos e a independência das colónias e contra o racismo e todas as formas de discriminação. Encontrou um aliado na pessoa do Presidente **Janio Quadros** que o tomou como chefe de gabinete.

Quadros teve de deixar a Presidência antes de ter cumprido o primeiro ano do seu mandato, mas dotou o Brasil de uma nova política externa, mais independente e baseada na procura do diálogo e da amizade entre os povos. Estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética e a China, condenou a intervenção militar norte-americana em Cuba e promoveu a democracia racial no Brasil, nomeando o primeiro embaixador negro e criando as primeiras reservas indígenas.

A instauração da ditadura militar no Brasil, em 1964, provocou um estreitamento das relações com o regime salazarista que não teve efeito significativo no plano das relações bilaterais. Isto, apesar dos **Acordos de Cooperação** de 1966 e da neutralidade brasileira em relação à guerra nas colónias africanas de Portugal.

O **Tratado da Igualdade de Direitos**, promulgado em 1971, já em plena era marcelista, não agradou a todos os brasileiros. Visto do Brasil, Portugal era apenas o país de origem de emigrantes de condição social humilde e frequentemente analfabetos, alvos de chacota e de inúmeras anedotas.

Seria preciso esperar até Abril de 1974 para que a “revolução dos Cravos” volte para Lisboa as atenções de intelectuais e artistas e democratas brasileiros, e para por Chico Buarque a cantar a esperança num futuro “imenso Portugal”.

Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Samora Machel e os líderes dos movimentos de libertação – **PAIGC, FRELIMO, MLSTP, FRETILIN** – que lutaram pela independência dos seus países, ressaltando sempre que o inimigo não era o povo português mas um regime e um sistema injusto e anacrónico, devem ser incluídos do rol dos precursores da CPLP.

As guerrilhas foram escolas onde se ensinou a falar, escrever e ler em português. Agostinho Neto escreveu poesias em português; Cabral dizia que “a língua é o bem mais precioso que nos deixaram os “tugas”” e Samora tomou como lema “um só povo, uma só língua”. Estas opções políticas deram origem à criação, no dia 20 de Abril de 1961, em Casablanca (Marrocos) da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) que agrupava o Movimento Popular de Libertação de Angola, a União Nacional dos Trabalhadores de Angola, o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, e a União Democrática Nacional de Moçambique (mais tarde Frente de Libertação de Moçambique), primeira organização multinacional de língua portuguesa.

Conseguidas as independências, os fundadores da CONCP, no poder nos cinco jovens Estados africanos, resolveram dar continuidade a cooperação e solidariedade forjadas durante a luta comum contra o colonialismo português, criando, em 1979, o **Grupo dos Cinco Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)**, primeira organização intergovernamental de língua portuguesa.

O assumir da herança linguística e cultural comum facilitou a rápida retoma do diálogo e da cooperação bilateral com Portugal, superando os traumas da guerra e da descolonização, e com o Brasil – que foi dos primeiros países a estabelecer relações com os PALOP – apesar das diferenças políticas e ideológicas entre a ditadura militar brasileira e os regimes marxistas instaurados nos países africanos lusófonos.

De ambos os lados, houve quem ponderasse as vantagens da reconstrução de um espaço histórico-cultural comum, partilhado e

enriquecido com as contribuições de todos os povos que falam o português, com variantes e sotaques diversos, e das suas culturas e experiências próprias.

Em 1983, no decurso de uma visita oficial a Cabo Verde, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, estimava que: “O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo transcontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efectivar consultas políticas frequentes entre directores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar”.

Entretanto, as relações entre os PALOP que tinham realizado dez cimeiras entre 1979 e 1992 tornavam-se menos íntimas, devido às divergências de percurso. O Grupo dos Cinco entrou em letargia e a criação da CPLP, em 1996, foi também uma forma de relançar a cooperação entre os seus membros, sob uma nova forma e num quadro liberto dos anteriores condicionalismos políticos e ideológicos.

Contudo, a partir de 2001, e sob a presidência de Angola, os PALOP voltaram para a ribalta e desde então o grupo não parou de se afirmar, com uma identidade própria, tanto nos cenários políticos africanos como junto das instâncias internacionais. Têm realizado cimeiras e reuniões ministeriais sectoriais, centrando a cooperação em áreas como o ensino, os transportes, e o desenvolvimento de capacidades técnicas em domínios como a administração pública, macroeconomia e gestão financeira, dívida pública, telecomunicações e comunicação social.

Os PALOP são hoje um dos pilares da CPLP, fortalecendo a sua identidade de genuína organização pluricontinental.



© Nicole Guardiola

A Fundação

Foi José Aparecido de Oliveira, ministro da Cultura do Governo do Presidente José Sarney, que relançou junto dos dirigentes do regime brasileiro o interesse pela criação de uma comunidade de países de língua portuguesa.

Os obstáculos eram muitos. O Brasil, recém-saído da ditadura, estava a braços com uma gravíssima crise política, social e económica. Os novos países africanos independentes tinham optado por regimes de partidos únicos de inspiração marxista e estavam, mais ou menos, dependentes dos países comunistas do Leste europeu e da China; Angola e Moçambique eram palcos de guerras enquadradas na lógica da Guerra-fria e Portugal estava voltado para o êxito da integração europeia que via como garante da sua estabilidade democrática e de desenvolvimento e que culminaria com a adesão as Comunidades Europeias em 1986. Contudo Sarney, chegado ao poder por morte de Tancredo Neves antes da sua tomada de posse e acusado de “falta de legitimidade democrática”, compreendeu que se os sete países tinham pela frente um longo combate pela democracia, pela afirmação internacional e pelo desenvolvimento, podiam ajudar-se mutuamente na realização desse destino comum.

Em 1989, José Aparecido visita os países de língua portuguesa convocando-os para uma reunião ao mais alto nível.

A 1 de Novembro, Sarney recebe, em **São Luís do Maranhão**, a primeira cimeira dos Sete em que participam Aristides Pereira, de Cabo Verde, João Bernardo Vieira, da Guiné-Bissau, Joaquim Chissano, de Moçambique, Mário Soares, de Portugal e Manuel Pinto da Costa, de São Tomé e Príncipe. O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, fez-se representar por Lopo do Nascimento.

Foi acordada a criação do **Instituto Internacional da Língua Portuguesa**, mas o projecto de Comunidade teria de amadurecer ainda vários anos. As mudanças no contexto internacional e as evoluções internas de cada país foram determinantes.

Com o fim da Guerra-fria e do mundo bipolar a que dera lugar, paz e desenvolvimento passam a ocupar o primeiro lugar nas prioridades da maioria dos países do chamado “Terceiro Mundo”, não anulando mas esbatendo diferenças ideológicas e políticas.

Os PALOP não fogem à regra e encetam processos de reformas políticas e económicas. Deixa de haver dois modelos antagónicos de sociedade, o que revaloriza os conceitos de solidariedade e abre a via para outro tipo de cooperação, quer ao nível da integração regional, quer no plano internacional, baseada na comum aspiração ao bem-estar, ao progresso e direitos humanos.

As mudanças de regime político em Cabo Verde e São Tomé, os acordos de paz para Angola (Lisboa, 1991) e para Moçambique (Roma, 1992) abrem novas perspectivas.

Em 1993, realizam-se duas mesas-redondas Afro-Luso-Brasileira: uma no Rio de Janeiro, outra em Lisboa e uma terceira em Luanda, em 1994, congregando escritores, académicos e outras personalidades.

Mas o regime brasileiro está mais virado para as reformas internas e o relacionamento com os países mais desenvolvidos, empurrando o Brasil para uma política externa menos “terceiro mundista”. Pelo contrário, os governos portugueses de Aníbal Cavaco Silva colocam África, e em particular os PALOP, entre as três prioridades da diplomacia portuguesa.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Sete reunidos em **Brasília**, em Fevereiro de 1994, recomendam a realização de uma cimeira dos Chefes de Estado e de Governo para aprovar a constituição da Comunidade.

É criado um **Comité de Concertação Permanente**, em Lisboa, integrado por um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (o director-geral de Política Externa) e pelos Embaixadores acreditados em Lisboa (única capital onde existem Embaixadas de todos os países da CPLP).

© Agência LUSA



O Comité encarregou-se de elaborar os projectos de Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade, e os seus trabalhos contam com a participação activa de Aparecido de Oliveira, então embaixador do Brasil em Lisboa.

A Cimeira, prevista para Junho de 1994, foi adiada duas vezes. A primeira, por indisponibilidade do presidente brasileiro Itamar Franco, a segunda devido a um incidente diplomático entre Portugal e Angola.

Em Junho de 1995, os chefes da diplomacia dos Sete chegaram a um acordo e marcaram uma nova data para a cimeira fundadora, que será ainda antecedida por uma última reunião ministerial em Maputo, em Abril de 1996.

A cimeira realizou-se a **17 de Julho de 1996**, no **Centro Cultural de Belém**, em **Lisboa**. Ao assinar a **Declaração Constitutiva**, os Chefes de Estado declaram que o fazem **“num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus povos e no respeito pela igualdade soberana dos Estados”**. A Comunidade afirma nascer para **“consolidar a realidade nacional e plurinacional que confere identidade própria aos países de língua portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles”**.



CIMEIRA CONSTITUTIVA DA CPLP

Os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, (E-D) o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, de Cabo Verde, Mascarenhas Monteiro, de Portugal, Jorge Sampaio, o Primeiro-ministro português, António Guterres, da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, de Moçambique, Joaquim Chissano, o representante de São Tomé e Príncipe e o Secretário Executivo da CPLP, Marcelino Moco, durante a Cimeira Constitutiva da CPLP, que decorreu no Centro Cultural de Belém a 17 de Julho de 1996.

É fixado como objectivo “aprofundar a progressiva afirmação internacional do conjunto de países de língua portuguesa que constituem um espaço descontínuo mas identificado pelo idioma comum”.

A língua portuguesa é definida como “um vínculo histórico e um património comum resultante de uma convivência multisseccular que deve ser valorizada” e “um meio privilegiado de difusão da criação cultural dos povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista”.

Os Presidentes participantes na Cimeira Constitutiva de 1996



José Eduardo dos Santos
(nascido em Luanda em 1942)
Presidente da República de Angola (1979-)



Fernando Henrique Cardoso
(nascido no Rio de Janeiro em 1938)
Presidente da República Federativa do Brasil (Jan. 1995 - Dez. 2002)



António Mascarenhas Monteiro
(Nascido em 1944)
Presidente da República de Cabo Verde (Mar.1991- Mar.2001)



João Bernardo “Nino” Vieira
(nascido em 1939 em Bissau)
Presidente da República da Guiné Bissau (nov. 1980- Mai. 1999) (Jul. 2005 -)



Joaquim Alberto Chissano
Nascido em 1939, Malehice, Chibuto, Gaza
Presidente da República de Moçambique (1986-2005)



Jorge Fernando Branco de Sampaio
(nascido em 1939 em Lisboa)
Presidente da República Portuguesa (Mar. 1996- Mar. 2006)



Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada
(nascido em 1936 em São Tomé)
Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe (1991-2001)
(fez-se representar na Cimeira Constitutiva pelo Primeiro Ministro Armindo Vaz de Almeida).

Os Estatutos

Nos estatutos aprovados pela I Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a CPLP é definida como “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros” particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico, técnico-científico e interparlamentar.

Os Estatutos da CPLP consagram os princípios básicos seguintes:

- Igualdade de soberania entre todos os Estados-membros;
- Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado-membro;
- Respeito das identidades nacionais;
- Reciprocidade de tratamento;
- Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- Respeito pela integridade territorial de cada Estado;
- Promoção do desenvolvimento sustentável;
- Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Ver texto completo da Declaração Constitutiva e dos Estatutos no site oficial da CPLP: www.CPLP.org



Os órgãos da CPLP e o seu funcionamento

No acto de criação da CPLP foram estabelecidos os seguintes órgãos da CPLP:

- A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- O Conselho de Ministros;
- O Comité de Concertação Permanente;
- O Secretariado Executivo.

Aquando da revisão dos Estatutos, na IV Cimeira (Brasília, 2002) foram acrescentados aos órgãos da CPLP:

- As Reuniões Ministeriais Sectoriais;
- A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação.

O X Conselho de Ministros, realizado em Luanda, em 2005, integrou como órgão adicional:

- O Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Conferência de Chefes de Estado e de Governo

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo é a instância deliberativa superior da Comunidade. Compete à Conferência:

- a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
- b) Adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
- c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
- d) Eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos
- e) Eleger o Secretário Executivo da CPLP.

A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados-membros.

As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados-membros. Como é regra em todas as instâncias deliberativas da CPLP, as suas decisões são tomadas por consenso e são de cumprimento obrigatório para todos os membros. Este órgão se reúne ordinariamente de dois em dois anos, e extraordinariamente quando solicitada por 2/3 dos Estados-membros.

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros é constituído pelos chefes da diplomacia dos Estados-membros. As suas reuniões ordinárias são anuais e pode reunir-se extraordinariamente ao pedido de 2/3 dos Estados-membros. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, a quem apresenta os seus relatórios e prepara as resoluções que são propostas a aprovação das Cimeiras. Elege entre os seus membros um presidente de forma rotativa, para um mandato de um ano.

Tanto a Conferência de Chefes de Estado e de Governo como o Conselho de Ministro são organizados, de forma rotativa, por um dos Estados-membros que prepara os respectivos eventos em cidade de destaque, no mês de Julho, aniversário da fundação da CPLP.

Comité de Concertação Permanente

O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente na sede da organização, em Lisboa, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. Integra os chefes das representações diplomáticas dos Estados-membros e é presidido pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros.

Secretariado Executivo

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem por incumbência efectivar as decisões dos três órgãos deliberativos e acompanhar a sua execução. É dirigido pelo **Secretário Executivo**, alta personalidade de um dos países membros, indigida pelo respectivo Governo e eleito pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo por um mandato de dois anos, renovável uma só vez. É auxiliado nas suas funções pelo **Secretário Executivo Adjunto**, eleito da mesma forma. Ficou acordado, na Conferência Constitutiva, que o cargo de Secretário Executivo seria atribuído rotativamente a cada um dos Estados-membros, por ordem alfabética, regra que tem sido seguida até a actualidade.

Reuniões Ministeriais Sectoriais

As Reuniões Ministeriais Sectoriais são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados-membros. Compete a esse órgão a coordenação, ao nível ministerial ou equivalente, das acções de concertação e cooperação acordadas pelos órgãos deliberativos da CPLP.

Reunião dos Pontos Focais da Cooperação

A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação congrega as unidades responsáveis pela coordenação e execução dos programas de cooperação para o desenvolvimento no âmbito da CPLP. Reúne-se ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados-membros.

O **orçamento** do Secretariado Executivo é financiado pelas contribuições dos Estados-membros, mediante quotas fixadas pelo Conselho de Ministros.

O Secretariado Executivo gere também um **Fundo Especial**, dedicado exclusivamente ao apoio das acções concretas efectuadas no quadro das políticas e programas aprovados pela CPLP. Este Fundo é alimentado por contribuições voluntárias de entidades públicas e privadas e está submetido a Regimento próprio.

Instituto Internacional de Língua Portuguesa

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa dispõe de autonomia científica e administrativa e rege-se por Estatutos e Orçamento próprios.

Breve cronologia das principais realizações da CPLP

1996

26 de Outubro – O Conselho de Ministros da CPLP reúne-se em sessão extraordinária na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, à margem da Assembleia Geral da ONU. Os sete acordam apoiar a candidatura de Portugal a um lugar de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, eleição conseguida.

7-11 de Novembro – O Secretário Executivo da CPLP, Marcolino Moco, assiste como convidado à VI Cimeira Ibero Americana que se realiza em Viña del Mar, Chile, de que Brasil e Portugal são membros fundadores. A partir dessa data, a CPLP foi sempre convidada.

1997

31 de Janeiro – Empresários reunidos em Lisboa ficam a conhecer as formas de acesso a financiamentos para a cooperação empresarial no espaço da CPLP.

14-15 de Abril – Na Cidade da Praia (Cabo Verde) realiza-se o Encontro de Autarcas de Língua Portuguesa.

21-25 de Abril – Decorre em Lisboa o III Congresso Internacional de Jornalistas de Língua Portuguesa.

25 de Abril – Termina em Coimbra um Colóquio Internacional sobre Problemas Jurídicos da CPLP.

27 de Abril a 1 de Maio – Reúne-se na Cidade da Praia (Cabo Verde) a II Conferência da Juventude da CPLP.

17-18 de Julho – O Conselho de Ministros da CPLP decorre lugar em São Salvador da Bahia, Brasil. O Brasil assume a presidência desse órgão.

24 de Outubro – A CPLP apresenta-se nas Nações Unidas. O Secretário Executivo, Marcolino Moço, discursa na Assembleia-geral da ONU.

1998

5-7 de Março – As Federações de Futebol da CPLP reúnem-se em Lisboa para organizar a Taça da CPLP.

20-21 de Março – Reunião em Lisboa dos líderes parlamentares da CPLP.

20-23 de Abril – Decorre em Macau a oitava reunião das Universidades lusófonas. Fundação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

17 de Julho: II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, Cidade da Praia, Cabo Verde

A Cimeira, centrada nas questões da Educação, aprova uma resolução para “encorajar a elaboração de princípios de orientação pedagógica que acompanhem os programas das disciplinas de História e Literatura” nos Estados-membros. Afirma que o conhecimento do uso da língua e a percepção dos passados diversos e comuns será uma garantia de melhor compreensão entre os cidadãos dos países da CPLP.

Numa declaração autónoma, os participantes consideram a Educação um “factor essencial” para atenuar as desigualdades existentes dentro de cada Estado-membro. Os líderes se “responsabilizam por garantir oportunidades de educação continuada às suas populações, estimulando o desenvolvimento individual e colectivo”.



© Agência LUSA

26 de Setembro – A Exposição Mundial de Lisboa dedica um dia à CPLP, com dois espectáculos. Os países da CPLP dispõem de espaços próprios no recinto do Parque das Nações, onde apresentam as suas realizações nos mais variados sectores de actividade e de produção cultural .

16 de Dezembro – o Secretário Executivo, Marcolino Moço, organiza uma sessão de homenagem a José Saramago, em Azinhaga, terra onde nasceu o escritor português laureado com o Prémio Nobel de Literatura de 1998. Saramago é o primeiro escritor lusófono galardoado pela Academia Sueca.

**II Cimeira da CPLP -
Cidade da Praia, Cabo
Verde. Cimeira centrada
na Educação.**

1999

9-11 de Fevereiro - Reúnem-se em Luanda os directores dos Serviços de Migrações e Fronteiras para a avaliação dos fluxos migratórios no espaço da CPLP e dos problemas correlativos.

8-10 de Março - As Associações de Magistrados dos países de Língua Portuguesa reúnem-se em Maputo e aprovam programas de cooperação.

17 de Julho - Termina em Luanda a I Assembleia Geral do Fórum da Juventude da CPLP.

25 de Agosto - Parte para Timor-Leste uma missão de observadores da CPLP para assistir ao Referendo sobre a Independência, organizado pelas Nações Unidas.

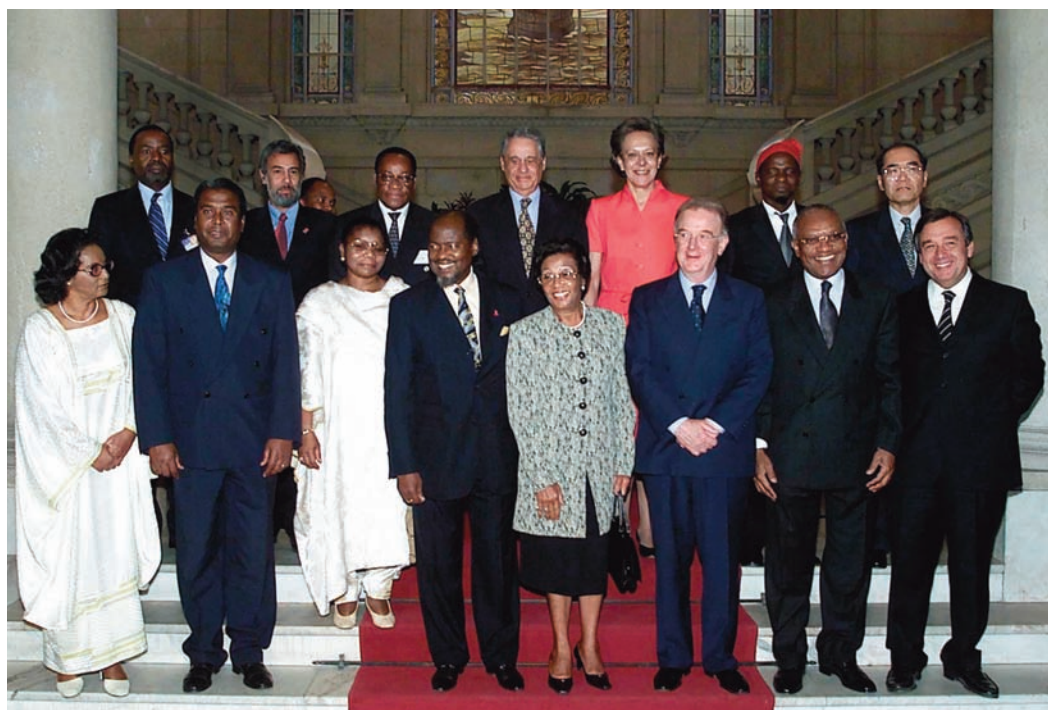
2000

19-21 de Junho - Escritores e editores da CPLP reúnem-se em Brasília e pedem a redução de taxas alfandegárias para os livros no espaço da CPLP.

17-18 de Julho - III Conferência de Chefes de Estado e de Governo CPLP, em Maputo, Moçambique.

O seu lema é “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”. O líder da Resistência timorense, Xanana Gusmão, assiste como Observador Convidado.

III Cimeira da CPLP em Maputo, Moçambique, que teve como lema: “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”.



A Cimeira salienta que “as transformações em curso na economia mundial, como consequência da globalização, estimulam os países a estreitar os seus vínculos num exercício de cooperação com vantagens mútuas”. A globalização é encarada como “um desafio para os Estados-membros nos seus esforços para estender os frutos do desenvolvimento a todas as camadas sociais, bem como para ampliar e aprofundar as democracias” respectivas.

Os líderes observam que os desafios da globalização reclamam instrumentos de cooperação a diversos níveis, com iniciativas económicas, sociais e culturais “com o fim principal da erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável”. Comprometeram-se a desenvolver mecanismos com vista a “integrar os imigrantes na ordem social e política” dos respectivos Estados e defenderam a necessidade de “aprofundar a concertação político-diplomática nos domínios da paz, direitos humanos, ajuda ao desenvolvimento, comércio internacional e justiça social”.

Os diplomatas Dulce Maria Pereira, proposta pelo Brasil, e Zeferino Martins, por Moçambique, são eleitos Secretária Executiva e Secretário Executivo Adjunto.

6-8 de Setembro – A Secretária Executiva da CPLP participa como observadora na Cimeira do Milénio, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, durante a qual foi aprovado o ambicioso programa conhecido como “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”.

17-18 Novembro – Segunda Conferência Sindical da CPLP, em Maputo.

2001

10-11 de Janeiro – Os presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da CPLP reúnem-se em Lisboa para debaterem o conceito de “cidadania lusófona”.

25-26 de Janeiro – Primeira reunião, em Lisboa, do Grupo de Trabalho sobre “Cidadania e Circulação no espaço da CPLP”.

29-30 de Março – Decorre em Brasília o III Fórum dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP.

17-18 de Abril – Realiza-se, em Leiria, o I Encontro de Escritores de Língua Portuguesa.

23 de Agosto - 10 de Setembro - Missão de observadores da CPLP acompanha as primeiras eleições em Timor-Leste.

2002

7 de Fevereiro – Reúnem-se em Madrid especialistas de Três Espaços Linguísticos (3EL) – lusofonia, francofonia e hispanofonia.

20 de Maio - Independência de Timor-Leste.

27-28 de Junho – Decorre em Lisboa o I Fórum empresarial da CPLP.

31 de Julho - 1 de Agosto - IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, Brasil

No plano político, é a cimeira da Paz: pela primeira vez não há mais guerra no espaço da CPLP e Timor-Leste, independente, junta-se aos sete fundadores como oitavo Estado-membro da Comunidade.

A Cimeira realçou a importância da realização do I Fórum Empresarial da CPLP e do desenvolvimento das relações empresariais e da implicação da sociedade civil na consolidação da Comunidade.

O combate ao flagelo da SIDA e outras doenças epidémicas adquire crescente importância nas preocupações dos líderes que aprovaram o Programa de Luta contra a Sida elaborado pela CPLP após a Cimeira de Maputo.

IV Cimeira da CPLP em Brasília, foi a cimeira da Paz pois, pela primeira vez, não havia guerra no espaço da CPLP e Timor-Leste, independente, juntou-se aos sete fundadores como oitavo país membro da Comunidade.

O Brasil designa o embaixador João Augusto de Médicis para substituir Dulce Pereira no cargo de Secretário Executivo. O moçambicano Zeferino Martins é reeleito Secretário Executivo Adjunto.

20 de Novembro – É aprovado, na Cidade da Praia, o Estatuto do Fórum dos Paramentos dos Países de Língua Portuguesa, como



organização de concertação e de cooperação interparlamentar na CPLP.

2003

10-11 de Junho - Decorre em Brasília o II Fórum Empresarial da CPLP para preparar a Assembleia Constituinte do Conselho Empresarial da CPLP.

18 de Julho – O Conselho de Ministros da CPLP, reunido perto de Coimbra (Portugal) discute a criação do Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial e a cooperação na área do governo electrónico.

A reunião é ensombrada por uma tentativa de golpe de estado em São Tomé e Príncipe. É decidido o envio de uma missão de mediação da CPLP para São Tomé.

28 de Novembro – Inauguração em Maputo (Moçambique) do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP para assuntos de Defesa.

5 de Dezembro – Os ministros de Ciência e Tecnologia da CPLP, reunidos no Rio de Janeiro, anunciam a possibilidade de investigadores dos países da comunidade participarem nos programas da Agência Espacial Europeia.

10 de Março – A CPLP assina em Lisboa uma parceria com o Instituto Português de Investigação Científica e Tropical.

14 de Abril – Morre subitamente, em Roma, o Secretário Executivo João Augusto de Medicis. O Secretário Executivo Adjunto, Zeferino Martins, assume o cargo interinamente até a próxima cimeira.

31 de Maio – Criação em Maputo (Moçambique) de dois centros de formação de quadros ao nível da Excelência Empresarial e da Administração Pública, a serem sedeados em Luanda e Maputo, respectivamente.

2004

4 de Junho – É criado, em Lisboa, o Conselho Empresarial da CPLP.

26-27 de Julho – V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé, São Tomé e Príncipe.

O seu lema é a Sociedade da Informação. Na declaração final, os líderes declaram o seu “interesse em promover um exercício renovado da democracia por meio das tecnologias de informação e das comunicações, criando novos canais de diálogo entre a sociedade e o Estado e ampliando e aprimorando a prestação de serviços públicos por via electrónica”



© Agência LUSA

V Cimeira da CPLP em São Tomé e Príncipe. O seu lema foi a “Sociedade da Informação”.

Os meios postos pelo Brasil e por Portugal à disposição da organização da Cimeira, num pequeno e pobre país insular como São Tomé, são um exemplo e um incentivo.

Os Chefes de Estado e de Governo manifestam a convicção de que “os Governos dos países da CPLP podem e devem beneficiar-se amplamente de aplicações e soluções de tecnologias de informação e das comunicações, voltadas para tornar mais moderna, eficiente e transparente a administração pública”.

A cimeira entende que “a capacitação digital deve permitir a cada cidadão e cidadã participar plenamente na Sociedade da Informação, não apenas como utilizador das novas tecnologias mas também como agente de desenvolvimento e produtor de conteúdos”.

Por isso, a Cimeira manifestou a sua “preocupação com a necessidade de uma governação multilateral, transparente e democrática da Internet, que leve em conta os interesses dos governos, da sociedade civil e demais actores interessados, e garanta o respeito pela diversidade geográfica, cultural e linguística”.

O presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang, assistiu à V Cimeira como convidado do chefe de Estado são-tomense, Fradique de Menezes.

O embaixador Luís de Matos Monteiro da Fonseca, de Cabo Verde, e o embaixador José Tadeu da Costa Sousa Soares, de Portugal, foram eleitos, respectivamente, Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto.

1 de Setembro – IX Encontro dos Governadores dos Bancos Centrais da CPLP, em São Tomé

1 de Dezembro – Arranque de uma campanha televisiva de prevenção da Sida em todos os países da CPLP, com mensagens dos Chefes de Estado gravadas à margem da V Cimeira.

2005

11 de Janeiro – Assinatura em Lisboa do acordo com vista à constituição da Associação dos Portos de Língua Portuguesa.

19 de Janeiro – Os ministros das Pescas da CPLP discutem, na Cidade da Praia, um Código de Conduta para o sector.

28 de Janeiro – O IV Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa adopta uma política de promoção do idioma nos fora regionais e internacionais.

29 de Setembro – Os ministros da Cultura da CPLP assinam em Luanda (Angola) um acordo de cooperação cinematográfica e audiovisual.

29 de Setembro – Os ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais decidem, em São Tomé, reforçar a protecção dos trabalhadores migrantes mediante convénios bilaterais.

14 de Dezembro – Portugal cria portas especiais de entrada nos seus aeroportos para os cidadãos de países da CPLP.

2006

10 de Março – A CPLP e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação assinam em Brasília um acordo inovador de cooperação para a gestão da terra.

28 de Abril – Os chefes de Estado-Maior dos países da CPLP reunidos em Bissau (Guiné-Bissau) manifestam a sua preocupação pela degradação da segurança em África e no Médio Oriente.

13 de Maio – A Conferência sobre o Combate à Exploração do Trabalho Infantil na CPLP compromete-se a criar estratégias e programas para eliminar as piores formas de exploração das crianças até 2016.

18 de Junho – Na IVª Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP sobre Timor-Leste, foi decidido enviar uma Missão ministerial a Timor-Leste, com o objectivo de, com as autoridades locais, avaliar a situação e estudar as formas de apoio que a Organização poderá conceder a Timor-Leste para ultrapassar a crise actual.

17 de Julho – VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Bissau (Guiné Bissau).

Os Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, e Secretário Executivo Adjunto, embaixador Tadeu Soares, são reconduzidos nos cargos, por unanimidade. Na Cimeira de Bissau, Os Estados-membros aprovaram uma declaração específica sobre o tema da Conferência, “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: desafios e contribuição da CPLP”, e consideraram que para atingirem os objectivos inseridos na Declaração do Milénio, os Estados-membros da CPLP deverão prosseguir esforços para o reforço dos laços que mantêm entre si. Para além da erradicação da fome e da pobreza ou, pelo menos, de sua redução para metade até 2015, os Oito comprometeram-se a desenvolver esforços e mobilizar recursos, internos e internacionais, para a concretização dos outros objectivos inscritos na Declaração do Milénio: universalizar o ensino básico; promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres; melhorar o acesso à saúde reprodutiva e reduzir drasticamente a mortalidade materna e infantil; combater o HIV/SIDA, a malária, a tuberculose e outras doenças infecciosas endémicas; assegurar a sustentabilidade do meio ambiente; e trabalhar para que esses objectivos sejam alcançados através de uma parceria global para o desenvolvimento.

30 de Julho - Missão de Observação Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) às Eleições Presidenciais de São Tomé e Príncipe.

15 de Agosto - CPLP participa no debate do Conselho de Segurança da ONU sobre Timor-Leste.

28 e 29 de Outubro - V Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, Bissau.

VI Cimeira da CPLP cujo tema foi: “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: desafios e contribuição da CPLP”.



Galeria de Retratos: As Presidências



PORTUGAL: 1996-1998
Jorge Fernando Branco de Sampaio

Nascido em 1939 em Lisboa. Presidente da República Portuguesa (Mar. 1996 - Mar. 2006).



CABO VERDE: 1998-2000
António Mascarenhas Monteiro

Nascido em 1944. Presidente da República de Cabo Verde (Mar. 1991 - Mar. 2001).



MOÇAMBIQUE: 2000-2002

Joaquim Alberto Chissano

Nascido em 1939, Malehice, Chibuto, Gaza. Presidente da República de Moçambique (1986-2005).



BRASIL: 2002-2004
Fernando Henrique Cardoso

Nascido no Rio de Janeiro em 1938. Presidente da República Federativa do Brasil (Jan. 1995 - Dez. 2002).



© Agência Brasil

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: 2004-2006

Fradique de Menezes
 Nasceu em 1942. Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe (2001 até à data).



© Fotos Agência LUSA

GUINÉ-BISSAU: 2006-2008

João Bernardo "Nino" Vieira
 Nascido em 1939 em Bissau. Presidente da República da Guiné-Bissau (Nov.1980 - Mai.1999) (Jul.2005 -).

Galeria de Retratos: Os Secretários Executivos

O presidente do País organizador de cada cimeira assume a presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo até à realização da próxima reunião ordinária.



**Marcolino José Carlos Moco
(1996-2000)**

Nascido em 1953, em Ekunha, Província de Huambo, Angola. Licenciado em Direito. Ex-Primeiro-ministro da República de Angola (1991-1996).

**Secretário Executivo Adjunto:
Rafael Branco** – São Tomé e Príncipe, 1996-2000



**Dulce Maria Pereira
(2000-2002)**

Nascida em 1954, em São José de Rio Preto, estado de São Paulo, Brasil. Arquitecta, professora, ex-Presidenta da Fundação Cultural Palmares, activista dos direitos das Mulheres e contra o Racismo.

**Secretário Executivo Adjunto:
Zeferino Martins** – Moçambique, 2000-2004



**José Augusto de Medicis
(2002-2004)**

Nascido em 1936 em Recife, Pernambuco, Brasil. Formado em Direito e diplomata de carreira, foi embaixador em vários países e junto de várias instituições internacionais. Faleceu subitamente em Roma em Abril de 2004.

**Secretário Executivo Adjunto:
Zeferino Martins** – Moçambique, 2000-2004



**Zeferino Andrade de Alexandre Martins
(Abril - Julho 2004)**

Nascido em 1955, em Mocuba, província de Zambézia, Moçambique.

Professor, ex-Director do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Ensino e ex-Director Nacional do Ensino Básico.

Assumiu interinamente o cargo de Secretário Executivo após a morte do embaixador João Augusto de Medicis.



**Luís de Matos Monteiro da Fonseca
(2004-2008)**

Nascido em 1944 na Ponta do Sol, ilha de Santo Antão, Cabo Verde.

Participou na luta pela independência de Cabo Verde e esteve preso no campo de concentração do Tarrafal de 1967 a 1973. ex- deputado, ingressou na carreira diplomática em 1986 e foi embaixador em vários países europeus e junto das Nações Unidas.

**Secretário Executivo Adjunto:
Embaixador Tadeu Soares** - Portugal, 2004-2008



**Em cada canto do planeta tem a marca Petrobras.
Mesmo que esse canto seja no meio do mar.**

A Petrobras, uma das maiores empresas de energia do mundo, é referência tecnológica na exploração e produção de petróleo, atua em mais de 20 países e em vários pontos do oceano a quase 3.000 metros de profundidade. É ainda bicampeã dos prêmios International Energy Company of the Year, da World Refining Magazine, e OTC – Offshore Technology Conference. Um reconhecimento internacional para quem foi, literalmente, mais longe do que qualquer outra.

BR PETROBRAS



Usina Nuclear de Angra dos Reis
Brasil



Usina Hidroelétrica de Capanda
Angola



Barragem de Alqueva
Portugal

ALTA TECNOLOGIA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

Há mais de 60 anos que a Construtora Norberto Odebrecht constrói infra-estruturas que contribuem para o desenvolvimento dos países em que opera. As suas actividades abrangem os mais variados sectores da engenharia, como energia, transportes, empreendimentos imobiliários, indústria, saneamento, petróleo e gás, entre outros.

Quer seja no Brasil, em Angola ou nos outros 15 países em que está presente, o compromisso em fazer o melhor, trabalhando em sinergia e aprendendo com as diferentes culturas, faz da Odebrecht uma empresa local, onde quer que esteja.

Cada novo projecto concluído significa novas experiências, conhecimentos e parcerias mais sólidas. Significa, acima de tudo, a certeza de estar a contribuir para o desenvolvimento e a integração de países, pessoas e culturas.

ODEBRECHT

www.odebrecht.com

Os Estados-membros

República de Angola

Embaixador Assunção dos Anjos

Embaixador de Angola em Portugal

Uma década após a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 17 de Julho de 1996, podemos facilmente chegar à conclusão de que consolidámos um espaço de identidade de países que partilham sobretudo uma enriquecedora história comum, numa organização internacional de carácter político em que a língua e a história são pilares de objectivos que a sustentam, nomeadamente a cooperação e concertação político-diplomática.

Se a denominação da nossa organização pode aos olhos da opinião pública criar a ilusão de uma identidade exclusivamente alicerçada na língua, importa corrigir tal percepção, reafirmando o valor estratégico da descontinuidade geográfica que caracteriza obviamente a proximidade entre os Estados-membros, enquanto expressão de uma diversidade reveladora da tão necessária complementaridade geopolítica, em que avultam os corredores dos espaços marítimos do Atlântico Sul e do Índico.

Nesta conformidade cada um dos nossos países pertence a importantes agrupamentos regionais geoeconómicos, nomeadamente, a União Europeia, o Mercosul, a SADC, sendo por isso gratificante constatar que, apesar de tais especificidades, tem sido possível desenvolver uma cooperação multilateral profícua, nos domínios político, empresarial e outros.

Ao longo de dez anos a organização inscreveu o seu nome ao lado outros sujeitos das relações internacionais e aproximou-se das organizações da sociedade civil dos Estados membros. Chega assim ao limiar da maturidade. A maturidade entendida aqui como a idade da lucidez que é, ao mesmo tempo, a revelação da abrangência da sua acção e da ousadia com que se tem vindo a enfrentar os desafios.

Portanto, a vantagem comparativa e os factores de competitividade da CPLP não se esgotam no uso da língua portuguesa, alargam-se à coexistência das culturas dos povos, à capacidade empreendedora dos empresas e ao poder criativo dos homens das artes e da letras.

Nesta era da globalização em que emerge o paradigma da sociedade da informação e do conhecimento, sobre a CPLP impende, pois, a obrigação de conferir uma verdadeira cidadania ao potencial humanístico veiculado em língua portuguesa em diálogo com outras línguas naturais existentes nos nossos países.



A diversidade cultural é um importante activo da CPLP, sendo a sua promoção e manutenção uma condição essencial para um desenvolvimento cultural sustentável em benefício das gerações vindouras. A lusofonia, como vimos, no pode esgotar-se no uso da língua portuguesa. Todavia, há que ter em conta o facto de ela língua portuguesa ser falada em quatro espaços continentais, destacando-se os corredores marítimos do Atlântico Sul e do Índico em que se inscrevem sete dos oito Estados membros da CPLP.

Se nos nossos dias o prestígio, a importância de uma língua depende de uma multiplicidade de factores, tais como a dimensão demográfica, os níveis de desenvolvimento económico, científico e tecnológico dos países que a falam, então concluiremos que a unicentralidade da lusofonia porque ancorada na língua, passa a ser uma poli centralidade que convoca cada uma das unidades políticas que têm o português como língua oficial, representando cerca de 200 milhões de falantes (3,4% da população mundial) dos quais 170 milhões têm-na como língua materna (3% da população mundial); 3,0 % do PNB mundial; 3,0 % de internautas do total mundial; 1,4% de páginas Web construídas do total mundial.

Para todos estes indicadores cada um dos países que integram a CPLP contribuem à sua medida.

Apesar das ameaças hegemónicas que pairam sobre o nosso mundo no dealbar do século XXI, a revolução tecnológica que se vem produzindo no domínio da informação e das comunicações permite concluir que é a diversidade cultural que se vai consolidar em detrimento da homogeneização.

Num olhar retrospectivo pode dizer-se que o balanço das actividades realizadas pela CPLP ao longo dos 10 anos é positivo destacando-se as regulares conferências de chefes de Estado e de Governo, as reuniões ordinárias de Ministros e as respectivas Resoluções e Declarações, que cobriram os mais diversos temas, tais como cidadania e circulação de pessoas, política do género, Instituto Internacional de Língua portuguesa entre outros.



© Fernando Rosa

República de Angola

Área: 1 246 700 Km²

População: 13,9 milhões de habitantes (estimativa 2004)

Densidade populacional: 11,1 hab. / Km² (2004)

Designação Oficial: República de Angola

Chefe de Estado: José Eduardo dos Santos (desde Setembro de 1979)

Primeiro-ministro: Fernando da Piedade Dias dos Santos

Ministro das Relações Exteriores: João Bernardo de Miranda



Data da actual Constituição: O MPLA adoptou uma Constituição de Independência em Novembro de 1975, alterada em Outubro de 1976, Setembro de 1980, Março de 1991, Abril e Agosto de 1992 e Novembro de 1996.

Principais Partidos Políticos: O MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, detém a maioria parlamentar, com 129 lugares. A UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola ocupa 70 lugares e diversos partidos minoritários estão também, representados na Assembleia Nacional. As últimas eleições legislativas e presidenciais realizaram-se em Setembro de 1992.

Capital: Luanda, 3 milhões de Habitantes (1998).

Outras cidades importantes: Huambo, Lobito, Cabinda, Benguela, Lubango, Malange.

Religião: Grande parte da população pratica religiões locais; no entanto, a maioria é cristã e aderente da Igreja Católica Romana.

Língua: A língua oficial é o Português, mas são falados outros idiomas, sobretudo, Umbundo, Kimbundo, Kicongo e Tchokwe.

Unidade monetária: Kwanza (Kz).

Página Oficial da Embaixade de Angola em Portugal:

www.embaixadadeangola.org

Ministério das Relações Exteriores:

www.mirex.ebonet.net

Portal do Governo:

www.angola-portal.ao



República Federativa do Brasil

Embaixador Lauro Moreira

Chefe da Missão do Brasil junto à CPLP

Antes de mais nada, faz-se necessário recordar que o Brasil teve papel crucial na criação da Comunidade dos Países de Língua portuguesa (CPLP). O então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, detinha laços fraternos de amizade com os Presidentes Itamar Franco e Mário Soares, e desempenhou papel fundamental na posta em marcha do novo Organismo. O ponto de partida das ações e do discurso do Embaixador brasileiro - numerosas vezes reiterado, com o propósito de fazer passar sua mensagem - era de que a Comunidade já existia e que se estava apenas tentando dar-lhe uma forma.

Diria o ex-Presidente Mário Soares: “O impulso inicial (...) não podia deixar de partir do Brasil. Por várias razões: pelo seu peso demográfico e pelo seu imenso potencial económico; por ser uma antiga colônia, que nunca chegou a ter um contencioso grave com Portugal; e, sobretudo, porque um tal projecto, vindo do Brasil, não podia ser nunca entendido, pelos nossos irmãos africanos, como escondendo uma qualquer intenção neocolonialista”.

“A ideia é tão velha quanto a nossa língua”, costumava dizer o Embaixador José Aparecido de Oliveira. Isso significava que a ideia existia independentemente da vontade dos dirigentes políticos; era, ademais, natural, já que vinculava de forma consanguínea os lusófonos de todos os quadrantes - independentemente também de suas opiniões sobre a matéria; e estaria ligada de modo intrínseco a uma história de expansão da língua, formando uma identidade comum essencial.

A institucionalização da CPLP - em Julho de 1996 - fez vigorar destarte a mensagem de que a Comunidade concreta pré-existia à sua formação institucional. E ela então se erigiu sobre três pilares principais: a concertação político-diplomática, a cooperação técnica e a promoção e difusão da língua portuguesa.

O Brasil tem encarado essas três vertentes de forma equânime, sem procurar valorizar qualquer delas em detrimento das outras. No âmbito da concertação político-diplomática, a CPLP representa, para o Brasil, algo mais que uma nova forma de se relacionar com o continente africano. Além de significar um acesso viável aos contextos articulados pela CEDEAO e pela SADC, entre outras organizações regionais, a CPLP poderá constituir um eficiente foro através do qual a presença brasileira tenderá a ser cada vez mais dinâmica e cooperativa, em benefício dos países do continente, e em especial dos PALOP. Mais ainda: além de ter auxiliado ou de ter feito parte do processo que conduziu Portugal a reorientar sua atenção para o Brasil, a CPLP representa igualmente uma real possibilidade para ambos os países de se unirem em parceria, com vistas a projetos comuns de cooperação voltados para a África e para o Timor-Leste.

O Brasil muito tem contribuído - sobretudo através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores para o aprofundamento da cooperação técnica entre os países membros. Tem procurado difundir e transmitir sua exitosa experiência em vários ramos do conhecimento – científico, educacional, sanitário, médico, técnico, agrícola, administrativo, tecnológico, informático, etc. – para os demais países da Comunidade, recebendo sempre, em contrapartida, um importante aprendizado, de parte de cada um deles. Seria ocioso enumerar os vários projetos de cooperação que o país propôs, incentivou e compartilhou com os demais Estados Membros da CPLP.

Na origem da proposta de instituição de uma comunidade de países lusófonos, encontra-se o Instituto Internacional de Língua portuguesa (IILP), criado com o propósito principal de valorizar o idioma oficial dos oito Estados Membros. Esse antigo compromisso com a vertente linguística transferiu-se para o projeto da CPLP, que tem nele a sua referência básica. É de se lamentar, contudo, que pouco tenha sido feito de efetivo nessa área – embora se reconheça fundamental o diálogo cultural entre os oito países, a partir de seu próprio idioma comum. E é por tudo desejável que os Estados se comprometam, de maneira resoluta, a imprimir maior dinamismo à atuação do IILP.

Se iniciamos esses breves comentários procurando realçar o papel decisivo que o Brasil exerceu no processo de institucionalização da CPLP, não poderíamos encerrá-los sem destacar um fato marcante no contexto dos dez anos de existência da Organização: a decisão pioneira do Governo brasileiro de criar uma Missão Diplomática, em Lisboa, exclusivamente dedicada aos interesses da Comunidade. Criada pelo Decreto número 5.677, de 18 de Janeiro de 2006, a decisão do Presidente Lula e do Chanceler Celso Amorim vem atestar não somente a importância que o Brasil atribui à CPLP, como também a maioria alcançada pela Organização.

© Agência LUSA





República Federativa do Brasil

Área: 8.547.403 km².

População: 186.770.562 habitantes (estimativa 2006).

Densidade populacional: 21,2 hab./km² (2005).

Designação oficial: República Federativa do Brasil.

Chefe de Estado e de Governo, Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva.

Vice-Presidente: José Alencar.

Presidente do Congresso Nacional: Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Ministro das Relações Exteriores: Celso

Amorim.

Data da Constituição: Outubro de 1988. Alterações introduzidas posteriormente.

Principais Partidos Políticos (em ordem alfabética):

Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Liberal (PL); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Outros: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido Progressista Brasileiro (PPB); Partido Social Democrático (PSD). Eleições presidenciais e para o Congresso realizadas em Outubro de 2006.

Capital: Brasília, 2.333.108 habitantes (estimativa 2005).

Outras cidades importantes: São Paulo; Rio de Janeiro; Salvador; Belo Horizonte; Fortaleza; Curitiba; Recife; Manaus; Porto Alegre; Belém.

Religião: A maioria da população professa o cristianismo e cerca de 70 por cento pertencem à Igreja Católica Romana.

Língua: O português é a língua oficial.

Unidade monetária: Real (BRL).

Página Oficial do Governo:

www.redegoverno.gov.br

www.egoverno.gov.br

República de Cabo Verde

Embaixador Arnaldo Andrade Ramos

Embaixador de Cabo Verde em Portugal

Dez anos depois da sua fundação a CPLP afirma-se hoje com um instrumento colectivo de importância transcendental para a projecção internacional dos Estados que compõem a Comunidade, nas suas diversas dimensões – a político-diplomática, a linguística e a da cooperação técnica e económica.

A parte mais eficaz ou pelo menos de resultados mais efectivos é a menos visível do grande público. Como espaço de concertação político-diplomática, a CPLP tem sido uma importante garante da defesa da soberania, particularmente para os pequenos Estados ou os para mais afectados pela instabilidade política interna, ou ainda para os que estão inscritos em zonas geográficas de alta conflitualidade. Na continuidade desta dimensão saliente-se a Comunidade como espaço de solidariedade política na defesa de interesses particulares de um Estado-membro, interesses que ganham relevância quando são erigidos em meta diplomática de toda a CPLP. Porventura os dois exemplos mais visíveis sejam a actuação da Comunidade para a independência e preservação da soberania de Timor Leste e a procura de soluções de estabilização e desenvolvimento para a Guiné-Bissau. Um olhar atento para estes dois casos lembra-nos-á como foi possível, felizmente com intensa e efectiva intervenção da CPLP, evitar escolhas que teriam sido catastróficas para todos.

Para além desta garantia de defesa da integridade e soberania de alguns Estados membros e do efeito dissuasor que a existência da Comunidade têm em relação às ameaças potenciais ou reais, deve ser igualmente sublinhado o papel crescente da concertação político-diplomática entre os 8 Estados-membros para a projecção internacional da Comunidade num contexto de rápida mutação da geopolítica mundial, com esperado impacto na relação de forças e nos dispositivos de regulação ao nível planetário. Neste contexto e para o caso vertente da nossa Comunidade, saliente-se que um dos grandes actores emergentes da cena internacional é o Brasil, um estado membro activo da CPLP e o maior espaço de falantes da língua portuguesa.

2. Este facto leva-nos para a a segunda dimensão de importância igualmente simbólica e pragmática que esta Comunidade encerra – a dimensão linguística. Existe, evidentemente um passado comum de que a língua portuguesa é uma herança. Existe um património de história e de cultura de que a língua é o veículo e, certamente, o mais importante esteio e rampa de projecção no futuro, num tempo em que as tecnologias da comunicação representam o factor principal de dinamismo e mudança a nível mundial.

Os desafios nesta dimensão da língua comum são, no entanto, de grande monta. Existe algo que é muito esquecido. Enquanto o Brasil tem 58 milhões de crianças no ensino básico e 6 milhões de inscritos no ensino superior, certos países africanos lutam ainda para abrir



mais algumas escolas primárias e captar mais umas centenas ou milhares de locutores activos da língua. Estes países estão na linha da frente do combate para que a educação e a formação sejam de facto factores de desenvolvimento e afirmação da Lusofonia, mas os números são incomparáveis. O mesmo é dizer que nesta dimensão linguística os desafios são muito desiguais!

Existe é certo uma colaboração que se desenvolve que faz com que muitos estudantes guineenses, santomenses, cabo-verdianos e angolanos estudem no Brasil ou em Portugal, e existe também cooperação na área da educação entre os países. O esforço feito em Timor Leste é notável. Mas é inegável que existe o sentimento generalizado que os desafios são de tamanho incomparável comparadas com as respostas que já existem. A dimensão da língua na nossa Comunidade precisa de um PACTO DE SOLIDARIEDADE PARA O FUTURO. Essa é a garantia que a língua precisa para ter na CPLP o lugar de cimento de coesão de toda a comunidade e do seu potencial de projecção no futuro.

3. A terceira dimensão é a da cooperação técnica e económica, poder-se-ia ainda acrescentar administrativa, cultural, desportiva, etc, enfim tudo o que pode juntar em interesses e projectos comuns, diversos segmentos destas sociedades humanas espalhadas por diferentes espaços geográficos e realidades políticas. É notável o esforço de convergência que é feito por aqueles que, com muita fé, profetizam um futuro radiante para a Comunidade dos países membros da CPLP. Este é certamente o domínio menos previsível, que depende tanto de factores imponderáveis como o aparecimento de recursos energéticos em S. Tomé ou as elevadas expectativas das prospecções na Guiné-Bissau, que transformam os dados e as perspectivas do desenvolvimento de um dia para o outro, como pode também depender do engenho e arte das gentes, das sociedades, seus governantes e empresários de cada um dos países, e da capacidade que tiverem de leitura e interpretação das oportunidades que se lhes deparam. Mas dependerá sempre de encontrarem na CPLP uma comunidade que ofereça garantias de permanência das soberanias e da estabilidade política e, ao mesmo tempo, uma comunidade “ninho-do-futuro” comum.



© João Santos

República de Cabo Verde

Área: 4.033 km²

População: 511 mil habitantes (estimativa 2005)

Densidade populacional: 126,7 hab./km² (2005)

Designação oficial: República de Cabo Verde

Chefe de Estado: Pedro Verona Rodrigues Pires (eleito Presidente da República em 2001 e reeleito em 2006)

Primeiro-ministro: José Maria Pereira Neves (eleito em 2001)

Presidente da Assembleia Nacional: Aristides Raimundo Lima

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades: Vítor Manuel Barbosa Borges

Data da actual Constituição: 25 de Setembro de 1992. Foi revista em Julho de 1999.

Principais Partidos Políticos (em ordem alfabética):

Movimento para a Democracia (MPD); Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV); Partido da Renovação Democrática (PRD); Partido de Trabalho e Solidariedade (PTS); Partido Democrático Cristão (PDC); Partido Socialista Democrático (PSD); União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID).

Capital: Praia, 106 mil habitantes (2000).

Outras cidades importantes: Mindelo, Assomada, S. Filipe.

Religião: Cerca de 95% da população pertencem à Igreja Católica Romana.

Língua: A língua oficial é o português, utilizando-se localmente o crioulo.

Unidade monetária: Escudo de Cabo Verde (CVE).

Página Oficial do Governo:

www.governo.cv





República da Guiné-Bissau

Embaixador Constantino Lopes da Costa

Embaixador da República da Guiné-Bissau em Portugal

Antes de assinalar a importância da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para a Guiné-Bissau, julgamos de interesse, em primeiro lugar dar a conhecer este País, ainda que, de forma sucinta.

A República da Guiné-Bissau é um pequeno País com 36.125km² de superfície, situado na costa ocidental da África, entre a República do Senegal, ao norte e a República da Guiné, a sul e leste. A oeste as costas da Guiné-Bissau são banhadas pelo Oceano Atlântico. Este País é formado por duas partes; uma continental e outra insular; Sendo a parte insular constituída pelo Arquipélago dos Bijagós, as Ilhas Pecixe e Jeta, no Chão Manjaco e outras.

A Guiné-Bissau tem uma população um pouco superior a um milhão de habitantes, repartidos estes em vários grupos étnicos, cada um com o seu próprio dialecto e o seu próprio costume, entre eles podemos encontrar os Balantas, os Manjacos, os Papeis, os Felupes, os Mancanhes, para não citar mais e que são animistas ou convertidos ao Cristianismo e ainda os Fulas, Mandingas, Biafadas, etc., que professam a religião Muçulmana.

Não era fácil encontrar um entendimento entre esta multiplicidade de etnias, se não fosse o crioulo, amalgama do português arcaico e os dialectos nativos, falado pela maioria da população, a servir de elo de união entre todos os grupos étnicos que compõem a população da República da Guiné-Bissau. Mas o crioulo encontra-se ainda por reestruturar e por disciplinar. Assim, depois de proclamada a independência do País, a 24 de Setembro de 1973, a língua portuguesa foi adoptada, não somente como língua oficial e de trabalho como também elemento aglutinador de várias etnias e de afirmação da própria nacionalidade guineense. Nesta tarefa importante vem a CPLP, através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, IILP, sedado na Cidade da Praia, República de Cabo-Verde, jogar um papel da primeira linha na difusão e vulgarização da língua portuguesa na República da Guiné-Bissau.

Outrossim, o funcionamento do aparelho do Estado da República da Guiné-Bissau tem sido dificultado em diferentes ocasiões por instabilidade política e militar.

Contudo, sempre que aconteça um fenómeno desta natureza vemos, encetadas as diligências pela CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no sentido de ser encontrada uma solução para o conflito.

Todos conhecemos. A falta de estabilidade frena o desenvolvimento de qualquer país. Para evitar que esta afecte algum País da Comunidade, os Estados Membros procuram promover o Desenvolvi-

mento, a Justiça Social, incrementam a Cooperação em diferentes domínios tais como das Forças Armadas, da Saúde, da Migração e de muitos outros. O Acordo Migratório assinado em Maputo permite a supressão de vistos nos Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Especial facilitando, deste modo e nesta primeira fase, a circulação de pessoas no espaço da Lusofonia.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criada em Julho de 1996, por Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e mais tarde por Timor-Leste, é ainda uma Organização jovem. Mas muito tem feito em benefício da Guiné-Bissau. Considerado o seu dinamismo, temo-la por uma Organização de promessa. Uma organização em que todos podemos depositar a nossa esperança e porque não, a nossa confiança, num futuro melhor.



© Agência LUSA



República da Guiné-Bissau

Área: 36.125 km²

População: 1.530.000 habitantes (estimativa 2004, EIU)

Densidade populacional: 42,3 hab. /Km² (estimativa 2004, EIU)

Designação oficial: República da Guiné-Bissau.

Chefe de Estado: João Bernardo Vieira (eleito em Agosto de 2005)

Primeiro-ministro: Martinho Ndafo Cabi (nomeado em Maio de 2007).

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades: Maria da Conceição Nobre Cabral.

Presidente da Assembleia Nacional Popular: Francisco Benante

Data da actual Constituição: Aprovada a 16 de Maio de 1984, foi revista em Maio de 1991, Novembro de 1996 e Julho de 1999.

Principais Partidos Políticos (em ordem alfabética):

Aliança popular Unida (APU); Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); Partido da Renovação Social (PRS); Partido Unido Social Democrata (PUSD); União Eleitoral (EU). As próximas eleições presidenciais e legislativas estão previstas para 2010 e para Março de 2009, respectivamente.

Capital: Bissau (246 mil habitantes) (2001, estimativa EIU).

Outras cidades importantes: Bafatá, Gabú, Mansôa, Catió, Cantchungo, Farim.

Religião: Predominam as religiões animistas e o islamismo. Há um substancial número de cristãos, maioritariamente católicos.

Língua: A língua oficial é o português, utilizando-se localmente o Crioulo, Mandjaco, Mandinga, entre outros.

Unidade monetária: Franco CFA.

República de Moçambique

Dr. Miguel Costa Mkaima

Embaixador da República de Moçambique em Portugal

O Estado moçambicano é um dos signatários do Acordo de 1996 que cria a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Ao ter se associado a este fórum, Moçambique exprimiu de forma inequívoca querer pertencer a um espaço, cujos laços sócio-culturais e linguísticos foram construídos ao longo de vários séculos e que vão se consolidando.

O espírito solidário da comunidade foi reiterado em Julho de 2006 a quando da celebração do Xº aniversário da CPLP, em Bissau, durante a VI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, onde foram aprovadas linhas de acção estratégicas que visam tornar o espaço da CPLP mais cooperativo e fraterno entre os seus povos.

Estou certo que a reflexão feita nesta conferência sobre os 10 anos da existência da CPLP permitiu não só avaliar a execução dos objectivos que nortearam a sua criação mas também identificar possíveis soluções perante os desafios que se colocam no futuro. Hoje em dia, porém, pode-se afirmar sem grande exagero que a CPLP ganhou maior dimensão e projecção, quer interna nos Estados membros quer internacional. Contribuem para este facto alguns factores, com destaque para a estabilidade política reinante nos Estados membros, bons indicadores de desenvolvimento macroeconómicos, o enorme potencial turístico de que dispõem os nossos países e as diferentes experiências de integração regional de cada um dos Estados membros que constituem uma mais valia para a CPLP.

É neste contexto que na política externa de Moçambique se procura privilegiar as parcerias internacionais para a agenda de desenvolvimento. Neste propósito, a CPLP ocupa um lugar prioritário entre os parceiros de cooperação devido aos laços especiais que ligam Moçambique aos restantes países e povos integrantes pela sua cultura, língua e pelas suas tradições. Para Moçambique a cooperação intra-CPLP representa uma oportunidade ímpar a valorizar. A língua portuguesa é o veio de transmissão mais forte que dispomos pois, o êxito de muitos programas de desenvolvimento sustentável nos nossos países fica condicionado ao domínio das línguas em que esses programados são apresentados. Esta infelizmente é uma realidade nalguns dos nossos países sobretudo a nível das zonas rurais em que a língua portuguesa ainda não é do domínio da maioria da população, onde às taxas de alfabetização são ainda baixas, interferindo de forma significativa no processo de desenvolvimento.

Importa no entanto destacar as iniciativas tomadas pelos governos quer individual quer colectivamente a nível da CPLP para minorar esta situação tanto nos sectores sociais como a educação e saúde, bem como noutros domínios sectoriais. Tais iniciativas, sem dúvidas, são parte integrante dos esforços que visam o combate à pobreza em curso em cada um dos países membros.



Nesta perspectiva, não é de subestimar o apoio que Moçambique tem vindo a receber tanto bilateral como multilateralmente dos países da CPLP em momentos difíceis quando sobretudo se trata de socorrer, por exemplo, as vítimas das calamidades naturais, particularmente o caso das cheias cíclicas que têm assolado o país. Além disso, é de sublinhar também que Moçambique tem vindo a beneficiar de cursos de capacitação aos funcionários do sector público em matérias de cooperação internacional com patrocínio da CPLP, bem como na área da saúde, destacando-se a assinatura do Acordo de Cooperação sobre o combate à Malária/Paludismo de 2004, aquando da realização da V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em São Tomé.

De igual modo, as Convenções sobre os Centros Regionais de Excelência em Desenvolvimento Empresarial e em Administração Pública, trouxeram uma nova dinâmica nas relações entre a classe empresarial e a sociedade civil dos nossos países. Por um lado, abriu-se um espaço há muito reclamado pelo sector empresarial de manter uma interacção forte dos empresários da CPLP explorando as inúmeras afinidades. Por outro, é uma oportunidade para a troca de informações, transferência de conhecimentos técnicos e de experiências que possam contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do espaço da CPLP. Salientar apenas que Moçambique acolhe o Centro de Excelência em Administração Pública, o qual terá como uma das prioridades a formação ou capacitação técnico-profissional dos recursos humanos para que os nossos países avancem de forma segura nas reformas de modernização da administração pública.

Apesar, no entanto, dos avanços evidentes, parece-me haver muito ainda por fazer para a construção da CPLP mais sólida e apta a responder aos desafios que se impõem no futuro. Precisamos um envolvimento cada vez mais forte e consciente da sociedade civil na vida da CPLP porque afinal de contas, esta organização é ainda um bebé que deve merecer atenção especial de todos actores sociais.

Avaliando os 10 anos da sua existência, posso afirmar que a CPLP tem condições para se consolidar como espaço de cooperação, fraternidade e amizade entre os povos que usam a mesma língua e prosseguem valores comuns. Há ferramentas que considero principais para que isso seja possível. Neste prisma, destaco a vontade política sempre presente em cada um dos nossos Estados membros para vitalizar os objectivos e fundamentos que estiveram na base da criação da CPLP. Esta realidade factual nos é revelada pelo consentimento dos Estados membros na disponibilização de recursos sobretudo financeiros para a concretização desses objectivos.

Parece-me também importante sublinhar a necessidade de reforçar os laços económicos entre os oito países, cuja cooperação tem sido excelente, benéfica e com mútuas vantagens, tendo como sustentação a utilização da mesma língua e o respeito mútuo. Entendo que os desafios da CPLP serão de tornar esta organização capaz de responder de forma flexível as exigências de mudanças que o mundo actual impõe, quer adaptando-se a novas tecnologias de informação quer adequando as estruturas internas aos seus objectivos. Julgo que é isto que se espera da nossa CPLP.

República de Moçambique

Área: 799.390 km²

População: 19,4 milhões de habitantes (2005)

Densidade populacional: 24,3 hab. /Km² (2005)

Designação oficial: República de Moçambique

Chefe de Estado: Armando Emílio Guebuza (desde Fevereiro de 2005)

Presidente da Assembleia da República: Eduardo Joaquim Mulembwe

Primeira-ministra: Luísa Dias Diogo.

Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação: Alcinda António de Abreu



Data da Constituição: 30 de Novembro de 1990; alterada em 1996 e 2004.

Principais Partidos Políticos: Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), no Governo; Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), principal partido da oposição. Eleições legislativas e presidenciais previstas para Dezembro de 2009.

Capital: Maputo: 1.661 mil habitantes; inclui Matola. (2004)

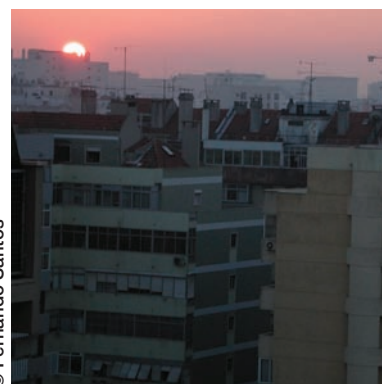
Outras cidades importantes: Beira; Nampula; Chimoio; Nacala-Porto; Quelimane; Tete; Xai-Xai; Pemba; Inhambane.

Religião: Há cerca de 5 milhões de cristãos, a maioria dos quais aderente da Igreja Católica Romana, e 4 milhões de muçulmanos.

Língua: A língua oficial é o português. Há numerosas línguas nacionais, como o Lomué, Makondé, Shona, Tsonga e Chicheua.

Unidade monetária: Metical (MZM).

Página Oficial do Governo:
www.mozambique.mz



© Fernando Santos



República Portuguesa

Embaixador Vasco Bramão Ramos

Director-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Decorridos dez anos sobre a sua criação, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa pode orgulhar-se do seu percurso. O balanço da sua actividade, desde 1996, é claramente positivo na prossecução dos seus objectivos fundamentais: a promoção e difusão da língua portuguesa, a concertação político-diplomática e a cooperação em diversas áreas.

Mas um balanço positivo desta Comunidade – que representa quatro Continentes e assenta na sexta língua mais falada a nível mundial – não deve temperar a sua ambição. Muito pode ainda ser feito. Muito tem de ser feito.

É assim essencial prosseguir um permanente exercício de reflexão que permita à CPLP ir traçando e revendo as suas linhas de orientação estratégica. Neste contexto, a próxima reunião do Conselho de Ministros de Julho, em Lisboa, será porventura o momento de marcar uma atitude mais crítica e empenhada neste domínio.

Importará, designadamente, reconhecer e identificar as causas e apontar os caminhos que permitam ultrapassar alguma lentidão da dimensão processual da nossa Comunidade, com vista a torná-la mais eficaz.

É encorajador registar a crescente importância que os Governos dos Estados Membros atribuem à Comunidade. Nesse sentido, Portugal congratula-se com a assinatura, no passado dia 26 de Março de 2007, do Protocolo Adicional referente ao Estabelecimento da sede da Organização, que permitirá a abertura de Representações Permanentes dos Estados Membros junto da Comunidade, imprimindo-lhe uma nova dinâmica e promovendo um melhor desempenho da sua actividade.

Por outro lado, uma Organização como a CPLP deve manter como objectivo alto na sua lista de prioridades a projecção da sua imagem e o seu protagonismo na cena internacional como promotor de paz e segurança, no sentido lato do termo, não apenas no seu espaço mas igualmente nas regiões onde se situam os seus Estados Membros.

De sublinhar será também o contributo activo da CPLP para o bom funcionamento da democracia e para a realização de eleições livres e independentes. O envio de Missões de Observação Eleitoral a Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e, agora, a Timor Leste decorrem do apego da Comunidade e de todos os seus Estados-membros aos valores fundamentais da Democracia e do respeito pela Pessoa Humana.

O princípio da solidariedade constitui, também, um dos alicerces da CPLP. Está bem patente na acção do Grupo Internacional de Contacto para a Guiné-Bissau que reuniu, pela segunda vez, no passado mês de Março em Lisboa.

Do que precede, resulta que a CPLP, sendo uma Organização de apenas oito Estados mas dispersa por quatro Continentes está vocacionada, para melhor realizar os seus objectivos fundadores, a crescer em número de Países Observadores Associados. Portugal congratula-se por isso que, no Conselho de Ministros de Luanda em 2005, tenha sido possível resolver a longamente debatida questão dos Estatutos de Observador e que, na Cimeira de Bissau em 2006, tenham sido admitidos os primeiros associados. Espera-se que no Conselho de Ministros de Lisboa seja possível apreciar outras candidaturas já apresentadas.

No mesmo sentido de maior projecção e reforço do papel da nossa Comunidade na cena internacional, será de favorecer uma maior cooperação e o estabelecimento de parcerias da CPLP com outras Organizações Regionais na protecção e prossecução de interesses partilhados e objectivos comuns.

No mundo crescentemente complexo em que vivemos, assume particular relevância este agrupamento de Estados baseado em valores culturais comuns, em valores democráticos comuns e num idêntico respeito pelos Direitos Humanos. Desta invejável unidade decorre, desde logo, uma notável capacidade e vontade de entreatajuda. Mas decorre, também, a capacidade de um crescente protagonismo internacional. No respeito pelos princípios em que aquela unidade assenta e na certeza dos benefícios que daí resultam para a Organização e para cada um dos seus Estados Membros, devem estes procurar consolidar e ampliar este protagonismo.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem, certamente, a vitalidade que lhe permitirá prosseguir no caminho da sua crescente consolidação da sua crescente utilidade e do seu crescente protagonismo internacional. É esta vitalidade que alimenta a sua tão necessária ambição.





República Portuguesa

Área: 91.947 km²

População: 10.544.200 (1º trim. 2005)

Densidade populacional: 114,7 hab. /km² (1º trim. 2005)

Designação oficial: República Portuguesa

Chefe de Estado: Aníbal Cavaco Silva.

Primeiro-ministro: José Sócrates

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros: Luís Amado

Data da actual Constituição: Aprovada em Abril de 1976. Revisões: Setembro de 1982, Julho de 1989, Novembro de 1992, Setembro de 1997, Dezembro de 2001, Julho de 2004 e Agosto de 2005.

Principais Partidos Políticos: Partido Socialista (PS), no governo; Partido Social-democrata (PSD); Partido Comunista Português (PCP); Centro Democrático Social/ Partido Popular (CDS-PP); Bloco de Esquerda (BE), Partido Ecológico "Os Verdes" (PEV).

Capital: Lisboa (população do concelho: 546.657, em 2001; da área metropolitana (19 concelhos): 2.682677, em 2001).

Outras cidades importantes: Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal (Madeira), Ponta Delgada (Açores), Porto, Setúbal.

Religião: A maioria da população professa o cristianismo e mais de 90% pertence à Igreja Católica Romana.

Língua: O português é a língua oficial.

Unidade monetária: Euro (EUR).

Página oficial do Governo:

www.portugal.gov.pt/Portal/PT

República Democrática de São Tomé e Príncipe

Embaixadora Alda Alves de Melo dos Santos

Embaixadora de São Tomé e Príncipe em Portugal

O compromisso assumido a 17 de Julho de 1996 com a institucionalização da CPLP constitui um marco histórico na vida dos nossos Povos e Países e um passo significativo no estreitamento das relações que unem os Estados membros da nossa Comunidade.

Decorridos dez anos e correspondendo ao desafio lançado com a sua constituição, a CPLP regista sinais de crescimento que evidenciam a sua afirmação como espaço privilegiado para a concertação político-diplomática, a cooperação e a promoção da Língua Portuguesa.

O significado e a importância dos laços de amizade e solidariedade mantidos entre os Estados-membros ganham maior dimensão e visibilidade quando congregados no seio da CPLP, com reflexos positivos nos programas de desenvolvimento de cada um dos Países.

O conjunto de acções desenvolvidas pela CPLP ao longo desse período traduz o esforço e o mérito de todos os Estados que a integram e os progressos alcançados encorajam a prosseguir na busca de novos desafios e na conquista de novos progressos.

A coordenação das políticas dos Estados-membros tem contribuído para uma melhor implementação dos programas de desenvolvimento em curso e a actuação concertada nos fora internacionais tem-se cifrado em ganhos de notoriedade para a Organização

A cooperação, constituindo um dos pilares da CPLP, reveste-se de particular importância para a sua sedimentação. A definição de áreas prioritárias e o acompanhamento dos projectos têm sido relevantes como complemento do esforço nacional de cada Estado Membro tendo em vista o seu desenvolvimento.

Sendo a Língua Portuguesa a pedra angular da edificação da CPLP, necessário se torna conferir ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa a importância que lhe é devida como Órgão vocacionado para a sua promoção e difusão.

A livre circulação de pessoas e bens deve, igualmente, merecer a atenção dos Estados-membros, no sentido de se pôr em prática os instrumentos legais aprovados desde a Cimeira de Brasília.

São Tomé e Príncipe regista, actualmente, ganhos de eficiência, fruto da formação e da capacitação dos seus quadros no âmbito dos acordos firmados a nível da CPLP, designadamente nas áreas da Saúde, Justiça, Defesa, Administração Pública e Comércio Internacional.

São Tomé e Príncipe congratula-se com os êxitos obtidos pela Organização e, à semelhança do que tem sido a sua prática, continuará a



dar todo o seu contributo com vista a preservação das conquistas já alcançadas e compromete-se em dar o melhor do seu esforço para o sucesso das etapas futuras.

Espera-se que as reformas iniciadas na CPLP conduzam a uma maior aproximação da Organização à sociedade civil, promovam o desenvolvimento de relações económicas e empresariais, facilitem a circulação de pessoas e bens no seio da Comunidade e dêem um maior incremento à Língua Portuguesa.



República Democrática de São Tomé e Príncipe

Área: 1.001 km²

População: 162 mil habitantes (estimativa 2004, EIU)

Densidade populacional: 161,8 hab./Km² (estimativa 2004, EIU)

Designação oficial: República Democrática de São Tomé e Príncipe

Chefe de Estado: Fradique de Menezes (desde Setembro de 2001).

Primeiro-ministro: Maria do Carmo Silveira (desde Junho de 2005)

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades: Carlos Gustavo dos

Anjos

Data da actual Constituição: publicada em 29.1.2003 no Diário da República.

Principais Partidos Políticos: Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe - Partido Social Democrata (MLSTP-PSD); Movimento Democrático Força da Mudança - MAF; Partido de Convergência Democrática (PCD); Acção Democrática Independente - ADI; Movimento Uê Kédadjí. Últimas eleições legislativas e presidenciais realizaram-se em 2006.

Capital: São Tomé (51,6 mil habitantes) (censo de 2001).

Religião: A maioria da população professa o cristianismo e cerca de 83% pertencem à Igreja Católica Romana.

Língua: A língua oficial é o português. Localmente, também se fala Crioulo.

Unidade monetária: Dobra (STD).



© Agência LUSA

República Democrática de Timor-Leste

Embaixador Manuel Soares Abrantes

Embaixador de Timor-Leste em Portugal

Face à necessidade de quebrar o seu isolamento no mundo, quanto ao seu passado, mas sobretudo perante o futuro, e face à necessária afirmação nacional, Timor-Leste fez-se membro de pleno direito da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP, apresentando-se com uma identidade única, soberana e distinta na região do Sudoeste Asiático e Pacífico.

A sua adesão neste espaço, projecta-se com imensuráveis vantagens estratégicas, económicas, sociais e culturais.

Timor-Leste dentro da CPLP alarga-se espacialmente, ultrapassando as suas fronteiras convencionais, para se juntar a países com os quais se identifica através de uma língua comum, num universo total de 220 milhões de falantes do idioma Português, espalhados pelo mundo.

A língua e a cultura - vectores intrínsecos e insubstituíveis - são valores encontrados nesta identidade lusófona; Esta vertente bicéfal, tanto pela língua como pela cultura, produz necessariamente um forte impacto no mundo.

É indiscutível que a Língua Portuguesa, como denominador comum e vector de comunicação, desenvolve fortes relações, sociais e internacionais, sendo ao mesmo tempo factor de união e identidade.

Acresce, que os fortes laços históricos que unem estes povos, assim como os respectivos valores culturais - consubstanciados neste idioma único - e a própria dinâmica civilizacional, leva a que o valor desta organização seja sustentado transversalmente por todos os seus membros.

Testemunha da importância singular desta necessária inserção no espaço da CPLP, e do reconhecimento do Português como Língua oficial de Timor-Leste, e o imperativo exposto na Constituição da República Democrática de Timor-Leste (Art. 8º, parágrafo 3º “A República Democrática mantém laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa”), bem como no Plano Nacional de Desenvolvimento.

A Língua Portuguesa foi uma das armas eficazes na luta contra a ocupação Indonésia, e nos momentos mais críticos da sua história; O valor deste vínculo cultural e civilizacional, hoje reconhecido e apreciado pela sociedade timorense, foi uma arma poderosa da resistência... a Língua identificava, concebia a estratégia e embarçava o inimigo... foi pois o caminho para a vitória.

Contornadas que estão as teses de inviabilidade económica, de limitação de recursos (embora se deve reconhecer que neste aspecto se mantém a falta de capital humano qualificado), a pequenez do



seu estatuto e da sua dimensão geográfica, ou ainda a ausência de poder de concepção dos timorenses, argumentos incongruentes de então que se dissiparam com a vontade e o apreço dos timorenses pelos seus valores e ideia de serem livres e soberanos; assumiu-se frontalmente a importância desta organização, sendo que o enquadramento pragmático dos seus objectivos e as perspectivas de futuro são de vital importância para Timor-Leste.

Não se pode subestimar a importância que esta organização tem para os seus membros. É um fórum multilateral privilegiado para o aprofundar das suas relações sociais e culturais, de cooperação entre estados membros, concertação política e diplomática nos fóruns internacionais, apoio à consolidação dos estados membros e a prossecução dos seus próprios objectivos.

A importância deste bloco reside na concertação dos seus esforços para prossecução dos seus objectivos estabelecidos, de modo a enfrentar os desafios globais, e consolidação democrática dos seus estados membros, para que mutuamente se apoiem e através da gestão de interesses nacionais se possa proporcionar o proveito singular e colectivo.

Para além do seu valor histórico e civilizacional, Timor-Leste é detentor privilegiado de valores comuns a este espaço, e dispõe conceptualmente de uma estratégia internacional multifacetada no âmbito das suas relações com outros Povos, Nações e Estados.

No contexto geral, a importância e pertinência da participação de Timor-Leste neste espaço reside no estreitamento de relações internacionais com outros países, e sobretudo pela manutenção de relações estreitas e privilegiadas com os países de língua oficial Portuguesa.

Em termos de conceito geo-estratégico, a participação de Timor-Leste na CPLP revela-nos uma concepção coerente de política externa, atendendo ao enquadramento geográfico (entre a Austrália e a Indonésia), e a necessidade de afirmação da soberania e identidade política do Estado.

Irreduzivelmente, no âmbito da CPLP, a fronteira de Timor-Leste estende-se indefinidamente pelos quatro cantos do Mundo: da Europa à América passando pelo continente da África.

Todos estes países, nos seus respectivos continentes e zonas económicas detêm uma importância estratégica a todos os níveis, quer política, económica e diplomática, pelo que a concertação aproveita a todos.

Não podemos deixar de mencionar, quanto ao seu funcionamento interno, que será importante que os Estados-membros da CPLP mantenham a vontade política, e que face a alguns pontos concretos se passe da “retórica” aos actos, de modo a manter a pró-actividade e necessidade da organização perante as realidades com que se deparam os países membros neste mundo global.

República Democrática de Timor-Leste

Área: 15.007 km². Fazem ainda parte do território o enclave de Ocussi-Ambeno, com 2.461 km² (a 70 km de Batugadé), e a ilha de Ataúro, com 144 km² (23 km a norte de Díli).

População: 924 mil habitantes (2004)

Densidade populacional: 53,79 hab./Km²

Designação oficial: República Democrática de Timor-Leste

Chefe de Estado: José Ramos Horta (eleito em Maio de 2007)

Primeiro-ministro: Estanislau da Silva (desempenha funções até às eleições legislativas de 30 de Junho de 2007)



Data da actual Constituição: Maio de 2002.

Principais Partidos Políticos (em ordem alfabética):

Associação Social-democrata Timorese (ASDT); Associação Timorese dos Heróis (KOTA); Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN); Partido Democrata Cristão (PDC); Partido Democrático (PD); Partido Democrático Maubere (PDM); Partido do Povo de Timor (PPT); Partido Liberal (PL); Partido Nacionalista Timorese (PNT); Partido Social-democrata Timor Lorosae (PSD); Partido Socialista de Timor (PST); Partido Trabalhista Timorese (PTT); União Democrática Cristã de Timor (UDC/PDC), União Democrática Timorese (UDT).

Capital: Díli, com 160 mil habitantes (2001, estimativa EIU)

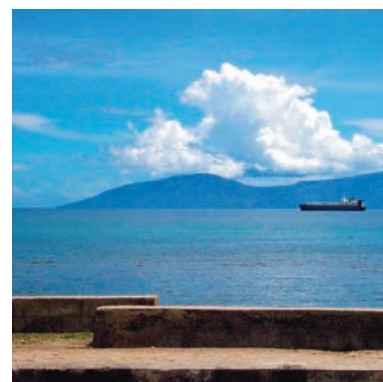
Outras cidades importantes: Baucau, Manatuto, Aileu e Liquiçá.

Religião: Predomina a religião cristã (católicos romanos, 90%, e protestantes 3%). Há também muçulmanos (4%), budistas, hinduístas e seguidores de religiões animistas.

Língua: As línguas oficiais são o português e o tétum.

Unidade monetária: Unidade monetária: Dólar norte-americano (USD). Para facilitar as trocas comerciais, o Estado cunha moedas de denominação "Centavo".

Página Oficial do Governo:
www.timor-leste.gov.tl



© Agência LUSA

ZAGOPE

Construções e Engenharia, S.A.



Zagope, uma empresa internacional especializada em obras públicas, assenta a sua filosofia de gestão nos pilares da competência, qualidade, segurança e desempenho económico. Consciente da sua responsabilidade social, ambiental e económica, a Zagope procura atingir a plena satisfação dos seus clientes, colaboradores, accionistas e comunidade local. São quarenta anos a criar valor.

Forte Presença em África

Portugal, Angola, Argélia, Camarões, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Grécia, Guiné Equatorial, Mauritânia.

Estação de Metro da Arneiroeira - Lisboa



Nova Ponte sobre o Tejo - Carregado

Barragens dos Álamos - Alqueva



Estrada entre o Desvio da Matala / Matala - Angola



JLC

José Luís de Carvalho, Lda



Benguela (Sede):
Rua Machado dos Santos, 34 - 36
Tel: 2722 32781/2/3/4 - Fax: 2722 325024
e-mail: jmarques@jlc.co.ao
Luanda (Delegação)
Av. Cte. Valódia, 76 - 82
Tel: 222 445062/3/4 - Fax 222 442896
e-mail: jlc@jlc.co.ao

Uma Solução Completa

Máquinas e Fardamentos
Material Eléctrico
Equipamentos de Escritório
Material de Escritório e Escolar
Prestação de Serviço

Sempre a inovar... Rumo ao futuro!

• A Carris
• é uma empresa
• com 135 anos
• que aposta
• na qualidade
• e competência.
•.....

1873



1947



1995



2007



carris 



www.carris.pt

ICL/DIV16/2007/0



A pesca artesanal e o turismo são dois dos potenciais de Cabo Verde.



Principais Eixos de Intervenção

Concertação político-diplomática

Conjugar esforços e coordenar acções políticas e diplomáticas tendo como objectivo o maior benefício para a Comunidade e para todos os seus membros foi desde o início a grande meta da CPLP. Não é por acaso que a criação do Comité de Concertação Permanente antecedeu a Conferência Constitutiva.

As próprias características da CPLP, formada por um conjunto de Estados espalhados por diversos continentes e já integrados noutras organizações, obrigam a um trabalho permanente de diálogo, troca de informações e coordenação de iniciativas e acções para que a Comunidade seja mais do que a soma aritmética das suas componentes.

O quadro da concertação é definido pelos princípios livremente aprovados pelos Estados-membros: a independência e igualdade de soberania; não ingerência nos assuntos internos e defesa da integridade territorial; reciprocidade e respeito pelos compromissos internacionais assumidos – e pelos objectivos comuns aceites, como a promoção da Paz, da Democracia, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e Justiça Social.

Encontrar formas eficazes de avançar na promoção dos valores defendidos sem atropelar os princípios estabelecidos é todo o objecto da concertação.

As vantagens da CPLP como espaço de diálogo e discussão, em relação a outros tipos de associações de Estados, compensam em larga medida as limitações auto-impostas. Cada um pode expressar livremente os seus pontos de vista, sem formalismos nem necessidade de intérpretes. Ninguém corre o risco de ser julgado sem ser ouvido: não se trata de vencer ou impor, mas de compreender e convencer. Vantagens valiosas quando se trata de Estados jovens, como a maioria dos membros da Comunidade, com instituições ainda frágeis e com curta experiência democrática, todos eles sequiosos de maior visibilidade e afirmação internacional.

Discretamente, a CPLP tem-se revelado útil nas situações de crise ou de conflito por que têm passado alguns dos seus membros desde a sua criação, potenciando e dando cobertura a intervenções que não teriam sido aceites se empreendidas de forma unilateral, ou ajudando a estabelecer pontes com outras organizações internacionais ou regionais, dotadas de maiores meios de acção, no sentido de mobilizar apoios ou de evitar sanções.

O caso mais paradigmático é o de Timor-Leste, que tem sido uma preocupação constante da CPLP desde a sua fundação. Assunto

especialmente sensível para Portugal e os PALOP (em particular Moçambique e Angola) a questão da autodeterminação de Timor-Leste foi sempre tratada com cautela pelo Brasil devido às relações diplomáticas intensas existentes com a Indonésia. Uma delegação da Resistência Timorense tomou a palavra na Conferência Constitutiva e os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a promover acções concertadas para a “obtenção de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste”. A primeira missão de observação da CPLP foi enviada a Díli na altura da realização do referendo para a Independência organizado pela ONU, em Agosto de 1999.

Em relação à Guiné-Bissau, membro da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), maioritariamente francófonos e anglófonos, o papel mediador da CPLP foi ainda mais notável. Na cidade da Praia de 17 de Julho de 1998, os Chefes de Estado e de Governo “condenaram inequivocamente a rebelião militar” contra o regime do Presidente João Bernardo Vieira e “apelaram ao restabelecimento da ordem constitucional”. O Grupo de Contacto então constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos restantes sete Estados, coordenado por Cabo Verde, contribuiu decisivamente para o cessar-fogo e a solução negociada do conflito no quadro da CEDEAO. Consumado o derrube do Presidente Vieira, a CPLP continuou empenhada na preparação das eleições e voltou a desenvolver as suas missões de mediação e estabilização nas sucessivas crises políticas e militares que sacudiram Bissau até à actualidade. No período de transição política, chegou a ser criada uma representação temporária da CPLP em Bissau (encerrada após as eleições presidenciais de 2005) que assegurava a ligação com as agências da ONU e a sociedade civil.

Aquando da tentativa de golpe de estado de Julho de 2003 em São Tomé, o Conselho de Ministros da CPLP, reunido na altura perto de Coimbra (Portugal) viveu “em tempo real” o desenrolar dos acontecimentos e pode ajudar o representante do governo são-tomense a mobilizar os apoios diplomáticos que permitiram o regresso do Presidente Fradique de Menezes ao seu país e a reposição da normalidade institucional.

O processo de paz em Angola decorreu noutros moldes, com intervenção directa das Nações Unidas na condução das negociações entre o Governo angolano e a UNITA (até 1998), e Portugal como membro da “troika” de observadores (com os Estados Unidos e Rússia). Nem por isso a CPLP deixou de acompanhar com preocupação o conflito e as políticas de reconciliação e reconstrução pós-bélica. Terá, eventualmente, evitado que o conflito angolano provocasse divisões insanáveis dentro da própria comunidade.

Todos os actos eleitorais realizados nos PALOP e em Timor-Leste desde a criação da CPLP contaram com a presença de observadores internacionais, incluídas missões da Comunidade.

Se boa parte dos (escassos) meios da CPLP foram canalizados para estas acções de apoio a alguns dos seus membros, não desviaram a atenção da organização da meta principal, que consiste em pro-

mover o conjunto na cena internacional, com intervenções, propostas e projectos comuns e, na medida do possível, inovadores.

Estabeleceu acordos e parcerias com várias instituições e organizações internacionais e “frentes comuns” para apoiar a candidatura de Estados-membros ou personalidades desses países a altos cargos internacionais. Os êxitos alcançados devem-se, em primeiríssimo lugar, aos méritos próprios dos candidatos, mas não é despreciando o apoio que cada um pode arrecadar graças as diplomacias dos restantes membros da Comunidade.

A criação de “Grupos da CPLP” agrupando os embaixadores e representantes permanentes dos países membros em todas aquelas capitais e sedes de organismos internacionais nas quais pelo menos três forem residentes, acordada na Cimeira de São Tomé, favorece a unidade de acção e agiliza a intervenção da Comunidade a favor dos seus objectivos.

Concertação não significa, longe disso, acordo total e imediato. Os Estados conservam a sua independência e têm outros compromissos internacionais, as vezes antagónicos. Há interesses nacionais, rivalidades e desconfianças que ainda subsistem, e a CPLP e os seus membros são frequentemente surpreendidos por decisões de que não foram sequer informados.

Como escreveu o embaixador brasileiro José Vicente Pimentel, ex-director do departamento de África e Médio Oriente, a CPLP “não substitui mas sim complementa e fortalece a acção bilateral, os seus objectivos são de longo prazo, suas regras são democráticas, seu espaço aberto à colaboração com outros parceiros públicos e privados, intra e extrazona”.



Eleições em Moçambique.

© Nicole Guardiola

A CPLP e as missões de observação eleitoral

Hélder Lucas

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) consagra, nos seus Estatutos, a concertação político – diplomática entre os seus membros como um dos objectivos gerais da organização, em que a componente de observação eleitoral tem assumido papel relevante. Isso deve-se ao facto de parte significativa dos Estados membros estarem a dar os primeiros passos na consolidação de regimes de democracia representativa, de que a realização de eleições regulares é o fundamento.

A CPLP já detém um património assinalável no domínio da observação eleitoral; as suas missões baseiam-se nos procedimentos constantes do Manual das Missões de Observação Eleitoral da CPLP, em que o observador eleitoral é descrito como mera testemunha do processo eleitoral, tendo por função observar, anotar e sugerir, não devendo em circunstância alguma mediar o processo eleitoral, sob pena de colocar em risco o princípio de não ingerência.

As missões de observação eleitoral da CPLP integram um representante do Secretariado Executivo e representantes dos Estados membros, à excepção do país onde se realizam as eleições, procurando-se que a sua composição seja heterogénea, incluindo parlamentares, diplomatas, peritos em eleições, universitários, juristas, e outros profissionais, de modo a permitir um conhecimento alargado sobre os diferentes tipos de escrutínio e sobre os mecanismos eleitorais.

Os observadores têm como mandato testemunhar o processo eleitoral, o escrutínio e o apuramento dos resultados, competindo à missão emitir parecer sobre a credibilidade do processo eleitoral, em função de critérios relativos à transparência, ao carácter democrático da eleição, à aplicação da lei eleitoral e aos procedimentos exigíveis.

Atendendo a que a presença de observadores estrangeiros no território de um país em campanha eleitoral, no dias das eleições e durante o apuramento dos resultados, é susceptível de criar situações delicadas, foi formulado um código de conduta do observador eleitoral da CPLP, que estabelece os princípios de ética e de comportamento que devem pautar a actuação dos observadores.

A observação eleitoral, propriamente dita, tem um conjunto de regras básicas de actuação que, para além da observação nas secções eleitorais das condições efectivas de votação, deve incluir o acompanhamento da fase pré-eleitoral, incluindo a campanha eleitoral, e o estabelecimento de contactos junto das instituições encarregues da realização das eleições, de organizações da sociedade civil, com pessoas e organismos das diversas esferas de actividades do país, e a realização de Missões de Avaliação Preliminar caso as condições vigentes o exijam.

Mas, para além do carácter essencialmente técnico e legal das missões de observação eleitoral e, atendendo a que geralmente, têm lugar em países em transição ou com regimes democráticos ainda débeis ou não consolidados, essas missões assumem também dimensões política e psicológica relevantes e, através da sua acção, que encerra também a mediação da comunidade internacional, dão credibilidade ao sufrágio, contribuem para sublinhar a sua importância e incutem a necessária confiança aos eleitores.

A CPLP realizou missões de observação eleitoral ao referendo sobre a autodeterminação de Timor-Leste, eleições para a Assembleia Constituinte e eleições presidenciais em Timor-Leste (Agosto de 1999, Agosto de 2001, Abril de 2002); eleições autárquicas, presidenciais e legislativas em Moçambique (Novembro de 2003 e Dezembro de 2004); Eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau (Março de 2004 e Julho de 2005); eleições legislativas e presidenciais em S. Tomé e Príncipe (Março - Abril e Julho de 2006).

A Declaração de Bissau, adoptada pela VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, considerou que a realização de eleições, testemunhadas pelas missões de observação da CPLP, traduzem a consolidação das instituições democráticas nos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.



A CPLP realizou missões de observação eleitoral em diferentes eleições em Timor-Leste.



© Fotos CPLP

Os Grupos CPLP

Paulo Palm

Durante a X Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Luanda em Julho de 2005, os Estados-membros aprovaram uma Resolução que criou os Grupos CPLP.

Os referidos Grupos são constituídos por um mínimo de três Representantes dos países da Comunidade junto a Governos ou organizações internacionais, e devem reunir-se com periodicidade trimestral, ou em carácter extraordinário, quando a situação assim o justifique. Dentre os seus objectivos, salienta-se a necessidade de coordenar posições relativamente a interesses comuns, assegurar a representação da CPLP em conferências, seminários e reuniões internacionais (mediante solicitação do Secretário Executivo), efectuar diligências conjuntas, quando aplicável, intercambiar informações sobre a realidade política e governamental do país onde se encontrem, apoiar a realização de eventos organizados no âmbito da CPLP e divulgar as actividades e realizações da Comunidade.

Nas capitais dos países membros, com excepção de Lisboa, por ser a sede da organização, os Grupos em pauta devem igualmente acompanhar os programas de desenvolvimento em vias de implementação, bem como apresentar novas sugestões nesse sentido, mediante o apoio do ponto focal local para a cooperação.

Os Grupos CPLP devem, em princípio, ser coordenados pelo Representante diplomático do país que esteja no momento presidindo a Comunidade. Caso o mencionado país não disponha de Missão diplomática residente, a coordenação do Grupo será atribuída mediante consenso entre os demais países membros representados, e será sempre rotativa. Cumpre mencionar ser inegável que a criação desses Grupos, ademais das incumbências específicas que lhe foram atribuídas, possibilita, pela sua própria dinâmica, o estabelecimento de laços pessoais extremamente proveitosos para o melhor encaminhamento das actividades empreendidas pela Comunidade. Das reuniões periódicas e extraordinárias, compete ao Coordenador do Grupo CPLP elaborar um relatório, a ser enviado ao país que detenha a presidência da CPLP e ao seu Secretariado Executivo.

Existem, no momento, cerca de trinta Grupos CPLP regularmente constituídos, que actuam com relativa autonomia, atendendo, pois, às circunstâncias dos países ou organizações internacionais juntos aos quais estejam acreditados e dos meios de que dispõem. Suas actividades têm sido multiformes, visando, por exemplo, concertar apoios na ONU em favor de Guiné Bissau e de Timor-Leste, acompanhar programas da UNESCO para a protecção do património cultural dos países lusófonos, sensibilizar as agências da FAO com relação a programas alimentares nos PALOP, apoiar, junto à União Europeia, a canalização de ajuda ao desenvolvimento aos países membros africanos e Timor-Leste, promover a utilização do português como língua de trabalho em organizações internacionais, e muitas outras.

A par dessas iniciativas de carácter político específico, os Grupos CPLP vêm promovendo eventos de cariz cultural, como apresentações musicais, desportivas e literárias, mostras de cinema e de fotografia, feiras de livros e conferências sobre aspectos da realidade dos países lusófono. Esses eventos têm tido repercussão favorável junto às sociedades locais, e contribuído para complementar a política cultural da Comunidade, constituindo sem dúvida um valioso elemento para a promoção de seus objectivos maiores no seio da comunidade internacional.

Grupos CPLP

A constituição dos Grupos CPLP tem demonstrado um enorme dinamismo. Estão formalmente constituídos os Grupos CPLP de Adis Abeba, Argel, Berlim, Bruxelas, Bruxelas (Delegação para a União Europeia), Buenos Aires, Budapeste, Cairo, Dacar, Dili, FAO (Roma), Genebra, Haia, Harare, Havana, Jacarta, Londres, Luanda, Madrid, Maputo, Moscovo, Nairobi, Otava, Praia, Rabat, República Democrática do Congo (RDC), Roma, São Tomé, Telavive, Tóquio, Varsóvia e Viena. Após o fecho da edição deste Livro, com certeza outros já terão sido constituídos.

A CPLP tem procurado ter uma voz activa junto a todas as organizações internacionais e regionais.



Defesa e Segurança

Os 10 anos de existência da CPLP coincidiram com uma profunda e rápida alteração dos conceitos de defesa e segurança ao nível mundial e nacional, de que resultaram mudanças estratégicas, legislativas e organizativas em cada um dos Estados-membros.

Como instituição, a CPLP não tem uma política de defesa e segurança mas as questões relacionadas com a segurança dos países e das suas populações num sentido lato tem uma influência directa ou indirecta sobre todas as suas áreas de intervenção.

Em consequência, o Conselho de Ministros da CPLP, na sua VI reunião ordinária realizada no dia 31 de Julho de 2001, em São Tomé, aprovou uma alteração nos Estatutos da CPLP, passando a incorporar o artigo 3º (Objectivos) alínea b) cooperação – a frase seguinte “entre outras áreas, a de Defesa e Segurança Pública”.

Os antecedentes:

A) Portugal, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Timor-leste

A cooperação entre os Ministérios da Defesa e as Forças Armadas de Portugal e dos PALOP começou formalmente com a assinatura de acordos bilaterais entre 1988 e 1989. Em 1989, foi criada no Ministério da Defesa Nacional de Portugal a Divisão de Estudos e Cooperação Militar, na dependência da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, encarregue especificamente do estudo, análise, planeamento e coordenação da política de Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os PALOP.

Entre 1990 e 1991 ficou definida a política de CTM, os seus objectivos permanentes – políticos e estratégicos – e a metodologia da execução técnica, em estreita articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O primeiro Programa-Quadro/PQ de CTM foi aprovado em Outubro de 1990, entre os Ministérios de Defesa de Portugal e da Guiné-Bissau, seguindo-se-lhe, ainda em 1990, os primeiros PQ de CTM luso-caboverdiano, luso-moçambicano e, em 1991, o primeiro PQ de CTM luso-santomense.

Com Angola, a CTM desenvolveu-se entre 1991 (Acordo de Paz de Bicesse) e 1995 (estabelecimento do Protocolo de Lusaka) através de Programas-Quadro Específicos, com o objectivo de permitir a sua permanente adequação às necessidades decorrentes do processo de paz angolano.

As actividades de cooperação técnico-militar em Timor-Leste têm sido levadas a cabo na sequência do acordo de cooperação assinado em Maio de 2002, tendo o Programa-Quadro sido assinado em 1 de Fevereiro de 2005.

Na actualidade são atribuídos a Cooperação Técnico-Militar, entre outros, os seguintes objectivos:

- Fomentar o desenvolvimento da cooperação, reforçando os laços culturais e históricos com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;
- Contribuir para que a Instituição Militar seja elemento estruturante dos Estados e das nações e bem assim alicerce da unidade e da identidade nacional;
- Reforçar a segurança e a estabilidade interna dos PALOP através da formação de Forças Armadas partidárias, que se constituam como defesa e suporte das Instituições Democráticas;
- Apoiar o desenvolvimento económico e social através de projectos técnico-científicos;
- Contribuir para a aquisição de novas capacidades (ou reforço das já existentes) para eventual participação em operações humanitárias ou de apoio à paz, no quadro da ONU ou de Organizações Regionais;
- Promover a vulgarização do uso da língua portuguesa.

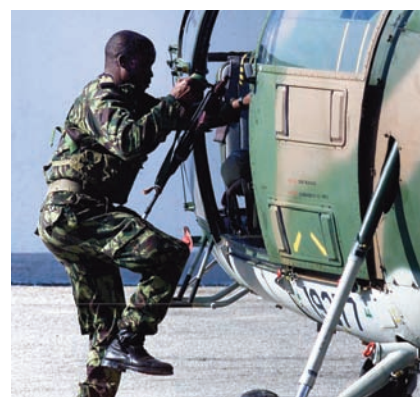
B) Brasil:

A coincidência entre os objectivos da CTM e os da CPLP teriam levado a inserir logo em 1996 as reuniões entre os Ministérios da Defesa no rol das reuniões ministeriais sectoriais se não existissem na altura impedimentos à plena participação do Brasil.

Com efeito, diferenças de doutrina e organização, herdadas dos regimes militares que vigoraram no Brasil entre 1964 e 1984, separavam ainda o Brasil dos restantes Estados-membros da CPLP. Iniciada com a promulgação da Constituição de 1988, a reforma e reorganização das Forças Armadas e de Segurança brasileira foi um processo lento. A criação do Ministério da Defesa, consagrando a subordinação do poder militar ao poder civil, anunciada em 1995 só foi concretizada em 1999, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. (Até então o Brasil tinha quatro pastas cujos titulares eram militares: os ministérios da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, além do ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, e que dependiam directamente da Presidência da República).

A nova Constituição, ao atribuir as Forças Armadas um papel de apoio a Política Externa do Brasil, permitiu a participação de militares brasileiros em missões de paz da ONU, nomeadamente em três países membros da CPLP: Moçambique e Angola, e mais recentemente Timor-Leste.

A lei de Defesa Nacional, promulgada em Julho de 2005 pelo Presidente Luís Inácio da Silva acabou definitivamente com a “excepção brasileira” em matéria de Defesa no seio da CPLP.



Cooperação em matéria de Defesa e Segurança na CPLP:

A nova Lei de Defesa brasileira consagra amplas convergências estratégicas com a CPLP ao apontar como prioridades da Defesa nacional a segurança do Atlântico Sul e das vias marítimas (rota do Cabo) e as relações com os países africanos, nomeadamente os da África Austral e os PALOP.

O Atlântico Sul é apontado como o segundo pilar da política externa do Brasil – a seguir à Amazônia – pela riqueza dos recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima.

A mesma preocupação pelo espaço marítimo levou Portugal a criar no Ministério da Defesa, a Secretaria de Estado da Defesa Nacional e para os Assuntos do Mar, a instituir uma Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar e a aprovar, em 2007, uma Estratégia Nacional para o Mar. Tal obriga também os restantes membros da CPLP a empreender uma reorganização das suas Forças Armadas (até lá essencialmente terrestres), de forma a adquirir maior capacidade de vigilância e defesa, aérea e naval, do espaço marítimo e do litoral, face as novas ameaças (pescas, ambiente, tráficos de armas, drogas, pessoas).

Por outro lado, a cooperação no seio da CPLP deve ter em conta os compromissos assumidos pelos Estados-membros que decorrem da sua integração em organizações internacionais e regionais com políticas de segurança e defesa próprias. Portugal participa activamente em missões militares fora das suas fronteiras na qualidade de membro da NATO e da União Europeia. O Brasil tem vários acordos de cooperação com os países das suas fronteiras terrestres, nomeadamente os membros do Mercosul (Mercado Comum do Sul). Os PALOP, na qualidade de membros da União Africana estão comprometidos com a resolução do Conselho de Segurança da organização no sentido de criar uma força africana de paz.

Em consequência a cooperação militar e de segurança pública no âmbito da CPLP optou por privilegiar as acções de apoio a reorganização das forças armadas nos Estados-membros em situações pos-belicas, a elaboração da legislação adequada, e a preparação para intervenções de manutenção da paz, prevenção de conflitos e acções humanitárias em caso de catástrofes.

O Centro de Análise Estratégica da CPLP:

Tendo como base a emenda efectuada aos Estatutos da CPLP e movidos pela vontade colectiva de reforçar os laços de cooperação no domínio da defesa face as mudanças impostas pela conjuntura internacional os ministros da Defesa da CPLP, reunidos em Lisboa, em 2002, acordaram a criação do Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa da CPLP (CAE/CPLP).

Os objectivos do CAE/CPLP são:

- Pesquisa, reflexão e intercâmbio de conhecimentos, tendo em vista a interpretação, actualização e aplicação de doutrinas e procedimentos estratégicos na área da Defesa, de interesse comum;
- Promover o estudo de questões estratégicas de interesse comum que habilitem à tomada de posições concertadas nos diversos fora internacionais;
- Desenvolver e promover estudos e projectos de investigação sobre Estratégia na área da Defesa, tendo em consideração as necessidades dos Estados Membros;
- Promover o intercâmbio com Centros de Estudos de interesse para o CAE dentro e fora da Comunidade;
- Promover o arquivo e a divulgação de estudos e documentos, no âmbito das suas actividades.

O CAE/CPLP é constituído por uma Estrutura Permanente sediada na cidade de Maputo (Moçambique), e por Núcleos Nacionais Permanentes nos restantes Estados Membros da CPLP.

O Director do CAE/CPLP é o Coronel Domingos Salazar Manuel, indigitado pelo Ministro da Defesa Nacional de Moçambique e homologado pelos Ministros da Defesa dos Países da CPLP em Outubro de 2005.

Os exercícios militares “Felino”

No decorrer da 1ª Reunião de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas dos Países de Língua Portuguesa, que decorreu em Luanda, Angola, em Maio de 1999, foi aceite a proposta apresentada por Portugal para se realizarem exercícios militares anuais sobre a égide da CPLP, cujo objectivo seria adestrar uma força multinacional capaz de operar nos mais diversos cenários e conduzir operações de natureza especial, tendo como base o mesmo denominador comum: a língua portuguesa.

Os exercícios têm decorrido regularmente desde 2000. Portugal organizou os dois primeiros (2000 e 2001), na região de Lamego. As edições seguintes tiveram lugar no Brasil (Caatinga, Nordeste em 2002, e Pernambuco, em 2006); Moçambique (Maputo, 2003); Angola (Luanda, 2004) e Cabo Verde (2005).



Cidadania e circulação de pessoas no espaço da CPLP

Facilitar a circulação das pessoas no espaço da CPLP como forma de reforçar os laços de solidariedade e fraternidade entre todos os Povos que tem a língua portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade tem sido um dos objectivos da Comunidade desde a sua fundação.

Mas foi também vincada, desde o início, a vontade de respeitar as legislações nacionais e as limitações impostas pela integração dos Estados-membros em espaços supranacionais (no caso de Portugal, as que decorrem da inserção no chamado espaço Schengen).

Não tem sido fácil compatibilizar, neste domínio, os princípios básicos da CPLP – respeito da soberania dos Estados, não ingerência nos assuntos internos, reciprocidade – com as legítimas ou pelo menos compreensíveis expectativas dos cidadãos dos países membros. É ainda mais difícil gerir estas expectativas no contexto de uma realidade em rápida evolução a nível global, evolução caracterizada pela emergência de reflexos de segurança em consequência do terrorismo internacional, tráfico de drogas, imigração clandestina, criminalidade violenta. E, pela mudança dos fluxos migratórios dentro do espaço da CPLP que transformou países tradicionalmente geradores de elevados números de emigrantes em países de acolhimento e transito de imigrantes, muitos deles em situação irregular, com acontece com Portugal e mais recentemente Cabo Verde e Angola. Ou também levou cerca de dois milhões de brasileiros emigrar, muitos percorrendo, em sentido inverso, o caminho que levava os seus antepassados de Portugal para o Brasil.

A CPLP tem sido frequentemente acusada de passividade perante os obstáculos levantados pelos Estados-membros à liberdade de circulação, residência e trabalho dos imigrantes de outros países da Comunidade. Não foi por falta de atenção ou empenho.

A existência de diversos acordos não impediu que continuem a registar-se problemas ao nível da sua incorporação na legislação nacional dos Estados-membros, da sua regulamentação e interpretação pelas administrações e serviços competentes. Regra geral, os Estados optaram pela via bilateral para a resolução de diferendos e tensões, sendo de destacar os convénios assinados por Portugal com o Brasil e Cabo Verde, na base do princípio de reciprocidade.

Com efeito, desde 1971, Portugal e Brasil assinaram o Tratado sobre Igualdade de Direitos e Deveres, que conferia aos portugueses residentes no Brasil o direito de votar e ser eleitos nos órgãos do poder local e de ocupar algumas funções públicas. Em 1997, Cabo Verde incorporou na sua legislação o arrojado “Estatuto de cidadão lusófono” que confere aos nacionais dos restantes países da Comunidade direitos cívicos activos e passivos ao nível autárquico.

O projecto de Convenção-Quadro relativo ao Estatuto de Cidadão Lusófono continua em discussão.

Actuar de forma concreta na Cidadania e Circulação

Paulo Palm

O tema da Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço CPLP constitui uma das prioridades de sua Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Naquele documento, constam, como objectivos da CPLP, “contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os povos que têm a língua portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica”, e, ainda, “promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos, pelos Países membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas nos países membros, bem como a coordenação e o reforço na cooperação no domínio das práticas de imigração”.

Nesse sentido, durante a III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP em Maputo, em 2000, foi criado o Grupo de Trabalho Alargado sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço CPLP, para actuar de forma concreta na busca desses objectivos, e que elaborou os textos de cinco acordos imigratórios que seriam, em 2002, assinados na Cimeira de Brasília: (1) Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico, (2) Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, (3) Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento dos Cidadãos da CPLP, (4) Acordo para o Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração, e (5) Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão de Autorizações de Residência para os cidadãos da CPLP. Com a excepção de apenas um dos actos internacionais acima mencionados, encontram-se eles já em vigor em sete dos oito países da Comunidade.

Por outro lado, o referido Grupo de Trabalho Alargado está sendo novamente convocado, no corrente ano, para tentar negociar novo acordo visando a criação de um Estatuto do Cidadão da CPLP, em cumprimento à Resolução sobre o assunto aprovada em 17 de Julho de 2006, na Conferência de Chefes de Estado e de Governo de Bissau.

O facto de o Secretário-Geral da ONU haver instituído, em 2006, o Ano Internacional das Migrações representou estímulo adicional ao tratamento desse assunto crescentemente abordado na agenda internacional. A CPLP, por sua vez, vem activamente participando de eventos promovidos por organizações internacionais envolvidas com o tema.

No dia 6 de Junho de 2006, a Fundação Gulbenkian acolheu o Seminário “Migration and Development Policy within the CPLP Framework: Engaging Diasporas as Agents for Development”, para o qual contou com a colaboração e o patrocínio da própria CPLP, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), do Alto Comissariado

para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e de outras entidades, sob a coordenação do Dr. António Vitorino. O encontro teve a presença de altas autoridades dos países da Comunidade, de membros dos meios académicos e de numeroso público, e fora precedido de três “workshops”, um dos quais com a colaboração de Assessor da CPLP. Durante a sessão inaugural, o Secretário Executivo da CPLP fez ampla explanação sobre as iniciativas em curso, na Comunidade, com relação a tópicos imigratórios, salientando a necessidade de um tratamento adequado ao fenómeno das migrações e a importância dos imigrantes para o desenvolvimento dos seus países de origem e de acolhimento.

Pouco mais tarde, nos dias 12 e 13 de Junho daquele ano, a Organização Internacional para as Migrações promoveu, em Genebra, o encontro “Migrants and the Host Society: Partnership for Success”, que teve como participantes a UNESCO, o ACIME, a Confederação de Sindicatos Africanos, Representações governamentais junto às Nações Unidas em Genebra e grande número de entidades públicas e privadas. Os trabalhos centraram-se nas novas configurações dos padrões migratórios, e o Representante da CPLP fez duas intervenções, em que discorreu sobre a CPLP e louvou algumas providências tomadas nos países presentes relativas à melhor integração e à concessão de direitos sociais e políticos aos imigrantes.

Posteriormente, no âmbito da Assembleia Geral da ONU, o Secretário Executivo da CPLP teve o ensejo de comparecer, nos dias 14 de 15 de Setembro de 2006, ao Diálogo de Alto Nível sobre Migrações, foro em que defendeu a associação entre políticas de imigração de

A grande diversidade dentro do espaço da CPLP cria por vezes problemas devido aos fluxos migratórios.



desenvolvimento, como meio de eliminar a discriminação contra os migrantes e torná-los agentes no processo social e económico dos países de origem e de acolhimento, e louvou, nesse sentido, a criação, no quadro das Nações Unidas, do “Global Forum on Migration and Development”.

A CPLP participou igualmente, através de seu Secretário Executivo e Assessor, do “XI Metropolis”, tido como o mais importante evento não oficial na área migratória, e celebrado em Lisboa em Outubro de 2006. Na ocasião, presidiu ele o painel intitulado “A Lusophone Community: Multinational Alliances, Multiple Belongings”, aproveitando a oportunidade para fazer alocução abrangente sobre as realizações da CPLP e sobre a situação migratória em cada um de seus países membros. O Assessor de Cidadania e Circulação de Pessoas foi convidado, na ocasião, para o “workshop” “Challenges in Integration and Settlement of Portuguese-Speaking Migrants in Toronto and Lisbon: A Comparative Overview”, que analisou a viabilidade de uma acção concertada dessas comunidades na defesa de seus interesses comuns.

Várias iniciativas de âmbito regional vêm contando também com o apoio e a presença da CPLP, levadas a cabo por órgãos governamentais, universidades, entidades sociais e freguesias. Esses eventos têm propiciado frutuoso debate sobre a temática das migrações, bem como o estabelecimento de sinergias na busca de uma visão mais realista e positiva sobre o papel do imigrante nas sociedades de acolhimento, e de acções que possibilitem a ampliação dos seus direitos sociais e políticos, e a sua integração harmónica nas sociedades de acolhimento.



© João Santos



© Fotos Agência LUSA

Direitos, Liberdade e Garantias

A promoção dos Direitos Humanos e da Democracia no mundo e no espaço da CPLP é uma das metas da Comunidade desde a sua fundação.

Tendo os Estados-membros ratificado a maioria dos Tratados e Convénios internacionais sobre os Direitos Humanos no âmbito das Nações Unidas, a acção da CPLP neste domínio tem sido centrada em acções de pedagogia, divulgação e de apoio à elaboração da legislação pertinente.

Em Novembro de 2006, o Secretário Executivo da CPLP assinou um **Protocolo de entendimento com a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos** que permitirá aos Estados-membros, que solicitarem, beneficiar da cooperação técnica da ONU em matérias relacionadas com a promoção da educação em matéria de direitos humanos e a produção de material de ensino e formação em português.

As Conferências de Chefes de Estado e de Governo e os Conselhos de Ministros da CPLP têm dedicado uma atenção permanente, e crescente, aos direitos humanos e aprovado uma série de resoluções específicas neste domínio.

Destaca-se:

- A resolução da Cimeira de Maputo, de 2000, sobre políticas do género e a **promoção da mulher**. Nesta ocasião, a eleição da brasileira Dulce Pereira para o cargo de Secretária Executiva teve um significado altamente simbólico. Durante o seu mandato, Dulce Pereira organizou a primeira reunião das mulheres da CPLP e participou activamente nos vários fora internacionais sobre a defesa e promoção dos direitos das mulheres.
- A resolução do Conselho de Ministros da CPLP (Coimbra, 2003) sobre a abolição da pena de morte, que inclui uma referência ao combate contra às formas mais violentas de **exploração das crianças** (trabalho infantil, comércio sexual e crianças soldados).
- As questões relativas à consolidação e aperfeiçoamento da democracia, combate à exclusão sob todas as suas formas (política, económica e social), promoção da participação das mulheres e defesa dos direitos das crianças, têm merecido especial atenção por parte do **Fórum parlamentar da CPLP**. Na VI reunião do Fórum Parlamentar, que teve lugar em Lisboa, em Julho de 2006, foi aprovada a proposta avançada pelo presidente da Assembleia da República de Portugal, Jaime Gama, na edição anterior, que se realizou em Luanda, em 2005, no sentido de criar uma **Assembleia Parlamentar da CPLP**. Uma vez aprovada pelo Conselho de Ministros e feita uma alteração nos estatutos da Comunidade, a Assembleia funciona rá como mais um órgão da CPLP.

- Destaca-se, também, a cooperação entre instituições dos Estados que ocupam lugares cimeiros na promoção e defesa do Estado de Direito, Justiça, boa governação, transparência e combate à corrupção e abusos de poder tais como os **Supremos Tribunais de Justiça, os Tribunais de Contas** e os **Procuradores-Gerais**. Até 2006, realizaram-se seis encontros dos Presidentes de Supremos Tribunais de Justiça, oito Reuniões de Presidentes de Tribunais de Contas e oito reuniões dos Procuradores-Gerais, nas várias capitais dos Estados-membros da CPLP.

Cooperação para o Desenvolvimento e Solidariedade

A cooperação é parte indissociável da política externa das Nações modernas e um dos pilares da CPLP desde a sua fundação. A cooperação tem sido reforçada pela convergência entre os objectivos da CPLP em matéria de cooperação com os Objectivos do Milénio da ONU e o NEPAD (Nova Estratégia para o Desenvolvimento de África) e tem dado lugar a assinatura de convénios e acordos com Agencias da ONU (UNESCO, OIT; OIM), a OCDE e a União Europeia. As assimetrias entre os Estados-membros tanto pelas dimensões das suas economias como pelos níveis de desenvolvimento tem motivado uma forte procura de ajudas, sobretudo, por parte dos PALOP, aumentada depois do ingresso de Timor-leste na Comunidade.

Portugal e Brasil faziam figura de “doadores naturais” aos olhos dos restantes membros da Comunidade e canalizavam efectivamente uma parte substancial dos seus programas de cooperação para os restantes países da CPLP.

Contudo, o antigo ministro brasileiro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, argumentava que “o Brasil não está em condições de desenvolver um grande esforço de ajuda externa pela simples razão de que o Brasil tem uma população carente muito grande, um défice social, e não pode dar aos outros povos um apoio significativo antes de dar atenção prioritária ao seu próprio povo”. O Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmava pelo seu lado que “A CPLP será a primeira comunidade onde a cooperação cultural vai puxar todo o resto, isto é o desenvolvimento político e económico”.

Contudo, na Cimeira da Cidade da Praia, em 1998, foi aprovado o **Acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP**, que entrou em vigor no ano seguinte. O acordo estipulava que os Estados-membros participariam na medida das suas capacidades e que os novos instrumentos de cooperação não deveriam se sobrepor aos mecanismos bilaterais e multilaterais existentes.

Sem entrar em pormenores, compete aos Estados-membros definir as prioridades da cooperação e, em seguida, com o apoio do Secretário Executivo, identificar e captar os recursos indispensáveis a execução dos programas e projectos aprovados.

As áreas definidas como prioritárias são a Educação, Saúde, Cidadania e Formação.

As acções de cooperação da CPLP tem tido, regra geral, pouca visibilidade e os Estados-membros tem continuado a privilegiar as acções bilaterais. É o caso da **Agência Brasileira para a Cooperação (ABC)** criada em 1987, e do **Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento**, que coordena desde 2003 toda a política portuguesa de Cooperação e Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Dada a escassez de meios próprios – humanos, técnicos e materiais – o Secretariado Executivo da CPLP tem orientado as suas acções em duas direcções: contribuir para uma nova cultura da cooperação e estabelecer pontes com outras organizações congéneres e instituições internacionais e privadas de forma a facilitar o acesso dos Estados-membros aos múltiplos fundos e programas de apoio existentes.

O conceito de cooperação defendido pela CPLP combate toda a forma de paternalismo e as posições hegemónicas ou de isolamento. Privilegia o multilateralmente, as parcerias entre os Estados-membros (o Acordo geral prevê que toda acção de cooperação deve ter o apoio explícito de três membros) e as Parcerias Público-Privado (PPP); procura atingir as populações mais carenciadas e favorecer o diálogo entre as instituições governamentais e as Organizações não governamentais (nem sempre colaborantes); outorga a maior importância aos critérios de qualidade, durabilidade e sustentabilidade; pretende promover acções integradas e de longo prazo, sem virar as costas as intervenções de emergência quando necessárias (catástrofes, pandemias, conflitos armados) como compete a uma organização que colocou a solidariedade entre os seus princípios básicos.

Ao nível intracomunitário, tem sido um factor dinamizador da cooperação em todos os sectores onde a língua e a cultura desempenham um papel preponderante (administração pública, formação de quadros e formadores, cooperação técnica nas telecomunicações, meios de comunicação, etc.).

No sector da saúde, merecem menções especiais:

- O Acordo de Cooperação entre os Estados-membros da CPLP sobre o combate ao HIV/SIDA, proposto na cimeira de Maputo, o país-membro mais afectado pelo flagelo e ratificado na Cimeira de São Tomé (Durante a cimeira, os chefes de estado presentes gravaram mensagens para um programa televisivo de prevenção do HIV/SIDA, a ser divulgado pelas televisões públicas dos países membros da Comunidade).
- A Rede de combate contra a Malária, criada para promover o intercambio de informação e conhecimentos entre o Instituto Português de Higiene e Medicina Tropical e os centros de investigação dos Países da CPLP, visando a criação de uma “plataforma de partilha de informações” e a criação de sinergias de trabalho em relação aos projectos em curso ou a desenvolver no futuro.

Cooperação é essencial na actividade da CPLP

Jovelina Imperial

A Cooperação constitui um dos elementos essenciais das actividades da CPLP. Se a língua, os elementos históricos e culturais comuns e a convergência de interesses ditaram a criação da Comunidade, a cooperação é um dos seus mais fortes esteios, susceptível de reforçar e multiplicar os laços forjados ao longo de séculos de convivência e que hoje unem os nossos países. Ela contribui para generalizar experiências bem sucedidas e criar parâmetros de cooperação próprios do espaço de Língua Portuguesa, não só mais adaptados às realidades de cada país, como envolvidos por uma visão mais solidária e fraterna.

A Cooperação representa um importante elemento da política externa dos Estados, tanto dos doadores como dos beneficiários. Assim é que são países da CPLP os principais beneficiários da ajuda pública ao desenvolvimento de Portugal e do Brasil, ajuda essa que tem desempenhado um papel proeminente nos esforços dos PALOP e Timor-Leste de promover o progresso económico e social.

As acções de cooperação desenvolvidas no âmbito da Comunidade enquadram-se nos princípios orientadores da CPLP, estão em harmonia com as áreas prioritárias de actuação definidas pelos Estados-membros, respondem às necessidades específicas desses Estados, e são financiadas por contribuições voluntárias dos Estados-membros ou de terceiros, através do Fundo Especial.

Cooperação Intra - comunitária

Uma cooperação bem sucedida numa base de políticas concertadas é condição para que o enorme potencial humano e de recursos de que dispõem os países da Comunidade sejam valorizados e mobilizados através de programas e projectos com impacto real e durável na vida dos cidadãos.

Neste sentido e tendo em conta o quadro de complexidade crescente da cooperação internacional e o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) a VIª Conferencia de Chefes de Estado e de Governo da CPLP aprovou a Estratégia Geral de Cooperação.

Para a sua concretização, foi estabelecido um Programa Indicativo de Cooperação de carácter plurianual em que a concentração dos projectos procura responder às necessidades das populações e dos Estados beneficiários.

A CPLP tem desenvolvido acções de cooperação direccionadas para os países com menores recursos e que têm respondido a necessidades em áreas como a saúde, a capacitação de recursos humanos, a administração local, a educação, a administração pública, o desenvolvimento empresarial, as telecomunicações e o desenvolvimento social no âmbito das questões relacionadas com o género.

Atendendo às circunstâncias especiais da Guiné-Bissau, este país tem sido objecto de atenção particular por parte da Organização e dos seus Estados-membros. Por outro lado, vem-se intensificando o relacionamento com as organizações internacionais e, bem assim, com as da sociedade civil com vista à realização de parcerias.

Dois projectos de maior envergadura, os Centros de Excelência, de Luanda e de Maputo, estão em vias de implementação, esperando-se que venham a dar uma importante contribuição à formação de profissionais dos nossos países.

A criação do Fundo Especial da CPLP constituiu um importante instrumento dedicado exclusivamente ao financiamento de acções levadas a cabo no quadro da CPLP e alimentado por contribuições públicas ou privadas. O Fundo tem sido de importância fundamental, assegurando a continuidade das acções desenvolvidas pelo Secretariado.

A Reunião de Pontos Focais de Cooperação, que aprova os projectos e programas de cooperação, assume um papel cada vez mais relevante na identificação, no lançamento e no acompanhamento de projectos multilaterais, consolidando, desta forma, a cooperação como importante vertente da promoção do desenvolvimento e de aprofundamento dos laços de solidariedade entre os Estados membros.

Cooperação Económico-Empresarial

A CPLP procura incentivar a criação de condições para que tanto os Fóruns Empresariais como o Conselho Empresarial sejam instrumentos facilitadores das trocas comerciais e da cooperação económica, de forma a contribuírem para a promoção do desenvolvimento do sector privado, tornando-os espaços económicos mais atractivos.

Cooperação com a sociedade civil

A sociedade civil nos nossos países é uma aliada fundamental para a realização dos objectivos da CPLP, que só se concretizarão na sua plenitude se os cidadãos se reconhecerem nela e se sintam incentivados a concorrer para a sua afirmação e desenvolvimento. As múltiplas iniciativas de constituição de associações de interesse, profissionais e corporativos englobando os países da CPLP testemunham o carácter mobilizador do projecto da CPLP e a sua vitalidade, demonstrando que os cidadãos dos nossos países estão disponíveis para estreitar os laços e reforçar a cooperação ao nível da sociedade civil.

O alargamento da participação da sociedade civil no desenvolvimento da CPLP é nada menos do que vital para o sucesso dos seus objectivos. Somente essa participação está em condições de garantir o estreitamento e o reforço dos laços que unem os nossos povos e que devem ser os principais destinatários dos benefícios resultantes

da sua criação. Nesta perspectiva, foi aprovado na VIª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, o Estatuto de Observadores Consultivos, possibilitando às organizações da sociedade civil, uma participação mais activa na vida da organização.

Cooperação com as Organizações Internacionais

A CPLP tem procurado novas parcerias e aprofundar os laços de cooperação já existentes com diversas organizações internacionais, nomeadamente com as Nações Unidas e suas agências e organizações regionais em que os seus Estados membros geograficamente se inscrevem.

A Cooperação constitui um dos elementos essenciais das actividades da CPLP e é zelando pelo futuro das novas gerações que são forjados um dos seus mais fortes esteios que hoje unem os nossos países.



© Agência LUSA

© Nicole Guardiola

Promoção e Difusão da Língua Portuguesa

A língua portuguesa está de boa saúde e o número de lusófonos e de grafia portuguesa está a crescer rapidamente no espaço da CPLP e no mundo. Nos Estados-membros da Comunidade, os progressos da escolarização e do combate ao analfabetismo (escola para todos no Brasil) faz regredir a percentagem da população que não tem o português, pelo menos, como segunda língua. Paralelamente, dedica-se maior atenção ao ensino dos crioulos e línguas nacionais nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Timor-leste.

No mundo, o número de lusófonos aumenta pelo efeito conjugado do crescimento demográfico da maioria dos países membros da Comunidade e da difusão do ensino da língua portuguesa em países estrangeiros da América Latina, Europa, África e Ásia.

A vitalidade e o prestígio internacional da língua portuguesa são ilustrados por pléiades de escritores e artistas, populares e eruditos, cuja fama ultrapassa de longe o espaço da CPLP, ou mesmo o contexto regional.

Uma apropriação criativa e descomplexada da “língua do colonizador” por jovens novelistas, poetas e cantores africanos está a enriquecer o património cultural comum e a fazer aumentar a diversidade de falas, sotaques, modismos e gírias, o que é próprio a toda a língua viva.

Este saudável dinamismo é, no entanto, contrariado pela existência de duas normas ortográficas oficiais, uma no Brasil e outra nos restantes países de língua portuguesa.

A CPLP está desde a sua fundação empenhada na resolução desta situação, que acarreta problemas importantes tanto ao nível interno da própria comunidade como para o cabal desenvolvimento das suas acções em prol da divulgação e afirmação internacional da língua portuguesa e da indústria editorial e cultural dos países membros (edição de dicionários, manuais e livros didácticos, renovação de bibliotecas, cinema e audiovisual, Internet).

Mas os seus esforços têm esbarrado numa série de resistências ao nível das instituições e das opiniões públicas portuguesa e brasileira. A primeira ainda não abdicou de uma espécie de “direito histórico” enquanto a segunda funda os seus argumentos na evidente maior pujança do “mercado linguístico” brasileiro.

Os desencontros vêm de longe e tem protelado a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua portuguesa e o funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

O Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa

Mário Mendão

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, foi assinado em 1990, por todos os Estados actualmente membros da CPLP (à excepção de Timor-Leste). Portugal assumiu neste Acordo a condição de Depositário.

O Acordo original foi seguido por dois Protocolos Modificativos (1998 e 2004). Os signatários que ratificaram o Acordo Original foram Portugal (1991), Brasil (1996), Cabo Verde (Fev. 2006) e S. Tomé e Príncipe (Dezembro 2006).

A celebração do Segundo Protocolo Modificativo que procedeu à alteração do regime de entrada em vigor do Acordo, fez com que 1º Protocolo seja irrelevante quanto à presente questão. Ainda que assim não fosse, as disposições deste são, quanto à entrada em vigor, idênticas ao Acordo original.

Os protocolos modificativos, como resulta do texto dos mesmos, foram promovidos (em especial o segundo) no sentido de agilizar a entrada em vigor do Acordo, face à demora dos signatários em concluir os seus procedimentos internos de ratificação, e em depositar os documentos respectivos.

Com a celebração do 2º Protocolo Modificativo, em S. Tomé, a 25 de Julho de 2004, deu-se uma alteração substancial da modalidade de entrada em vigor. Desde esta data que se encontra estabelecido que o Acordo Ortográfico “entrará em vigor com o **terceiro depósito** de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa”. (conforme o Ponto 1 do 2º Protocolo).

Esta disposição não é, contudo, imediatamente aplicável, e só o será com a entrada em vigor do 2º Protocolo, isto é, “no 1º dia do mês seguinte à data em que **três Estados-membros tenham depositado** os seus instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao **protocolo**” (conforme o Ponto 3 do 2º Protocolo).

Resulta do acima exposto que, após a data de 25 de Julho de 2004 (2º Protocolo), o Acordo Ortográfico entraria em vigor, no data em que o terceiro do signatário proceda ao depósito de instrumentos de ratificação tanto do **Acordo Original** como do **2º Protocolo Modificativo**. Pois este último, ao entrar em vigor, altera a modalidade de entrada em vigor do Acordo Original e permite, acto contínuo, que o mesmo entre em vigor com o terceiro depósito.

Assim, e sendo que o Segundo Protocolo Modificativo foi ratificado, e os competentes documentos depositados por: Brasil (2004); Cabo Verde (Fev. 2006); e S. Tomé e Príncipe (Dezembro 2006), nada impede que o Acordo, por força da alteração pelo 2º Protocolo, entre em vigor para os três Estados (Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Prínci-

pe) que já procederam ao depósito dos instrumentos de ratificação dos dois textos indicados.

Do entendimento expresso nos parágrafos anteriores resulta que, em bom rigor, **o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa está em vigor, na ordem jurídica internacional e nos ordenamentos jurídicos dos três Estados acima indicados**, desde 1 de Janeiro de 2007, na sequência do depósito junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, das Cartas de Ratificação da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, promovida em Dezembro de 2006, via Secretariado Executivo da CPLP.

Com o depósito, em Dezembro 2006, das Cartas de Ratificação (Acordo e 2º Protocolo) de S. Tomé e Príncipe, este país tornou-se o terceiro signatário a ratificar o 2º Protocolo e, por este efeito, fez com que o mesmo (2º Protocolo) entrasse em vigor, como já se viu, no 1º dia do mês seguinte, ou seja, a 1 de Janeiro de 2007.

Entende-se assim que, caso os demais Estados signatários não concluíam o procedimento de ratificação do 2º Protocolo, o Acordo Ortográfico **só** entrará em vigor nos seus ordenamentos jurídicos internos (por força da redacção do Acordo original), com o depósito dos instrumentos de ratificação de **todos** os signatários.

Deve ser excluída a possibilidade de entrada em vigor (imediata) do Acordo Ortográfico, para qualquer signatário que não ratifique o 2º Protocolo. Como se explanou, só por via deste, beneficiam os Estados da nova modalidade de entrada em vigor.

O ponto de situação é assim, à luz dos textos, o seguinte:

- O Acordo Ortográfico encontra-se em vigor para Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe;
- Os restantes signatários só lograrão ver o Acordo como parte dos seus ordenamentos internos, por uma de duas formas:
 - a) Ratificação do Acordo e do 2º Protocolo Modificativo, e entrada em vigor com o depósito dos mesmos, ou;
 - b) Ratificação do Acordo na sua forma original, e entrada em vigor com o depósito do último dos signatários.



Stand da CPLP, na Expo Lingua.

© Secretariado Executivo CPLP

A Educação no espaço da CPLP

Tania Romualdo

As acções desenvolvidas pela CPLP têm objectivos precisos e traduzem-se em directivas concretas, voltadas para sectores prioritários, nomeadamente a Educação.

A Educação, enquanto direito fundamental de todos, contribui activamente para a transmissão e o aprofundamento de conhecimentos, de saberes e competências, para a compreensão da sociedade e do mundo e para o respeito mútuo entre pessoas.

A dimensão histórica, cultural e linguística dos países membros da CPLP, constitui um valiosíssimo património comum que urge difundir e democratizar no seio da própria Comunidade.

O papel da Educação é fundamental para o progresso dos nossos Povos, e para a consolidação da paz e da democracia. Simultaneamente, a educação e a cultura científica podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos da CPLP, designadamente no combate à pobreza e na construção de uma cidadania consciente e activa. Imbuídos desta importância estratégica do sector da Educação, os Estados membros da CPLP criaram, em 1997, a Conferência dos Ministros de Educação da CPLP. A referida Conferência debruça-se, desde a sua primeira reunião, sobre questões fundamentais relacionadas com os sistemas educativos e a política linguística de cada um dos países participantes visando, desta forma, contribuir para a consolidação de uma política de cooperação em novas modalidades.

Parece-nos evidente a necessidade de se conseguir, nos países da Comunidade, uma visão mais aberta dos sistemas de educação e ensino, nomeadamente no que toca ao espírito de uma educação inter cultural.

A realização de intercâmbios e uma maior mobilidade de investigadores, docentes e estudantes no espaço da Comunidade, visando diversificar e enriquecer o processo de formação dos estudantes, reveste-se de particular importância na promoção do próprio espírito que norteia a construção da CPLP.

A acção concertada e coordenada dos Estados-membros da CPLP, no entanto, não se deve limitar a uma maior aproximação intracomunitária mas, também, visar uma actuação consistente e sistemática, adequada aos desafios impostos pelas realidades decorrentes da globalização e da regionalização.

A Conferência dos Ministros de Educação da CPLP reúne-se com regularidade tendo já sido realizadas 6 reuniões. A próxima terá lugar, ainda este ano, na Guiné-Bissau, onde certamente continuarão a ser debatidas questões vitais para o sector da Educação, de entre as quais destacamos: a promoção do acesso generalizado à educação básica; a melhoria da qualidade da educação em geral, de

modo a contribuir para o desenvolvimento económico e social na perspectiva de fortalecer uma cidadania democrática e solidária e o respeito pelos direitos humanos; a formação de formadores até ao nível do ensino superior; o ensino a distância com recurso às novas tecnologias; o incremento (a nível do ensino secundário) das opções tecnológicas e profissionalizantes e a questão das equivalências e dos reconhecimentos, como domínios nos quais importa capitalizar experiências de interesse mútuo.

A introdução de novas tecnologias nas diferentes modalidades de ensino, sobretudo a utilização da educação a distância, constitui hoje um método complementar eficaz, que possibilita superar as deficiências das estruturas educacionais existentes e representa um factor multiplicador dos recursos humanos qualificados dentro do espaço da CPLP.

Ainda no âmbito da Educação, importa fazer uma referência à Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) que visa promover a cooperação entre as Universidades e Instituições de Ensino Superior e de Investigação que dela são membros. A AULP conta actualmente com 122 membros titulares (universidades e institutos superiores do espaço da CPLP) e 12 membros associados.

De entre outras acções realizadas pela AULP, somos a destacar:

- A promoção e o apoio a iniciativas que visem o desenvolvimento da Língua Portuguesa;
- A promoção de projectos de investigação científica e tecnológica que estimulem o conhecimento da realidade da cooperação entre os Povos e o desenvolvimento de cada um dos Países da Comunidade;
- O intercâmbio de docentes, investigadores, estudantes e pessoal administrativo das Universidades e a promoção da circulação de informação científica, técnica, pedagógica e cultural.

Urge consolidar do sentimento de pertença à Comunidade, devendo a Educação constituir um sector essencial nessa matéria. É, assim, essencial que os programas de ensino em cada um dos Estados-membros da CPLP dediquem um particular destaque ao conhecimento mútuo dos seus Povos. De mãos dadas com o sector da Educação, a comunicação social e o intercâmbio cultural devem representar instrumentos privilegiados na partilha das realidades de cada país entre os cidadãos dos restantes países de comunidade.

Merece fazer uma última referência particular a dois projectos do Secretariado Executivo da CPLP:

- O primeiro é o concurso “Terminemos este conto” lançado no passado dia 4 de Maio de 2007, na casa Cor-de-Rosa, sede do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, na cidade da Praia (Cabo Verde). O concurso consiste na con-

clusão de contos escritos por autores de renome em cada um dos Estados-membros da CPLP;

- O segundo é o Programa de Geminação das Escolas do Ensino Básico dos Estados-membros da CPLP. De forma resumida, trata-se de um programa geral de troca de cartas e e-mails entre escolas da rede pública e privada do ensino básico dos países da Comunidade. O principal objectivo do programa é criar uma rede de intercâmbio e vínculos entre crianças e jovens dos oito países da CPLP.

No fundo, o que se pretende é estimular o conhecimento mútuo entre os homens e as mulheres da nossa Comunidade do amanhã, afinal são eles a geração do futuro da CPLP.

O Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro e o Museu da Língua Portuguesa em São Paulo: dois importantes centros difusores do português dentro do espaço da CPLP.



O Instituto Internacional da Língua Portuguesa

Órgão da CPLP desde 2005, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) tem por objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais.

A sua história começa oficialmente em 1989 quando os sete países de expressão portuguesa se reuniram em São Luís do Maranhão e decidiram a sua criação. Para muitos, a iniciativa do então presidente José Sarney marcou o efectivo arranque da CPLP.

Contudo, o Instituto só se tornaria realidade mais de 10 anos depois, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (São Tomé, 1999), que levou à aprovação dos estatutos do IILP e à escolha de Cabo Verde para a instalação da sua sede, em 2002.

O início da vida do IILP foi atribulado, marcado pela alternância de fases de dinamismo e de quase paralisação devido a problemas crónicos de financiamento, apesar do interesse reiterado por todos os Estados-membros da CPLP.

A assinatura do Acordo Sede em 2004, a nomeação do Dr. Manuel Brito-Semedo (Cabo Verde) para primeiro Director Executivo do IILP e a inauguração da “Casa Cor-de-Rosa”, um edifício do Século XVIII, recuperado pelo Instituto Camões com fundos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) marcaram o arranque da instalação efectiva do IILP.

A sede foi inaugurada em Janeiro de 2005 e o Conselho de Ministros da CPLP (Luanda, 2005) deu um passo decisivo no sentido da superação dos problemas com a alteração dos Estatutos do IILP, a sua integração como um dos órgãos da CPLP e a revisão das quotas dos Estados membros.

Na VI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo (Bissau, 2006) a angolana Amélia Mingas foi nomeada para o cargo de Presidente do IILP.

Segundo os actuais Estatutos, o IILP goza de autonomia científica e administrativa mas deve tomar em consideração na prossecução dos seus objectivos – quer entre os Estados membros, quer no plano internacional –, as orientações dos órgãos deliberativos da CPLP bem como a diversidade cultural dos países que a constituem e as respectivas políticas linguísticas, educativas e culturais.

Os seus órgãos directivos são o Director Executivo e o Conselho Científico, constituído por representantes de todos os Estados-membros. É actualmente Presidente do Conselho Científico o brasileiro Godofredo de Oliveira Neto.

ILLP - Esse grande desconhecido

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa, abreviadamente, ILLP, criado a 01 de Novembro, de 1989, no Maranhão, República Federativa do Brasil, representa bem a importância que a comunidade brasileira atribuiu e continua a atribuir, aliás, à nossa língua comum. Aquando da criação da CPLP, decidiu-se a integração do ILLP na Comunidade ora instituída, como um dos seus organismos. Pese embora a sua formação se tenha verificado há cerca de 16 anos, o ILLP mantém-se envolto numa névoa que potencia a imagem que se criou, e se teima em manter, de uma instituição que “nada faz”.

Fundado para garantir o enriquecimento, a defesa, a promoção e a difusão da língua portuguesa, a sua acção não se tem vindo a sentir como seria de desejar, na medida em que, alguns dos principais pressupostos para o desenvolvimento das tarefas que lhe foram conferidas, não existem. Em consequência, não é possível, ao ILLP, levar a cabo, de modo pleno, as funções que lhe foram adjudicadas sem, estamos em crer, o apoio de um corpo pluridisciplinar de especialistas, capazes de assessorar a sua Direcção e, a complementar, a atribuição de um orçamento não somente para despesas de funcionamento mas, e principalmente, para criar condições financeiras necessárias ao custeio das despesas inerentes ao cumprimento eficaz das suas responsabilidades, ou seja, a realização de projectos.

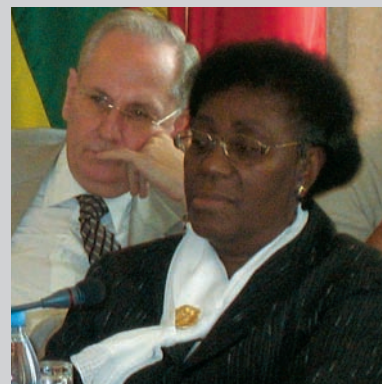
Mas, como “O sonho comanda a vida”, esforços têm vindo a ser feitos, pelos sucessivos responsáveis da instituição, para que se concretizem os objectivos traçados em São Luís do Maranhão, sem, contudo, verem esses mesmos esforços coroados de êxito.

O que foi feito e o que pensamos fazer

Para a realização do consignado em São Luís do Maranhão, o primeiro passo foi dado no sentido da criação de estruturas físicas capazes de abrigar, com dignidade, o ILLP. Como resultado, foi remodelado um belo exemplar da arquitectura portuguesa do séc. XVIII, para Sede da instituição. Seguidamente, impôs-se a definição de um orçamento para o seu funcionamento e apoio às actividades do mesmo. Mas, estranhamente, só garante o funcionamento da instituição.

Apesar destes contratempos, e porque teimamos em “sonhar”, o ILLP tem como objectivos para o biénio 2006/8, a realização de oito actividades, consubstanciando os projectos que seguem:

1. Formação de Formadores para:
 - i. “Dinamização da Língua e das Culturas de/em Língua Portuguesa da CPLP”;
 - ii. “Interpretação e Tradução”;



Dra. Amélia Mingas Directora Executiva do ILLP

Linguista de formação, Amélia Mingas, 60 anos, foi já directora do Instituto Nacional de Línguas do Ministério angolano da Cultura e leccionou a cadeira de linguística Bantu no Instituto Superior de Ciências de Educação e na Universidade Agostinho Neto, em Luanda, onde foi chefe de sector de língua portuguesa. Como investigadora e especialista em línguas africanas, tem participado em numerosos colóquios internacionais e produzido artigos e monografias publicados em Angola e no estrangeiro.

2. “A Hora do Conto”;
3. “A viagem das Plantas”;
4. “Feira do Livro em Timor-leste”;
5. “A Interpenetração da Língua e Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP”;
6. “As Línguas Vivas no Mundo da CPLP”;
7. “Revista Bianual do ILLP”.

Importa salientar que a realização dos dois primeiros projectos, será possível graças à cooperação de parceiros sobre os quais repousa a responsabilidade de formar, a saber, as Universidades e Centros de formação dos Estados membros. Ao ILLP convirá propor a formação dos quadros/especialistas que julgue necessários à prossecução das tarefas que lhe foram incumbidas. O primeiro projecto tem como público-alvo professores dos ensinos básico e médio; o segundo é proposto como uma pós graduação. Seria dirigido, essencialmente, a licenciados em Ensino das Línguas francesa, inglesa e/ou de português/francês, português/inglês.

“A Hora do Conto” tem como base a situação linguística de três dos Estados membros, nomeadamente – Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-leste – porquanto existem, nesses Países, línguas locais de expansão nacional pelo que, as interações entre os seus habitantes dispensam, obviamente, a utilização da língua portuguesa. O projecto tem como objectivo criar condições para que os meninos usem a língua portuguesa: ouvindo contos, recontando-os, fazendo a leitura de gravuras, ilustrando-os e brincando e comunicando sempre através da língua comum.

“A Interpenetração da Língua e Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP” permitir-nos-á saber em que medida as diversas e multifacetadas culturas locais se projectaram na língua portuguesa, criando nela marcas e matizes de tal modo notórios, que nos permitem, ao primeiro contacto, reconhecer a origem dos falantes. Será uma oportunidade de descobrirmos, em conjunto, como cada um dos Estados membros da CPLP contribuiu para o enriquecimento desta língua que a todos pertence e que queremos cada vez mais rica, cada vez mais abrangente.

O projecto “As Línguas Vivas no Mundo da CPLP” quer trazer à luz todas as línguas que conviveram e/ou convivem com a portuguesa, contribuindo, por esse facto, para o seu enriquecimento e consequente adaptação às diferentes situações sócio culturais que caracterizam a nossa Comunidade. Ele constituirá, por outro lado, uma via para a tomada de consciência para a necessidade de recuperar as línguas em vias de extinção, existentes nos Estados Membros, indo de encontro ao preconizado pela UNESCO, relativamente a esse grupo de línguas. A sua recuperação tornará a nossa Comunidade mais rica, mais autêntica e permitirá uma melhor compreensão da contribuição das mesmas para o enriquecimento do acervo lexical que caracteriza a língua que a todas é comum.

Uma análise, mesmo não aprofundada, de obras oriundas dos diferentes Estados membros, permite-nos constatar que, elementos

ligados à vida quotidiana dos diferentes grupos sociais têm contribuído lenta e progressivamente, para tornar a nossa língua comum mais plural, abrangente e pluralizante, na medida em que esses dados foram sendo paulatina e diversificadamente integrados. Este fenómeno tem permitido que os supra citados grupos expandam as suas capacidades e possibilidades comunicacionais e tornem o português uma língua mais rica, mais poderosa pois, novas formas de interacção se vão também criando, recriando, nascendo. É assim que o português é, hoje, uma língua cada vez mais capaz de transmitir sentires, saberes e sabores diversos, que consubstanciam os sonhos de todos nós.

A missão de proteger, promover, enriquecer, difundir, enfim, esta bela e poderosa língua não pode, no entanto, ser deixada exclusivamente ao Instituto. Ela não terá sucesso se os Estados descansarem a sua responsabilidade na simples decisão de o criarem.

Caso possa o IILP realizar estes projectos, passos significativos terão sido dados para que o Instituto Internacional da Língua Portuguesa seja, de modo inequívoco, sentido como o resultado da vontade livre dos Estados da Comunidade de promover, divulgar e enriquecer, efectivamente, a língua portuguesa nos seus variados matizes e expressões.

Conclusão

Como conclusão, torna-se evidente admitir que o IILP precisa do empenho de todos nós, pelo que não podemos deixar reafirmar que, para que o Instituto Internacional da Língua Portuguesa possa levar a bom termo as actividades previstas e constantes do seu plano de acções ele não pode, nem deve, isolar-se ou sentir-se isolado. É que estamos cientes que ele nada conseguirá alcançar se não for sustentado por uma vontade política de sucesso na execução das suas atribuições e competências, e se, não basear a sua estratégia de acção na mobilização de parceiros – universidades, fundações, estruturas nacionais dedicadas à língua – enfim, todos aqueles que, uma vez compreendendo os seus objectivos, se disponham a juntar sinergias para que a língua portuguesa se desenvolva em harmonia e de modo eficaz e coerente.

Para a prossecução do seu plano de actividades, o IILP tem vindo, desde há já alguns anos, a criar mecanismos e uma cultura de relação com todos os principais agentes da língua nos vários Estados Membros da CPLP, procurando articular estratégias, acompanhando iniciativas e integrando disponibilidades. É assim que, numa viagem recente, da Directora Executiva, ao Brasil, condições foram criadas para encontros de trabalho com responsáveis das Universidades dos Estados de São Paulo, Rio, Brasília e Ceará, das Academias Brasileira de Letras e do Ceará, Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial, do Museu da Língua Portuguesa e das Fundações Roberto Marinho e dos Rotarianos de São Paulo.

Dra. Amélia Mingas

A CPLP está convicta em preservar as identidades culturais e linguísticas regionais e nacionais, enquanto contributo para a conservação do património universal. (Guiné-Bissau.)



Cultura, Informação e Comunicação na CPLP

A Cultura e os ideais da CPLP

Márcio Gomes

Tendo em conta ser a difusão da língua portuguesa um dos três pilares constitutivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a cooperação no domínio cultural é objetivo primordial desta instituição. De acordo com a Declaração Constitutiva da CPLP, datada de 1996, a língua portuguesa é considerada «um vínculo histórico e um património comum, resultantes de uma convivência multiseccular». É, também, «fundamento de uma atuação conjunta no plano mundial».

A vontade política dos Estados-membros, que mantém coesos e recíprocos os laços de aproximação, determina que se compartilhem valores como a diversidade cultural e a democracia. Assim, a CPLP é uma instituição que tem convicção na importância da preservação das identidades culturais e linguísticas regionais e nacionais como contributo para a conservação do património humano universal.

Nesse espaço de cooperação que congrega oito Estados nacionais, que totalizam mais de 220 milhões de pessoas, os cidadãos da comunidade se identificam através dos valores compartilhados, com o interesse em preservar o respeito pela dignidade humana e o diálogo entre civilizações, com vista à construção de um ambiente internacional de maior entendimento.

No sentido de ampliar a cooperação no domínio cultural, a CPLP tem desenvolvido projectos culturais em parceria com instituições governamentais e a sociedade civil dos Estados-membros, bem como com organizações internacionais. O Secretariado Executivo da CPLP celebrou acordos com diversas instituições e organizações, tais como a Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a UNESCO. No nível da cooperação entre os Estados-membros, a V Reunião dos Ministros da Cultura, realizada em 28 e 29 de outubro de 2006, em Guiné Bissau, deu ensejo à apresentação de projectos de relevo que privilegiam a cooperação nos domínios cinematográfico, audiovisual e museológico. Também foi reiterado todo o apoio dos Estados-membros ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado em Cabo Verde.

A próxima reunião ministerial na área da cultura está programada para o próximo mês de Outubro, em Cabo Verde.

O Secretariado Executivo da CPLP tem apoiado institucionalmente eventos musicais, cinematográficos, literários e educacionais, entre

outros, e tem incentivado a cooperação cultural nos domínios universitário e de formação profissional e em sectores da investigação científica e tecnológica.

Nesse sentido, merecem destaque as seguintes iniciativas:

- a) Apoio à ratificação da Convenção da UNESCO sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais;
- b) Celebração do Dia da Língua Portuguesa na UNESCO;
- c) Salvaguarda do património histórico audiovisual e do acervo do Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal (IICT);
- d) Reestruturação e dinamização do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP);
- e) Cooperação com a OMPI em gestão colectiva de direitos de autor;
- f) Participação e acompanhamento dos temas relativos à Sociedade de Informação;
- g) Cooperação com a Associação de Universidades de Língua Portuguesa AULP;
- h) Consolidação do português como língua oficial de Timor Leste;
- i) Ratificação e vigência do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa;
- j) Cooperação no âmbito do CINEPORT (Festival de Cinema da CPLP);
- k) Intercâmbio no contexto das Casas da Lusofonia, como pontos de cultura em diferentes países da Comunidade;
- l) Cooperação a partir da lista de projectos do Portfólio elaborado pelo Ministério da Cultura do Brasil;
- m) Intercâmbio no âmbito dos Três Espaços Linguísticos (com a Organização Internacional da Francofonia e a Organização dos Estados Ibero-Americanos);
- n) Intercâmbio com as seguintes instituições que foram admitidas na qualidade de observadores consultivos da CPLP, durante a VI Cimeira de Chefes de Estado de Governo, de Julho de 2006, em Bissau:
 Fórum da Juventude da CPLP, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Associação dos Comités Olímpicos de Língua Portuguesa, Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação, Fundação Bial, AMI – Assistência Médica Internacional, Saúde em Português, Círculo de Reflexão Lusófona, Fundação Luso-Brasileira, Médicos do Mundo, Academia Brasileira de Letras, Associação das Misericórdias de Portugal, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, Associação das Universidades de Língua Portuguesa e a Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa.

Com o propósito de contribuir para a promoção da cultura lusófona e a consolidação da língua portuguesa nos países da CPLP, a Assessoria Cultural do Secretariado Executivo tem-se empenhado em favorecer os contactos entre instituições que actuam na área da cultura, a fim de dinamizar o processo intercultural institucional e ser um elemento aglutinador para o incremento do diálogo democrático e universalista almejado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Tecnologia, Informação e Comunicação para o Desenvolvimento

António Ilharco

Decorrida pouco mais de uma década desde a constituição da CPLP, diversos desenvolvimentos culturais, sociais, políticos e económicos são acompanhados à escala global através da penetração maciça das tecnologias de informação e comunicação.

O desejo da Organização de aumentar o fluxo de informação dentro das sociedades contemporâneas da CPLP e para fora delas é um facto. A crescente divulgação da diversidade das expressões culturais dos povos da Comunidade, identificadora para uns e, muitas vezes, partilhada entre muitos, dá força ao fenómeno das TIC, transformando não apenas o que se fazia e faz no dia-a-dia, mas também dotando o indivíduo-cidadão-da-CPLP de mais alternativas decisivas para saber o que quer fazer no ambiente global competitivo.

Trazer as novas tecnologias para os Estados-membros da CPLP assumiu-se como um objectivo primordial da Comunidade mais acentuadamente desde o ano 2000. Foi no início do Terceiro Milénio que a CPLP e a UNESCO assinaram um acordo de cooperação nos domínios da Educação, Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia, sendo também parceiros na promoção da diversidade cultural, da tolerância, do diálogo e na cooperação.

O VII Conselho de Ministros da CPLP, reunido em 2003, em Coimbra, Portugal, decidiu abraçar os trabalhos preparatórios da Cimeira Mundial da Informação – em Genebra, em 2003 e Tunes, em 2005 – convocada pelas Nações Unidas para abordar as potencialidades e os desafios emergentes neste domínio e minorar o fosso digital entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O impacto das TIC no desenvolvimento económico e social no século XXI ficou, nesta reunião, formalmente reconhecido, assim como a contribuição que as tecnologias de informação e das comunicações podem dar para o cumprimento dos objectivos da Declaração do Milénio.

Sem inclusão digital não há inclusão social

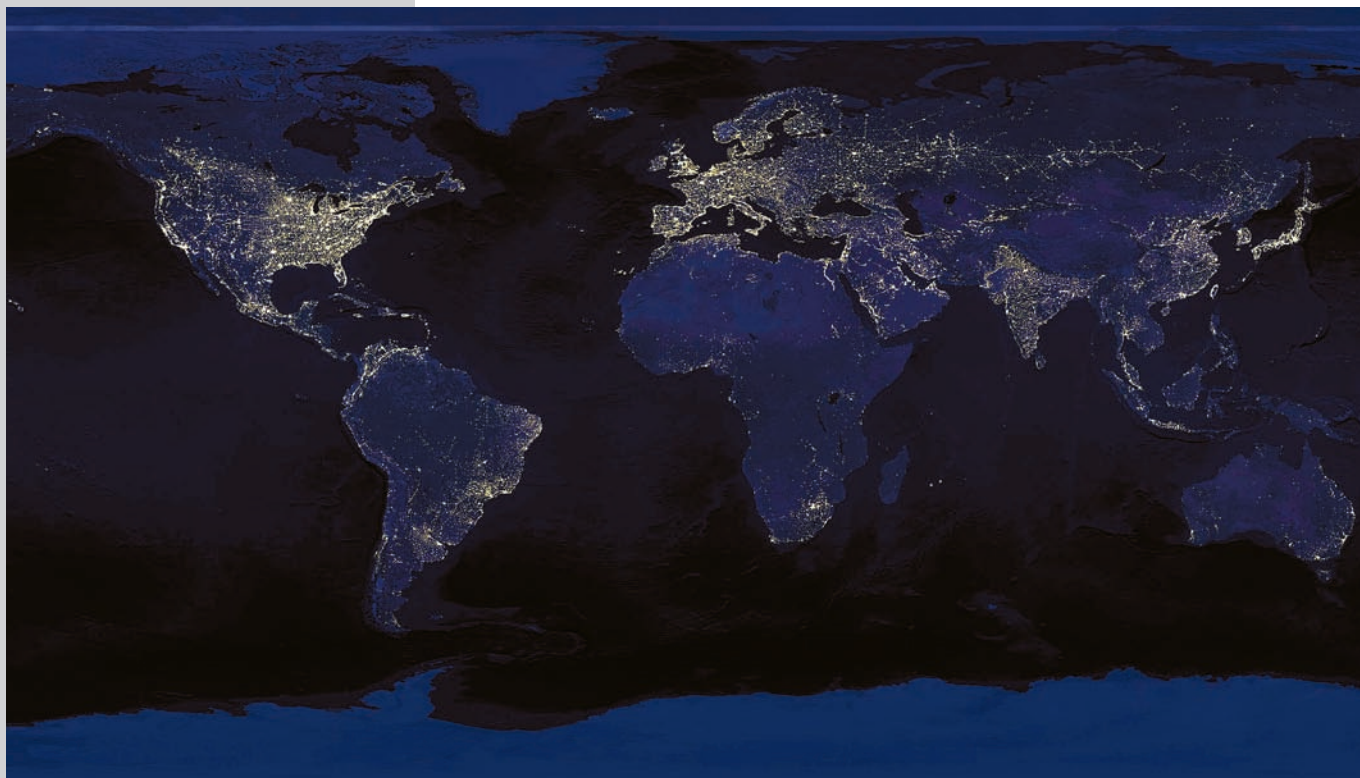
A partilha de informação e de conhecimentos que advém das TIC, oferece uma oportunidade para o desenvolvimento da democracia, do crescimento económico sustentável, da coesão social e do desenvolvimento político e cultural numa sociedade de informação para todos. Durante a V Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em 2004, em São Tomé e Príncipe, sob o lema “A sociedade de informação como contribuição para a boa governação e transparência nos países da CPLP”, o Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, realçou a necessidade de uma maior participação dos países em desenvolvimento no mundo digital e lançou um desafio: “Vamos fazer da inclusão digital uma poderosa arma de inclusão social”.

Com estes objectivos, a CPLP tem vindo a reforçar a cooperação e a construir uma cultura, no âmbito da CPLP, na área das tecnologias de informação e comunicação por meio de iniciativas e de inúmeras reuniões sectoriais para a partilha de Conhecimento.

Exemplos disso são as iniciativas de partilha de conhecimentos ao nível do governo electrónico, aprendizagem electrónica, saúde electrónica e negócios electrónicos. E ainda a outros níveis, como a troca de informações económicas, científicas e culturais, de fórmulas de desenvolvimento económico e social e dos conteúdos locais, tão necessários para garantir a liberdade de expressão, a presença de todos os povos na Sociedade da Informação e para promover exponencialmente a Língua Portuguesa.

A Internet « não deve ser olhada como uma simples plataforma do comércio, mas como espaço para o desenvolvimento. Tal desenvolvimento deverá ser feito, contudo, com o necessário respeito da diversidade cultural dos povos e, muito particularmente, da diversidade linguística. Se os idiomas são a base da identidade cultural, só através do seu respeito e da sua utilização será possível assegurar um desenvolvimento equilibrado », referiu o Secretário Executivo Adjunto da CPLP, embaixador Tadeu Soares, na 2ª Reunião do Comité Preparatório da Fase de Tunes da Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação, em 2005.

Exclusão Digital: o Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, realçou a necessidade de uma maior participação dos países em desenvolvimento no mundo digital e lançou um desafio: “Vamos fazer da inclusão digital uma poderosa arma de inclusão social”.



Ninguém dúvida « das potencialidades para melhoria das condições de vida e exercício dos mais básicos direitos por milhões de seres humanos, que nos são oferecidos pelas novas tecnologias. Temos, contudo, plena consciência das dificuldades e perigos que podem surgir nesse processo. Enumeraria, entre outros, a dificuldade de acesso às novas tecnologias, a sua regulamentação e o perigo de abuso das mesmas », colmata o embaixador Tadeu Soares.

As políticas de desenvolvimento e cooperação da CPLP são traçadas para retirar o máximo partido da utilização das tecnologias de informação e de comunicação para desenvolver o capital social, fortalecendo a sociedade civil por meio de medidas que promovam mudanças reais na qualidade de vida das populações. Sobre esta matéria, referimos apenas alguns dos muitos exemplos recentes:

- Correios e telecomunicações nos países da CPLP. Durante a 15ª edição do fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países e Territórios de Língua Oficial Portuguesa (AICEP), realizada em 2007, em Maputo, apelou-se ao incremento da troca de experiências entre os operadores dos correios e telecomunicações, para através da colocação de produtos proporcionados por estes sectores à saúde e educação.
- No IX Fórum de Sistemas e Tecnologias de Informação, os Governadores e altos quadros dos Bancos Centrais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reuniram-se no Mindelo para melhorar a sua concertação sobre as novas tecnologias aplicáveis ao sector financeiro;
- Foi constituída a rede CPLP Malária, um projecto que almeja a criação de uma plataforma informática que permita transpor os arquivos do Centro de Malária e outras Doenças Tropicais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical para um arquivo informático de fácil acesso pela comunidade científica da CPLP. Serão transpostos os arquivos referentes à Malária, conseguindo assim uma importante ferramenta de permuta de informação científica e de dinamização dos projectos científicos relacionados com a matéria em arquivo no Instituto;
- Foi constituída a rede das Alfandegas da CPLP, com o objectivo de colmatar “as novas exigências da globalização e a consequente necessidade quer de reorganizar as Instituições Aduaneiras e prepará-las para os novos desafios, quer fortalecer os conhecimentos comuns, as diversas Administrações Aduaneiras da CPLP consideraram importante dispor de uma ferramenta que permita o rápido acesso à informação e a interacção entre elas”, referiram Francisco Curinha e Paula Angleu na “Revista Alfândega” nº 61;

Inúmeras reuniões de partilha de conhecimentos e de tecnologias foram efectuadas no primeiro decénio de vida da CPLP, podendo verificar as mais recentes no **Capítulo IX**.

Língua Portuguesa como suporte económico, científico e tecnológico

Uma das medidas mais recentes que toma especial relevância, enquanto fundadora, foi a adoptada pelos governos de Angola e do Brasil de imporem rótulos em português nos produtos comercializados nos seus países.

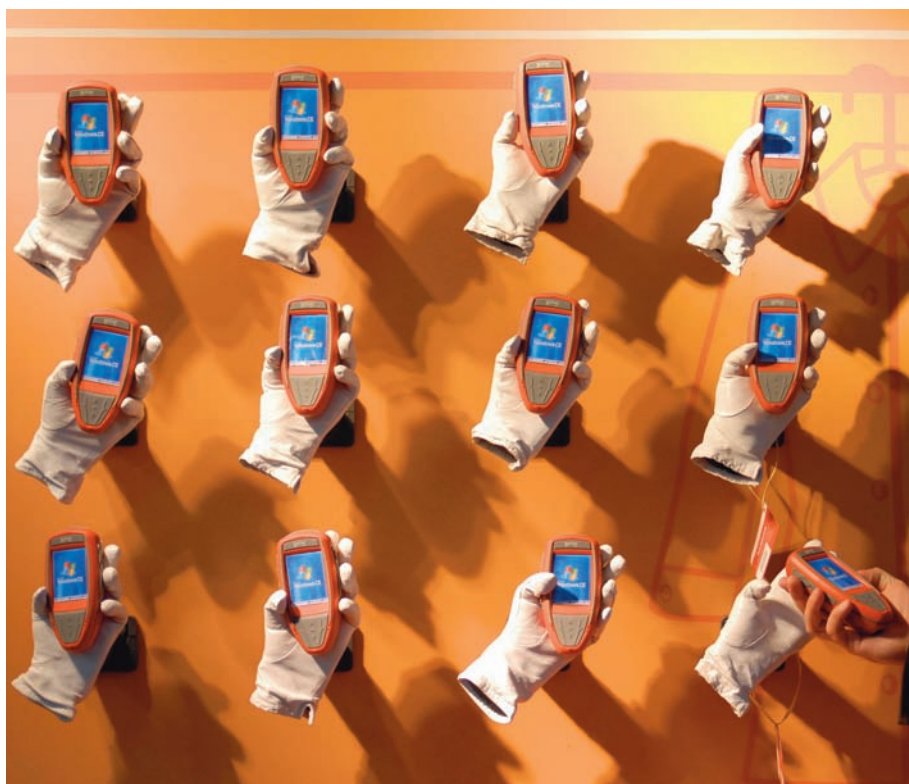
Em 2006, Os Ministros e Altos Funcionários responsáveis pela tutela da Propriedade Industrial de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, com o apoio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), alinharam-se para desenvolver e articular estratégias para optimização da Propriedade industrial dando prioridade ao uso da língua portuguesa como veículo para promover a cooperação no âmbito da sociedade do conhecimento e da informação. Nesta reunião, iniciou-se o processo de promover repositórios de documentação e de informação tecnológica em língua portuguesa, de livre acesso, para apoiar todas as entidades, nacionais e internacionais, no domínio da propriedade industrial; Promover a realização de estudos de avaliação da situação actual e do impacto do sistema de propriedade industrial nas economias nacionais com base em dados empíricos, que permitam a elaboração, em harmonia com os objectivos estratégicos nacionais, de planos estratégicos de propriedade industrial conducentes ao desenvolvimento económico e social; Reforçar as acções comuns para atender a demandas de assistência legislativa a todos os países Lusófonos de forma a que possam avaliar adequadamente as suas necessidades e implementar a correspondente legislação de propriedade industrial tendo em conta tratados internacionais; Cooperar para o estabelecimento de um núcleo de formação de profissionais de propriedade industrial em diferentes sectores da economia nos países Lusófonos, que contribuirá efectivamente para o esforço nacional em administrar, gerir e usar o sistema nacional de propriedade industrial para promover o desenvolvimento económico e social.

Comunicar, partilhar, co-produzir

A promoção do diálogo e da diversidade cultural nos países da CPLP, foram os objectivos do projecto de criação de uma plataforma de partilha entre televisões públicas dos países de língua oficial portuguesa. A mesa-redonda decorreu de 5 a 7 de Março de 2007, em Lisboa. Organizada pela CPLP, pela UNESCO, pela Comissão Nacional de Portugal da UNESCO e com o apoio do Instituto da Comunicação Social, reuniu responsáveis das televisões de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A sessão de abertura contou com a presença do Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, de Mogens Schmidt, Subdirector-Geral Adjunto para a Comunicação e Informação da UNESCO e do embaixador Andresen Guimarães, presidente da Comissão Nacional Portuguesa da UNESCO. Na sessão de abertura, o Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca, referiu que a “importância da Comunicação Social é cada vez mais

evidente, neste mundo em que as forças centrífugas da globalização colocam sérios desafios à defesa das identidades nacionais e à conservação da diversidade cultural. Os povos dos Países de Língua Portuguesa dispõem de um rico e diverso acervo cultural que contribui para o enriquecimento do património universal. A sua preservação e valorização é dever não só dos respectivos Estados, mas também da nossa Comunidade. “Luís Fonseca alerta ainda para que, de facto, “cada dia que passa precisamos conhecermos-nos melhor para que se desenvolva o interesse recíproco, a solidariedade e o aprofundamento de laços de amizade entre povos que se encontram separados por grandes distâncias geográficas. Graças à dedicação de muitos profissionais de imprensa e da generalização dos meios modernos de comunicação, uma franja crescente dos cidadãos dos nossos países tem hoje acesso às realidades da vida de cada Estado membro da Comunidade. Porém, para a esmagadora maioria desses cidadãos é ainda escasso o conhecimento que têm dessas realidades.” O SE CPLP lançou ainda um desafio para o futuro: “a criação de um serviço televisivo comum que abranja toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e possa, ainda, ser veículo da imagem dos nossos países e voz dos nossos cidadãos nas diásporas e no Mundo.”

Nesta mesa-redonda, os OPTV reafirmaram e reforçaram o compromisso para uma colaboração multilateral. Não descurando o que já foi realizado desde 1996, os OPTV decidiram utilizar com maior frequência a estrutura da Net RTP (serviço Up-link) para partilharem conteúdos, tendo-se identificado a necessidade de criação de um ponto focal de contacto para otimizar a capacidade tecnológica



deste canal por satélite. Igualmente, foi evidenciada a necessidade do reforço da capacidade Técnica e Editorial, da existência de um aumento da partilha de conteúdos entre os OPTV dos países da CPLP, e directamente entre cada um dos diferentes Operadores Públicos de Televisão, com base na experiência e infra-estrutura disponibilizada pela RTP.

Por último, e não de somenos importância, foi criado um grupo de trabalho em gestão e conservação de arquivos responsável por identificar o estado actual dos arquivos e desenvolver uma estratégia de conservação e de gestão a ser posta em prática entre 2007 e 2010. Este Grupo é constituído pelos OPTV dos Estados-membros da CPLP, pela UNESCO, Universidade de Coimbra e Secretariado Executivo da CPLP.

De acordo com a Declaração Final do Fórum da Comunicação, realizado à margem da Cimeira Constitutiva da CPLP, em 1996, considerou-se pertinente realçar «o papel insubstituível que os meios de comunicação, e em particular os nacionais, têm a responsabilidade de assumir na consagração da nova Comunidade em cada país e nas respectivas diásporas e na sua afirmação no contexto da aldeia global». Nesta data, ao nível das agências noticiosas, foi criada um procedimento de partilha de conteúdos entre as agências dos Sete na altura (ANGOP, RAIOBRAS, CABOPRESS (agora denominada Interpress), ANG, AIM, LUSA e STPPRESS) para fazer circular livremente a informação entre as agências, cooperar no plano técnico, na formação profissional e nas redes de telecomunicações.

No âmbito das iniciativas na área da comunicação social realizadas pelos Estados-membros, uma merece especial destaque: o lançamento do projecto RTP África. Na sessão de abertura do Fórum da Comunicação (10 de Julho de 1996), o ministro-adjunto, Jorge Coelho, anunciou a criação da RTP África, um afirmando que a cooperação entre os países lusófonos só se pode tornar efectiva e eficaz, se as empresas de comunicação social de língua portuguesa estreitarem as relações entre si, o que tem vindo a acontecer desde então. A RTP África acompanha a importância do canal de televisão do mesmo grupo, sendo actualmente um dos postos de rádio com maior audiência entre os cidadãos da CPLP que querem ser informados sobre a Comunidade na sua diversidade. As colaborações efectivas entre o operador público português de rádio e televisão (RTP) e a Televisão Pública de Angola (TPA), a Rádio Televisão Caboverdeana (RTC), a Rádio Televisão da Guiné-Bissau (RTGB), a Televisão de Moçambique (TVM), a Televisão Santomense (TVS) e a Rádio Televisão de Timor-Leste têm vindo a intensificar-se desde 1996.

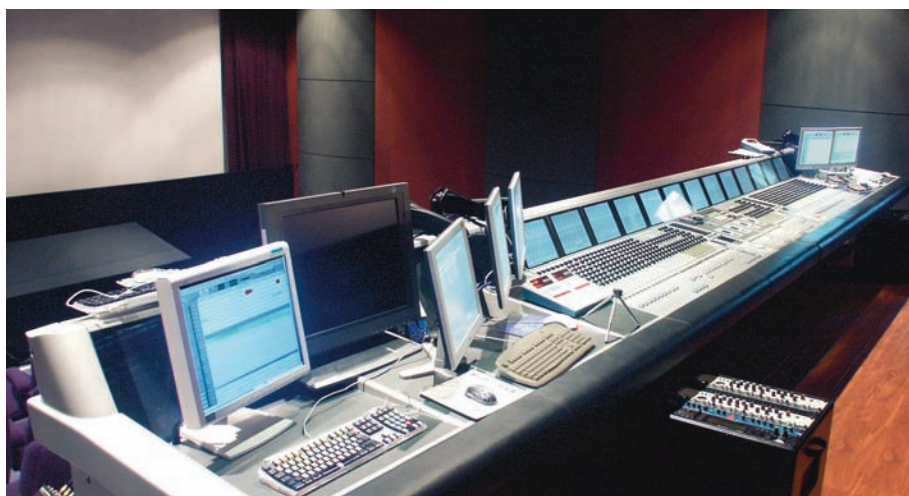
A RTP anunciou, a meados de Junho de 2007, que vai reformular os seus canais internacionais e vai apostar em co-produções com os países para onde é transmitida a RTP Internacional e a RTP África. Na conferência internacional que foi subordinada ao tema “O Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional”, o ministro português dos Assuntos Parlamentares e da Comunicação Social, Augusto Santos Silva, afirmou que “os canais internacionais tanto de rádio como de televisão são um formidável recurso dos serviços públicos”, ajudam a promover a imagem da língua portuguesa no

mundo: os canais internacionais da televisão pública portuguesa visam estabelecer a cooperação com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, bem como com os países com comunidades emigrantes portuguesas.

Assegurar a presença da Língua

Para além dos projectos desenvolvidos, em desenvolvimento e em estudo em torno da Comunicação Social nos seus diversos meios, dos projectos no ciberespaço e da cooperação existente em diversos sectores de actividade entre Estados-membros da CPLP, um dos objectivos da Organização é colocar a Língua portuguesa como língua oficial e de trabalho no maior número de organizações internacionais. Actualmente, o português já é utilizado como língua de trabalho e oficial em várias organizações regionais: “Além da União Europeia (UE) e da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEIA), o português já é utilizado na UA (União Africana), CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), na UNESCO, entre outros exemplos”, observa o Secretário Executivo da CPLP.

A entrada em vigor do Acordo Ortográfico em todos os Estados-membros da CPLP, unificando a Língua escrita, vai facilitar o processo de circulação de informação. A harmonização das grafias terá, então, uma característica catalisadora de troca de conteúdos culturais, de conhecimentos científicos, económicos, de integração de software, etc. Para terminar, exemplificamos com um exemplo ao nível das Imprensas Oficiais dos países da CPLP: o Fórum das Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa partilha entre os seus membros as soluções tecnológicas e organizativas adoptadas, com a ambição de que as leis sejam um espaço útil a todos os cidadãos, que o quadro normativo seja de fácil acesso aos cidadãos, realçando a importância da valorização da Língua nos Jornais Oficiais. Nesta matéria, as dificuldades que a Imprensa Oficial tem tido em termos da grafia, no âmbito da literatura e das normas legais, é um constrangimento grande que acaba por ter como consequência não se aproveitar todas as tecnologias existentes por causas ortográficas.



Barragem de Cahora Bassa, no Rio Zambeze, é detida em 85% pelo Estado de Moçambique desde 2006. Portugal detém 15%.



Ambiente de Negócios na CPLP

Conselho Empresarial

A noção de que o desenvolvimento das relações comerciais e económicas entre os países membros da CPLP era um factor essencial para o fortalecimento dos laços entre povos e sociedades civis esteve presente desde a fundação da Comunidade. Contudo, ficou também assente que a criação do chamado “terceiro pilar” da Comunidade não poderia se sobrepor aos condicionalismos criados pelas políticas económicas dos Estados-membros e pela sua integração em organizações regionais, e que a iniciativa de procurar sinergias e circuitos de cooperação deveria pertencer aos agentes económicos e às suas associações.

A iniciativa tardou a ser concretizada, mas na sequência de uma série de encontros, dinamizados pela Organização Não Governamental ELO (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (Portugal), e da realização de vários fora de empresários, ficou decidida a criação do Conselho Empresarial da CPLP, aprovada mas não tutelada pelos órgãos deliberativos da Comunidade.

Na sequência da decisão do VII Conselho de Ministros da CPLP (Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros), reunido em Brasília em Julho de 2002, foi constituído o Conselho Empresarial da CPLP, com sede em Lisboa, tendo a respectiva escritura sido outorgada na sede da CPLP em 4 de Junho de 2004 pelas seguintes Associações: Associação Industrial de Angola (Angola), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Brasil), Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (Cabo Verde), Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura da Guiné-Bissau (Guiné-Bissau), Associação Industrial de Moçambique (Moçambique), ELO-Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (Portugal), Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de São Tomé e Príncipe (São Tomé e Príncipe) e Associação Nacional dos Empresários de Timor-Leste (Timor-Leste).

O Conselho Empresarial é uma associação sem fins lucrativos que pretende promover a dinamização das relações entre empresas e entidades suas representantes no âmbito espacial da Lusofonia, com o fim de constituir-se como um instrumento privilegiado da contribuição dos seus associados para o desenvolvimento, o crescimento e o bom funcionamento das economias no sistema económico mundial, a promoção das actividades privadas e o reforço da confiança entre todos os parceiros económicos e instituições de financiamento daqueles Estados e, ainda, a erradicação da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e a diminuição das assimetrias entre aqueles Estados.





O Conselho tem o estatuto de Observador Consultivo da CPLP, atribuído pelo XI Conselho de Ministros da CPLP, em Julho de 2006, e até à data assinou Acordos e Protocolos com as seguintes instituições:

- Instituto de Investigação Científica Tropical;
- Banco Comercial do Atlântico e a Sociedade de Capital de Risco “A Promotora” / Cabo Verde;
- Centro para o Desenvolvimento da Empresa (CDE) / Convenção de Cotonou / União Europeia / Estados de África, Caraíbas e Pacífico / Bruxelas;
- Banco Internacional de Moçambique;
- Fórum Francophone des Affaires (FFA);
- Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) / Brasil
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Cronologia de realizações

2004



A escritura de constituição do CE-CPLP teve lugar na sede da CPLP a **4 de Junho de 2004**. Nesse mesmo dia teve lugar a primeira Assembleia-geral e a primeira reunião da Direcção do CE-CPLP, presidida pela Eng.^a Albina Assis Africano (Angola). Nesta reunião, por unanimidade dos presentes, foi nomeado Secretário-geral do CE-CPLP, o Presidente Executivo da ELO, Dr. Francisco Mantero. A **5 de Julho de 2004** foi assinado um Acordo de Cooperação entre o CE-CPLP e o IICT-Instituto de Investigação Científica Tropical e a 22 de Outubro do mesmo ano foi assinado um Acordo de Cooperação com o CDE-Centro de Desenvolvimento da Empresa (Convenção de Cotonou: União Europeia/Estados de África, Caraíbas e Pacífico) à semelhança dos assinados por aquela instituição paritária com o Commonwealth Business Council e o Forum Francophone des Affaires. Em **5 e 6 de Outubro** a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento organizou o III Fórum Empresarial da CPLP que se realizou na cidade da Praia, Cabo Verde. Por ocasião deste evento, realizou-se no dia 5 de Outubro a segunda reunião da Direcção do CE-CPLP.

2005



A **14 de Março** foi assinado em Maputo, pelos respectivos Presidentes, um Protocolo entre o CE-CPLP e o Banco Internacional de Moçambique. Com o objectivo de preparar a presidência brasileira, o Secretário-geral reuniu-se a **2 de Maio** em São Paulo com o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e futuro Presidente brasileiro do CE-CPLP, Embaixador Rubens Barbosa, que desempenha na FIESP a função de Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior. Na sua reunião de **13 de Julho** em São Paulo, Brasil, a Direcção do CE-CPLP, aprovou a decisão de desencadear as acções preliminares tendentes à constituição de um Fundo de Investimento para a CPLP, tendo o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação dos países de língua

portuguesa, reunido em Luanda em **19 e 20 de Julho de 2005**, tomado “nota da proposta em debate no Conselho Empresarial da CPLP”. Nos dias **14 e 15 de Outubro** decorreu no Funchal, Madeira, mais um Fórum Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, organizado pela Associação Comercial e Industrial do Funchal – Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF-CCIM), tendo contado com o apoio da CPLP e do CE-CPLP. Foi assinado no dia **12 de Dezembro de 2005**, em Paris, um Acordo de Colaboração entre o CE-CPLP e o Forum Francophone des Affaires (FFA). O Acordo Quadro de Colaboração tem por objectivo a união de esforços e acções comuns com vista ao desenvolvimento dos países membros, nomeadamente através de reflexões e de projectos relevantes de reforço dos sectores privados na sua globalidade ou das empresas que os compõem, em todos os domínios susceptíveis de contribuir para esse desenvolvimento, tais como, ambiente político e económico, jurídico, financeiro, social, cultural, etc.

2006

O Conselho de Ministros da CPLP, reunido em Bissau no dia **16 de Julho** de 2006, atribuiu o estatuto de Observador Consultivo da CPLP ao Conselho Empresarial da CPLP. O CE-CPLP foi uma das organizações internacionais convidadas a participar no denominado “Forum Macau”, que se realizou naquela cidade chinesa de **23 a 25 de Setembro**. O CE-CPLP foi representado pelo seu Secretário-geral que manteve contactos com o Ministro Chinês do Comércio, Sr. Bo Xilai e o Chefe Executivo da Região Autónoma Especial de Macau, Sr. Edmundo Ho. Foi assinado, no dia **28 de Dezembro** de 2006, o “Memorando de Entendimento” entre o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o CE-CPLP com o objectivo de fomentar o intercâmbio e a mútua cooperação entre os países africanos, especialmente os de língua portuguesa.



Indicadores de Desenvolvimento

Ordenação no Relatório PNUD, 2005			27	63	105	
	Ano/s		Portugal	Brasil	C. Verde	
Índice Desenvolvimento Humano	1990	IDH	0.849	0.719	0.626	
	1995		0.878	0.747	0.678	
	2000		0.898	0.783	0.715	
	2003		0.904	0.792	0.721	
População total em Milhões Hab.	1975		9.1	108.1	0.3	
	2003		10.4	181.4	0.5	
	2015		10.8	209.4	0.6	
Taxa anual crescimento população	1975-2003	%	0.5	1.8	2.0	
Taxa de fertilidade	2000-2005	%	1.5	2.3	3.8	
População Urbana	1975	%	27.7	61.2	21.4	
	2003		54.6	83.0	55.9	
	2015		60.9	88.4	64.8	
Esperança de vida à nascença, anos	2000-05		77.2	70.3	70.2	
Taxa mortalidade infantil, p/mil nv	2003		4	33	26	
População com acesso a água potável	2002	%	n.d	89.0	80.0	
População com acesso a saneamento	2002	%	n.d	75.0	42.0	
Médicos por 100 mil habitantes	1990-2004	%	324	206	17	
Despesas de saúde per capita (USD PPC)	2002	%	1702	611	193	
Crianças de 1 ano vacinadas*	2003	%	89	99	73	
Taxa de escolaridade Primário	2002/03	%	100.0	97.0	99.0	
Taxa de escolaridade Secundário	2002/03	%	85.0	75.0	58.0	
Taxa de alfabetização de adultos	2003	%	90.0	88.4	75.7	
Linhas telefónicas por 1000 habitantes	2003		411	223	156	
Assinantes de telemóveis por 1000 hab.	2003		898	264	116	
Utilizadores de internet por 1000 habitantes	2003		100	50	44	
Pop. abaixo da linha de privação de rend.	1990-2002	%	n.d.	17.4	n.d.	

	126	140	160	168	172	
	S. Tomé	Timor-Leste	Angola	Moçambique	Guiné-Bissau	Total CPLP
	n.d	n.d.	n.d.	0.328	0.307	
	0.563	n.d.	0.344	0.281	0.304	
	0.632	n.d.	0.403	0.322	0.353	
	0.604	0.513	0.445	0.379	0.348	
	0.1	0.7	6.8	10.6	0.7	136.4
	0.1	0.8	15.0	19.1	1.5	228.8
	0.2	1.5	20.9	23.5	2.1	269
	2.1	0.7	2.8	2.1	3.0	
	4.1	7.8	6.8	5.5	7.1	
	27.3	8.9	17.4	8.7	16.0	
	37.8	7.7	35.7	35.6	34.0	
	40.3	9.5	44.9	48.5	43.5	
	63.0	55.5	40.8	41.9	44.7	
	118	124	154	109	126	
	79.0	52.0	50.0	42.0	59.0	
	24.0	33.0	30.0	27.0	34.0	
	47	n.d.	8	2	17	
	108	195	92	50	38	
	93	70	62	82	72	
	97.0	n.d.	61.0	55.0	45.0	
	29.0	20.0	n.d.	12.0	9.0	
	83.1	58.6	66.8	46.5	39.6	
	46	n.d.	7	n.d.	8	
	32	n.d.	n.d.	23	1	
	99	n.d.	n.d.	n.d.	15	
	n.d.	n.d.	n.d.	69.4	48.7	

Ordenação no Relatório PNUD, 2005			27	63	105	
	Ano/s		Portugal	Brasil	C. Verde	
PIB (mil milhões)	2000	USD	105.1	595.3	0.6	
	2003		147.9	492.3	0.8	
PIB (mil milhões de USD PPC)	2000		173.0	1299.4	2.1	
	2003		189.3	1375.7	2.4	
PIB per capita (USD PPC)	2000		17290.0	7625.0	4863.0	
	2003		18126.0	7790.0	5214.0	
Crescimento anual PIB per capita	1975-2003	%	2.8	0.8	3.0	
	1990-2003		2.2	1.2	3.3	
Crescimento anual PIB per capita Ano do valor mais elevado			2001	2002	2003	
Área (km2)			91,391	8,511,965	4,033	
Taxa média anual de inflação	1990-2003	%	4.0	114.0	4.8	
	2002-2003		3.3	14.7	n.d.	
Despesas com Saúde (% PIB)	1990		6.6	3.6	3.8	
	2002		6.6	3.6	3.8	
Despesas Educação (% PNB)	1990		4.0	n.d.	n.d.	
	2002		5.8	4.2	7.9	
Despesas c/ Defesa (% PIB)	1990		2.7	2.5	n.d.	
	2003		2.1	1.6	0.7	
Utilização electricidade Kw per capita	1980	Kw/h	1750	1145	55	
	2002		4647	2183	99	
Importações em % do PIB	1990		39.0	7.0	44.0	
	2003		38.0	13.0	68.0	
Exportações em % do PIB	1990		33.0	8.0	13.0	
	2003		30.0	17.0	32.0	
Invest. Directo Estrangeiro em % PIB	1990		2.7	0.2	0.1	
	2003		22.5	2.1	1.9	
Serviço da dívida total em % do PIB	1990		-	1.8	1.7	
	2003		-	11.5	2.7	
Serviço da dívida total em % exportações	1990		-	18.5	8.9	
	2003		-	38.6	7.2	
APD (líquida recebida) em % PIB	1990		-	n.d.	31.8	
	2003		-	0.1	18.0	

(*) Tuberculose e sarampo

(**) Valor = 0 indica igualdade perfeita; valor=100 indica a desigualdade perfeita

Fonte: Dados do PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2000 e 2005

	126	140	160	168	172	
	S. Tomé	Timor-Leste	Angola	Moçambique	Guiné-Bissau	Total CPLP
	n.d. 0.1	n.d. 0.3	8.8 13.2	3.8 4.3	0.2 0.2	713.8 659.1
	n.d. n.d.	n.d. n.d.	28.7 31.7	15.1 21.0	0.9 1.1	1519.2 1621.2
	n.d. n.d.	n.d. n.d.	2187.0 2344.0	854.0 1117.0	755.0 711.0	
	-0.5 -0.2	n.d. n.d.	-1.1 0.4	2.3 4.6	-0.4 -2.4	
	n.d.	n.d.	1992	2003	1997	
	1,001	15,007	1,246,700	801,590	36,120	10,707,807
	n.d. n.d.	n.d. n.d.	500.8 98.2	24.8 13.4	24.6 -3.5	
	9.7 9.7	6.2 6.2	2.1 2.1	4.1 4.1	3.0 3.0	
	n.d. n.d.	n.d. n.d.	3.9 2.8	3.1 n.d.	n.d. n.d.	
	n.d. n.d.	n.d. n.d.	5.8 4.7	5.9 1.3	3.4 6.4	
	96 115	n.d. n.d.	214 135	364 378	18 41	
	72.0 83.0	n.d. n.d.	21.0 67.0	36.0 39.0	37.0 44.0	
	14.0 38.0	n.d. n.d.	39.0 71.0	8.0 23.0	10.0 30.0	
	0.0 16.8	n.d. n.d.	-3.3 10.7	0.4 7.8	0.8 0.9	
	4.9 11.1	n.d. n.d.	3.2 10.1	3.2 2.0	3.4 6.4	
	28.7 24.6	n.d. n.d.	7.1 14.8	17.3 3.9	22.1 9.4	
	95.0 63.3	n.d. 44.2	2.6 3.8	40.7 23.9	52.7 60.8	

A indústria automóvel reveste-se de extrema importância em Portugal.



A CPLP e a Sociedade Civil

A vontade de abertura ao mundo e de aproximação entre os povos manifestada na fundação da CPLP tem-se confirmado ao longo dos últimos dez anos. No ano do décimo aniversário da Comunidade, em 2006, os esforços de aproximação à sociedade civil culminaram com a concessão do Estatuto de Observador Associado e de Observador Consultivo e com a nomeação de Embaixadores de Boa Vontade.

Observadores Associados e Consultivos

O Estatuto de Observador, criado na segunda Cimeira da organização (Cidade da Praia, em 1998) viria a ser revisto no Conselho de Ministros de Luanda de 2005, onde foram ainda estabelecidas as categorias de Observador Associado e Observador Consultivo. Na cimeira de Bissau, em Julho de 2006, dois estados africanos – **Guiné Equatorial** e **Republica da Ilha Maurícia** – foram admitidos como Observadores Associados. Depois disso, outros Estados solicitaram a admissão como Observadores.

Em Bissau também foram aceites como **Observadores Consultivos 18 organizações** da sociedade civil:

- Conselho Empresarial da CPLP
- Fórum da Juventude da CPLP
- Fundação Calouste Gulbenkian
- Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
- Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Portuguesa
- Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação
- Fundação Bial
- Assistência Médica Internacional (AMI)
- Saúde em Português
- Círculo de Reflexão Lusófona
- Fundação Luso-Brasileira
- Médicos do Mundo
- Associação das Misericórdias de Portugal
- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
- Associação das Universidades de Língua Portuguesa
- Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa
- Academia Brasileira de Letras

Outras organizações já solicitaram o mesmo estatuto e já receberam o parecer favorável do Secretariado Executivo, pelo que devem ser admitidas no próximo Conselho de Ministros, aumentando o número de observadores autorizados a participar em reuniões técnicas.

Os Embaixadores de Boa-Vontade

Na VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Bissau, 2006) foram também nomeados os primeiros Embaixadores de Boa Vontade da CPLP que, segundo o regulamento aprovado, são designados para um mandato de dois anos e devem ser personalidades de mérito reconhecido e que se distinguiram na promoção dos valores defendidos pela CPLP.

As personalidades escolhidas foram três antigos Chefes de Estado, Jorge Sampaio (Portugal), José Sarney (Brasil) e Joaquim Chissano (Moçambique). Um primeiro-ministro e um ministro, Fernando Van-Dunen (Angola) e Albertino Bragança (São Tomé e Príncipe); o músico Martinho da Vila (Brasil) e Gustavo Vaz da Conceição, presidente da Federação Angolana de Basquetebol e membro do Comité Olímpico de Angola.

Outras acções

São inúmeras as iniciativas que a CPLP tem tomado ou em que participou no sentido de fortalecer a sociedade civil e as suas organizações nos Estados-membros e mais numerosas ainda as que organizações da sociedade civil tem realizado com a marca da Comunidade ou sobre actividades relacionadas com a cooperação no espaço da CPLP.

Só no ano de 1998, foram assinados cerca de uma dezena de protocolos de cooperação com Fundações, Universidades, Institutos privados, Câmaras Municipais e Associações. Desde a sua fundação, a CPLP celebrou acordos com as seguintes entidades da Sociedade Civil:

- Acordo de Cooperação com o Instituto Camões
- Acordo de Cooperação com a Fundação BIAL
- Acordo de Cooperação com o Fórum da Lusofonia
- Protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa e a Biblioteca Museu República e Resistência
- Protocolo de Cooperação com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e Fundação Roberto Marinho
- Protocolo com a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento
- Carta de Intenções de Instituto Camões e I. Superior Politécnico de S. Tomé e Príncipe, sob o Alto Patrocínio da CPLP
- Protocolo com a Ordem dos Médicos Dentistas de Portugal e o Conselho Federal de Odontologia do Brasil
- Acordo de Cooperação com o Instituto de Investigação Científica e Tropical - IICT
- Protocolo de Cooperação com a Rádio Renascença
- Protocolo de Cooperação com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- Protocolo de Cooperação com a Escola Superior de Educação da Guarda

Entre 2004 e 2006, tiveram lugar a I Reunião dos Biólogos da CPLP (Setembro de 2004); a VI Assembleia-Geral da Confederação de Publicidade dos Países de Língua Portuguesa (Praia, Setembro de 2004); o II Encontro das Fundações dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa, Outubro de 2004); o VI Congresso Internacional de Jornalistas de Língua Portuguesa (Lisboa, Janeiro de 2005); a I Reunião dos Médicos dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa, Janeiro de 2005); a Reunião de Constituição da Associação dos Portos dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa, Janeiro de 2005); o IV Fórum das Mulheres Empresárias da CPLP (Maputo, Maio de 2005); o I Congresso de Farmacêuticos de Língua Portuguesa (Maputo, 2005); o II Congresso de Farmacêuticos de Língua Portuguesa (Luanda, Maio de 2006); o XV e XVI Encontros da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

Tornou-se um hábito os partidos políticos, sindicatos, igrejas, ordens profissionais convidarem representantes das organizações congéneres dos outros países da CPLP para assistirem aos seus Congressos, fortalecendo o conhecimento mutuo e preparando as condições para iniciativas conjuntas, tais como a criação de redes lusófonas.

Uma resolução adoptada pelo Conselho de Ministros da CPLP em S. Tomé, em Julho de 2004, “sobre a Sociedade Civil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, encomendou ao Secretariado Executivo “a criação de um registo (...) facultativo às organizações do espaço CPLP que congreguem entidades da sociedade civil...”. A terceira edição deste registo que foi publicada em 2007 põe em evidência a multiplicidade de iniciativas no mundo dos países da CPLP. A CPLP tem incentivado a cooperação descentralizada entre províncias, Estados ou municípios como forma de aproximar ainda mais as comunidades participantes em tais acções.

Porém, como lembrou o actual Secretario Executivo, embaixador Luís Fonseca, a CPLP não têm a vocação de ser umas “Nações Unidas em ponto pequeno” nem dispõe de meios para distribuir subsídios e patrocinar eventos. Mas, constitui um quadro para o diálogo franco e aberto e tem pautado as suas intervenções pela promoção da participação activa e inovadora dos vários actores sociais, num espírito de tolerância e de respeito pelas diferenças culturais e os vários credos políticos, ideológicos e religiosos, que são a marca da forma de ser da CPLP no mundo.



Entre os Embaixadores de Boa-Vontade figuram três antigos Chefes de Estado, Jorge Sampaio, José Sarney e Joaquim Chissano, e Gustavo Vaz da Conceição, presidente da Federação Angolana de Basquetebol.

A gesta dos navegadores portugueses iniciou a aproximação dos povos da CPLP. (São Tomé e Príncipe).



A CPLP e a Lusofonia

A confusão entre os conceitos de “Lusofonia” e de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem estado na origem de muitas polémicas e a utilização do português como o idioma oficial necessita ser esclarecida. Esta é a condição inultrapassável para pertencer à CPLP.

A criação do estatuto de Observador Associado abriu uma janela de oportunidade para o eventual ingresso de Estados ou regiões lusófonos que pertencem a Estados terceiros, mediante acordo com os Estados-membros.

O universo da Lusofonia não coincide sempre com as fronteiras da CPLP e esta, por sua vez, inclui povos e comunidades que não têm o português como língua materna.

O linguista brasileiro Silvio Elia elaborou, em 1989, um mapa da Lusofonia que recorre à história para distinguir vários círculos de pertença à cultura lusa, segundo o modelo das línguas latinas (que está na base da União Latina).

Elia propunha a seguinte nomenclatura:

- Lusitânia Antiga – Portugal;
- Lusitânia Nova – Brasil;
- Lusitânia Novíssima – PALOP (a que pertenceria também actualmente Timor Leste);
- Lusitânia Perdida – Goa, Macau e antigas possessões portuguesas em África e na Ásia;
- Lusitânia Dispersa – Comunidades migrantes espalhadas pelo mundo.

A globalização veio dar uma nova força e actualidade a um conceito de Lusofonia, baseado em raízes culturais.

Um exemplo claro veio do meio empresarial e tomou fôlego após a devolução da administração de Macau à República Popular da China (1999).

No âmbito da sua nova política externa para África (2000), a China têm vindo a intensificar as suas relações em todos os domínios com os PALOP e, mais rapidamente do que outras potências, mostrou interesse em tratar a CPLP como um todo, em simultâneo com o desenvolvimento de parcerias estratégicas com o Brasil e Portugal.

Em consequência do aumento exponencial das trocas comerciais e dos investimentos, os dirigentes e as empresas sedeadas em Macau ambicionam transformar a região numa plataforma logística e financeira para estes fluxos, uma ambição não contrariada por Pequim.

Em 2000 foi criada a Associação dos empresários lusófonos, substituída em 2003 pela Associação Comercial Internacional para os Mercados Lusófonos (ACIML), co-organizadora do primeiro Fórum para a Cooperação China – Países Lusófonos.

Desde então, realizaram-se mais três edições do Fórum que se reuniu em Luanda (2005), Lisboa (2006) e Maputo (2007). O próximo Fórum está agendado para 2008, em Cabo Verde.

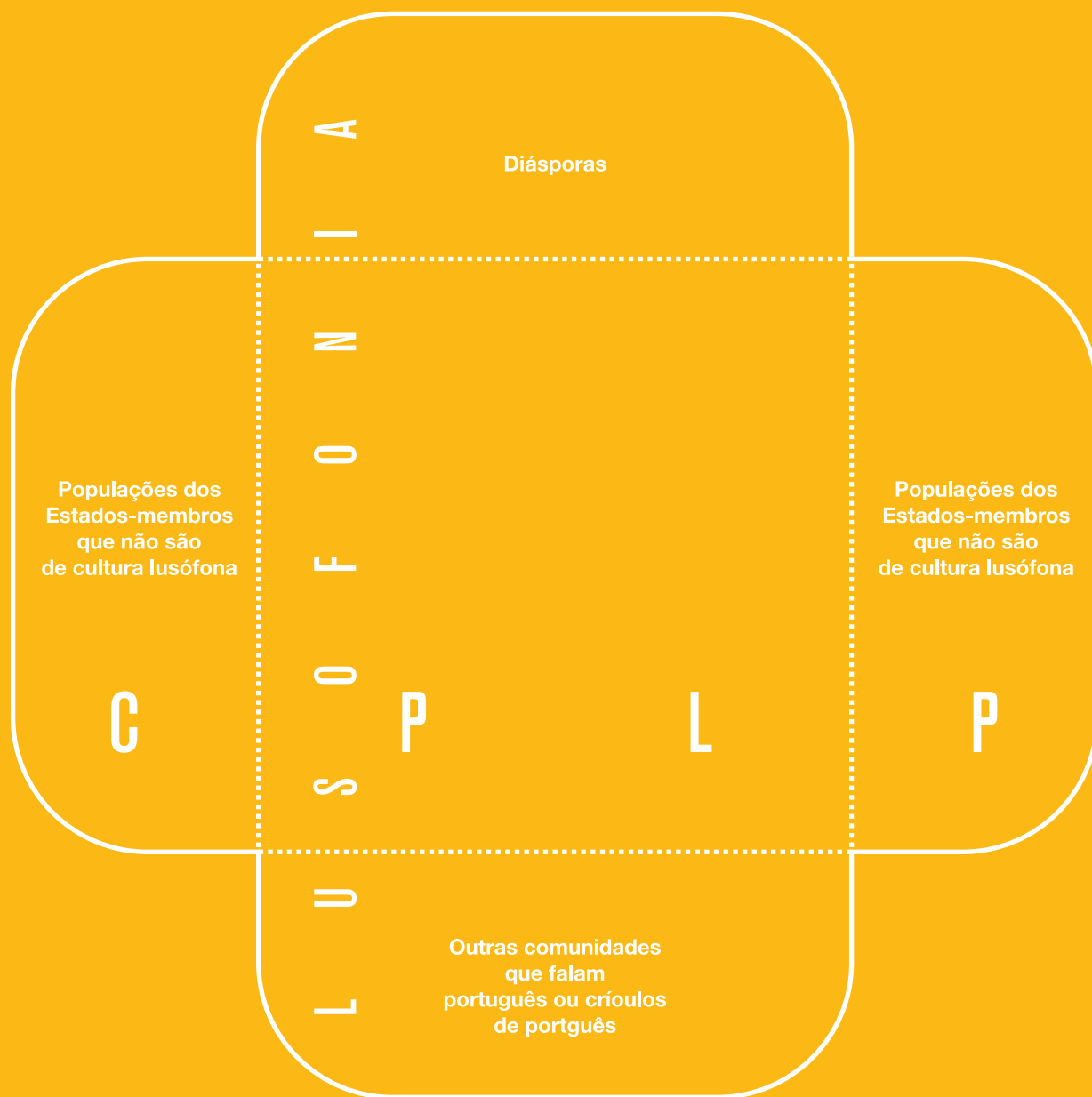
Foi também em Macau que se realizaram, em 2006, os **I Jogos da Lusofonia**, organizados pela ACOPOLOP – Associação dos Comités Olímpicos dos países de Língua Portuguesa – e financiados pelo governo e a ACIML. Nos **Jogos da Lusofonia** participaram para além de delegações dos oito membros da CPLP as representações da Índia, Sri Lanka e Guiné Equatorial, que fazem parte da associação como membros não efectivos.

Não cabe aqui o rol das organizações e associações criadas nos países onde existem comunidades de emigrantes e luso-descendentes, mas apenas dizer que são milhares.

Este rápido relance sobre a Lusofonia, com dimensões místicas e míticas mas com uma base histórica bem real, não pode contudo deixar de incluir uma referência ao **valioso património arquitectónico** espalhado pelo mundo, e que é testemunha da presença e das artes portuguesas, do Norte de África ao Extremo Oriente e do Brasil ao Rio de la Plata (Uruguai e Paraguai).

Merece destaque, as antigas fortalezas de Mazagão (Marrocos); São João Baptista de Ajudá (Benin); Mombaça (Quênia); Al Jalila (Oman); Qual'al'Bahrain (Bahrain); Al Ormuz (Irão); a cidade fortificada de Fasil Ghebbi (Etiópia), as igrejas, fortes e palácios do antigo Estado português da Índia e em particular os bairros antigos de Panjim e Margão em Goa, a cidade Velha de Galle (Sri Lanka), os vestígios da praça de Solor (Indonésia) e a Porta de Santiago em Malaca (Malásia).

E não pode ser esquecido o património imaterial da lusofonia, constituído por várias comunidades crioulas de África e do Oriente que mantêm laços com a cultura lusófona através da fé cristã e de inúmeros vocábulos, patronímicos e toponímicos, ou ainda pela gastronomia.



Timor-Leste: Em 2002, ano da sua Independência, junta-se aos sete países fundadores da CPLP tornando-se o oitavo membro.



© Agencia LUSA

CPLP: Paradoxo certo ou futuro incerto?

A nossa comunidade têm muitas datas de nascimento, como o filho escondido de quem não se sabe a história certa do aparecimento. Oficialmente foi a 17 de Julho de 1996 que no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, se assinaram os documentos constitutivos da mais nova Comunidade linguística. Mas para trás ficavam versões várias de paternidade, portuguesas, brasileiras e também africanas. Em qualquer uma das versões dá-se destaque ao papel que cada parte jogou, numa animação pouco condizente com o arrastamento de todos para que de facto se investisse nesta formação como coisa principal.

A Comunidade têm estatutos, como se deve, que determinam que se trata de “um foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus Membros”. Estas premissas existenciais são importantes para melhor se entender o que é e o que não é a CPLP. Um foro é normalmente uma ligação ténue, não necessariamente institucionalizada de forma rígida. É um espaço que pode servir para intercâmbios e trocas de opinião e experiência, mas não implica necessariamente uma dimensão política e regimental firme.

Aprofundar a amizade é algo um pouco mais emotivo que racional. Amizade entre países é uma formulação diplomática desprovida de qualquer especificidade. É o que se coloca em qualquer documento ou comunicado, até com países com os quais se mantêm um intercâmbio cada dez anos. No entanto ao ser considerado privilegiado, espera-se algo mais, que pode ser traduzido apenas num desejo não corroborado com nenhum arranjo pré-concebido. Nada nos estatutos ou na postura da criação da CPLP deixa transparecer como poderia ser lido tal hipotético desejo.

A concertação político-diplomática é algo de técnico e preciso, que na realidade pode ser feito por qualquer grupo de países com interesses comuns. Parece ser certo que a CPLP conseguiu essa concertação em momentos importantes para os seus Membros, embora também seja verdade que a descontinuidade geográfica da Comunidade têm sido um factor mais centrípeto que centrífugo.

Esta é, pois, a cooperação entre os Membros. Ela por razões óbvias têm e deve ser desequilibrada, no sentido de que os que têm mais devem apoiar os que têm menos. No caso concreto desta Comunidade, o índice de desenvolvimento de Portugal e o tamanho do Brasil são factores de monta para que os dois ofereçam muito mais que os demais reunidos. O veredicto nem sempre mostrou essa certeza.

A CPLP têm sido marcada pelo mito fundador, como o são todas as instituições e países.



Dr. Carlos Lopes Sub-Secretário-geral da ONU e Director Executivo do UNITAR

Carlos Lopes, sociólogo, com doutoramento da Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, é autor de mais de 20 livros sobre História e questões de desenvolvimento. Depois de ter criado e dirigido o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau, ingressou nos quadros da ONU, tendo ocupado muitos lugares de direções tais como Representante no Zimbabué e Brasil, Director de Políticas de Desenvolvimento do PNUD e mais recentemente Sub-Secretário Geral e Director Político do Secretário Geral Kofi Annan. Desde de Março de 2007 foi nomeado Director Executivo do Instituto das Nações para a Formação e Pesquisa (UNITAR), mantendo o seu cargo de Sub Secretário-Geral da ONU.

O Brasil carrega o peso do seu desprezo aparente pela lusofonia, no momento crucial da sua fundação como a suposta vertente privilegiada. Ninguém nega o papel fundamental que algumas personalidades brasileiras como o Embaixador Aparício de Oliveira ou os Presidentes Itamar Franco e José Sarney tiveram no ceremonial da constituição. Mas isso não chega e o Brasil enquanto país ficou sempre devendo à Comunidade um empenho mais profícuo, até bem recentemente, quando uma nova dinâmica surgiu com a administração do Presidente Lula da Silva. A vocação Atlântica do Brasil e o seu papel na emergência de um novo Sul ajudam a antever um novo papel para a CPLP.

Portugal fica sempre marcado pelas associações de que quer fazer da CPLP o que a Grã-Bretanha, ou a França fizeram do Commonwealth ou a Francophonie. Em ambos os casos a liderança do país europeu âncora é indisputável, mas o mesmo é difícil de imaginar no espaço lusófono. A opinião pública portuguesa revela à luz do dia aspirações que ficam encobertas em negociações delicadas sobre protagonismos. Quer muitas vezes uma política de língua imperial, uma margem de influência que irrita muitos, por se tratar de uma lembrança do colonialismo tardio.

Os países africanos Membros da Comunidade também têm seus sobressaltos de adolescência, querendo afirmar-se quando é desnecessário, e emprestando à Comunidade um utilitarismo que esta não pode assumir por falta de meios equivalentes a outras congêneres. Estes países ainda buscam suas identidades e pernoita na lusofonia a ideia de que ela pode contrapor a necessidade de diferenciação do recém-independente.

Finalmente o último convidado da festa, Timor Leste, têm na sua liderança o desenho de contradições entre a ligação mais estreita a uma Comunidade ainda mais longínqua geograficamente, e os imperativos pragmáticos da vizinhança.

Poderão estes paradoxos ser resolvidos com amizade?

Mesmo com carradas de amizade a realidade da descontinuidade acabará por impôr-se de forma dramática e sem hesitações. A não ser que se invista seriamente num conjunto de factores que sejam singulares.

A actual inter-conectividade do mundo lembra-nos que cada vaga da globalização nos aproxima mais, uns dos outros, e nos permite aceder a mais informação. Sem um ampla liberdade, e aumento das oportunidades, não podemos transformar esse desenvolvimento da informação em algo que melhore as nossas vidas, e nos dê maior felicidade. Admitindo que estamos a entrar num patamar de maior conhecimento e individualidade é natural que as nossas ansiedades e certezas nos projetem para redutos de segurança identitários. Cada vez mais esse desejo de encontrar referências comuns se faz com formas novas de comunicação, muitas no domínio do virtual. Uma língua e cultura com ambições globais, marcando-se num espaço com descontinuidade geográfica, só podem sobreviver e crescer com o pleno uso de novas linguagens e tecnologias.

A CPLP sente-se quando um grupo de cidadãos de países lusófonos encontram pontos de referência comuns. Não quando se organiza uma reunião formal de concertação político-diplomática. Para fortalecer a base do relacionamento pode-se traduzir amizade num conjunto de ações concretas. A meu ver são sobretudo na área cultural e nas indústrias criativas que se abrem novas potencialidades. Sem essa alavanca a Comunidade não será muito diferente de outros agrupamentos que nos lembramos apenas 'quando dá jeito'.

As oportunidades e perspectivas da CPLP são quase ponto obrigatório nas reuniões várias dos órgãos da Comunidade. Mas o que poderá mudar o futuro comum é o engajamento concreto na utilização dos veículos da língua que possibilitem a sua sobrevivência. Os exemplos mais chocantes de utilização de anglicismos são a parte mais evidente de um iceberg de contradições. Trata-se de um paradoxo interno. Um paradoxo que demonstra o que cada sociedade considera valorizante e ao que aspira: querer ser reconhecido por quem fala inglês, não, necessariamente, pelo seu parceiro da Comunidade. É uma batalha complexa, não específica ao nosso espaço linguístico, como demonstra a constante polémica sobre o excepcionalismo cultural francês. Mas, como esse exemplo bem demonstra também, a resposta está no desenvolvimento de capacidades informáticas, na aposta dos logiciais, na dinâmica das Academias responsáveis por acordos ortográficos e fixação da escrita, o investimento forte nos intercâmbios culturais, e na formatação de referências criativas ligadas às novas tecnologias.

A esquizofrenia é uma doença mental em que se perde o contacto com a realidade, vivendo-se num mundo imaginário, com fragmentação da personalidade. É a doença mental mais constrangedora porque se carrega pela vida inteira. À escala de um grupo ninguém se atreve a falar de comportamento esquizofrénico: é demasiado pesado e negativo. Por isso mesmo as instituições tentam sempre assentar os seus pés, neste caso as suas decisões, em algo realizável e perene. O futuro da CPLP será aquele que assenta na possível, não esquizofrénica, ambição do seus Membros.

Dr. Carlos Lopes

A preservação da natureza, fonte de riqueza com o turismo, é uma das preocupações dos Estados-membros.



© Fernando Rosa

Últimas Reuniões CPLP

As largas centenas de reuniões realizadas em 10 anos de existência da CPLP são uma prova irrefutável do dinamismo alcançado pela Organização. Por ser impossível listar todas os encontros efectuados no âmbito da nossa Comunidade neste livro comemorativo, a seguir enuncia-se as principais reuniões decorridas no passado mais recente.

I - Órgãos da CPLP

I.1 – Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP – Bissau, 17 de Julho de 2006).

I.2 – Reunião do Conselho de Ministros da CPLP (XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP - Bissau, 16 de Julho de 2006).

I.3 – Reuniões Ministeriais Sectoriais (próxima página)

I.4 - Comité de Concertação Permanente (CCP)

a. Reúne-se numa base mensal ou em sessões extraordinárias. Até Março de 2007 realizaram-se 100 sessões ordinárias do CCP e 54 sessões extraordinárias.

I.5 – Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

a. Têm lugar duas vezes por ano. A 14ª Reunião dos Pontos Focais de Cooperação decorreu em Lisboa, em Fevereiro de 2007.

II - Reuniões Parlamentares

II.1 – Fórum dos Presidentes dos Parlamentos de Língua Portuguesa (IV Fórum dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP - Brasília, 21 a 24 de Outubro de 2003) (V Fórum dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP - Lisboa, Julho de 2006).

II.2 - Fórum das Mulheres Parlamentares

(I Encontro de Mulheres Parlamentares da CPLP - Brasília, 8 a 11 de Junho de 2003).

II.3 - ASGPLP – Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa / Encontros dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa.

(VI Encontro de Secretários-gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa – S. Tomé, 18 a 21 de Julho de 2005).

(VII Encontro de Secretários-gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa - Brasília, 26 a 29 de Setembro de 2006).

II.4 – Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa
(V Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa - Luanda, 7 a 8 de Abril de 2006).

(I Conferência da Rede de Mulheres Parlamentares do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa – Luanda, 15 e 16 de Dezembro de 2006).

III - Reuniões Ministeriais Sectoriais

III.1 – Administração do Território
(III Reunião de Ministros da Administração do Território da CPLP – Luanda).

III.2 – Administração Interna e Segurança
(III Encontro de Ministros Responsáveis pela Segurança da CPLP - São Tomé, 26 a 27 de Julho de 2004).

III.3 – Administração Pública
(II Encontro de Ministros da Administração Pública da CPLP - Maputo, 14 a 16 de Abril de 2004).

III.4 – Agricultura
(IV Encontro de Ministros da Agricultura da CPLP - Brasília, 2004).

III.5 – Ambiente
(III Reunião Ministerial do Ambiente da CPLP - Brasília, 24 a 26 de Maio de 2006).

III.6 – Assuntos Parlamentares e Presidência
(VI Encontro de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e Assuntos Parlamentares - Curitiba, Março 2006).

III.7 – Ciência e Tecnologia
(IV Reunião de Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP - Luanda, 7 a 10 de Novembro de 2005).

III.8 – Comunicação Social
(II Reunião de Ministros da Comunicação Social da CPLP - Lisboa, 10 a 12 de Setembro de 2003).

III.9 – Correios e Telecomunicações
(VII Encontro Ministerial de Correios e Telecomunicações da CPLP - Viseu, 15 e 16 de Junho de 2004).

III.10 – Cultura
(V Reunião de Ministros da Cultura - Bissau, 28 e 29 de Outubro de 2006).
(VI Reunião de Ministros da Cultura – Praia, prevista para Outubro de 2007).

III.11 – Defesa
(IX Reunião de Ministros da Defesa da CPLP - Praia, 14 e 15 de Setembro de 2006).

(X Reunião de Ministros da Defesa da CPLP – previsto para Setembro de 2007).

III.12 – Desporto

(IX Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desporto dos Países Membros da CPLP - Salvador da Bahia, 6 a 7 de Março de 2006).

(Reunião Extraordinária de Ministros do Desporto e Juventude da CPLP – Mindelo, 2 a 3 de Julho de 2007).

III.13 – Educação

(VI Conferência de Ministros de Educação da CPLP - Lisboa, 16 de Dezembro de 2005).

III.14 – Igualdade de Género

(Seminário sobre Igualdade de Género - Lisboa, Março de 2004).

III.15 – Justiça

(X Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa - Praia, 22 e 23 de Novembro de 2005).

III.16 – Juventude

(Reunião Extraordinária de Ministros do Desporto e Juventude da CPLP – Mindelo, 2 a 3 de Julho de 2007) (v. Desporto).

III.17 – Pescas

(III Conferência Ministerial dos Ministros Responsáveis pelas Pescas - Lisboa, 20 e 21 de Janeiro de 2005).

III.18 – Saúde

(IV Encontro de Ministros da Saúde da CPLP - Lisboa, Junho de 1998).

(V Reunião de Ministros da Saúde da CPLP – prevista para Praia, Outubro de 2007).

III.19 – Segurança Social e Trabalho

(VII Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP - Bissau, 4 a 5 de Setembro de 2006)

(VIII Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP – prevista para Timor-Leste, 2º semestre de 2007)

III.20 – Turismo

(IV Reunião de Ministros de Turismo da CPLP - Lisboa, 25 de Janeiro de 2007).

IV - Magistratura

IV.1 - Encontros dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países de Língua Portuguesa

(VI Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça - Brasília, 25 a 27 de Outubro de 2005).

IV.2 - Congressos do Ministério Público

(VI Congresso do Ministério Público - Évora, 21 a 24 de Novembro de 2002).

IV.3 - Encontros de Procuradores Gerais da República da CPLP (VIII Encontro dos Procuradores Gerais da República da CPLP - Maputo, 19 e 22 de Junho de 2006).

IV.4 - Encontros dos Tribunais de Contas da CPLP (VIII Encontro dos Tribunais de Contas da CPLP - Lisboa, 1 de Julho de 2005).

(X Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural do Conselho Directivo dos Tribunais de Contas da CPLP - Lisboa, 4 de Julho de 2005).

(IV Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP - Maputo, 21 de Julho de 2006).

V - Administração Pública

V.1 - Reunião de Técnicos da CPLP sobre a Problemática dos Livros Escolares e Materiais Didácticos (Fortaleza, de 22 a 24 de Outubro de 2002).

V.2 - Reunião de Peritos da Comunicação Social (Lisboa, 10 a 12 de Setembro de 2003.)

V.3 - Reunião Técnica de Directores Gerais do Desporto (Portugal, 4 e 5 de Dezembro de 2003)

V.4 - II Reunião de Representantes das Autoridades Cinematográficas dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa, Abril de 2004).

V.5 - IV Reunião do Conselho de Directores de Polícia Judiciária e de Investigação Criminal da CPLP (Lisboa, 27 de Setembro de 2004).

V.6 - III Fórum Permanente dos Arquivos Nacionais de Língua Portuguesa (Lisboa, Outubro de 2005).

V.7 - Encontro de Medicina Militar da CPLP (Luanda, 22 a 25 de Novembro de 2004).

V.8 - XIV Reunião dos Directores-Gerais dos Institutos de Estatística da CPLP (Lisboa, 29 e 30 de Novembro de 2004).

V.9 - V Encontro das Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa (Brasília, 11 a 13 de Maio de 2005).

V.10 - XXI Conferência de Directores Gerais das Alfândegas da CPLP (Lobito, 9 a 12 de Outubro de 2006).

V.11 - XV Reunião dos Directores-Gerais dos Institutos de Estatística da CPLP (Lisboa, Julho de 2005).

V.12 - V Encontro dos Directores Nacionais dos Serviços de Migração e Fronteiras (São Tomé, 23 e 24 de Novembro de 2005).

V.13 - IX Reunião dos Chefes de Estado-Maior General da CPLP (Luanda, 10 a 12 Abril de 2007).

V.14 - I Conferência dos Inspectores-Gerais de Finanças da CPLP (Maputo, 27 e 28 Abril de 2006).

V.15 - VI Encontro dos Directores Nacionais dos Serviços de Migração e Fronteiras (Lisboa, 23 e 24 de Maio de 2006).

V.16 - Encontro de Inspectores-Gerais do Trabalho dos Países de Língua Portuguesa (Santa Maria da Feira, 19 a 21 de Abril de 2006).

VI - Instituições

VI.1 – Bancos Centrais

VI.1.1 – Fórum dos Bancos Centrais da CPLP
(VI Fórum dos Bancos Centrais da CPLP - Luanda 2002)

VI.1.2 – Encontro de Governadores dos Bancos Centrais da CPLP
(III Encontro de Governadores dos Bancos Centrais da CPLP - Luanda, 6 de Novembro de 2006)

VI.1.3 – XVI Encontro do Banco de Portugal com as Delegações dos PALOP e Timor-Leste à Assembleia Anual do FMI/BM – Lisboa, 12 de Setembro de 2006).

VI.2 – Conferências Episcopais das Igrejas Lusófonas (Católicas)
(V Encontro Presidências Conferências Episcopais Igrejas Lusófonas - Bissau, Janeiro 2004).
(VII Encontro de Igrejas Lusófonas – Fátima, 10 a 15 de Outubro de 2006).

VI.3 – Reuniões dos Secretários Gerais das Comissões Nacionais para a UNESCO dos Países de Língua Portuguesa
(V Reunião dos Secretários Gerais - Maputo, 10 a 12 de Maio de 2004).

VI.4 - Círculo de Reflexão Lusófona – Associação (Fundada em Lisboa, a 28 de Junho de 2004).

VI.5 - Encontro das Fundações dos Países de Língua Portuguesa
(II Encontro das Fundações Lusófonas - Lisboa, Outubro de 2004)
(III Encontro das Fundações Lusófonas – Luanda, Setembro de 2006).

VI.6 - Encontro da Associação de Ensino Superior em Ciências Agrárias dos Países de Língua Portuguesa (ASSESCA – PLP).

VI.7 – Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP
(XVII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa - Praia, 10 a 15 de Junho de 2007).

VI.8 – Comité Sindical de Energia dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP).

VI.9 – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)
(XXI Assembleia Geral da UCCLA, Salvador da Bahia, 4 a 8 de Julho de 2005).

VII - Empresas e Serviços Públicos

VII.1 - Correios e Telecomunicações

VII.1.1 - OTLP – Organização das Televisões de Língua Portuguesa
(III Encontro de Televisões de Língua Portuguesa - Santa Maria, Cabo Verde, 9 a 14 de Setembro de 1991).

VII.1.2 - AICEP – Fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa

(XIII Fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa, “Gerações Digitais” - Macau, 1 a 3 de Julho de 2005).

(XIV Fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa - Maceió, 28 de Abril de 2006).

VII.1.3 – IV Reunião Técnica de Telecomunicações (Maputo, 19 e 20 de Outubro de 2006).

VII.1.4 – Mesa Redonda para uma Plataforma de Partilha de Conteúdos Televisivos entre Operadores Públicos de Televisão dos Países Lusófonos e TV CPLP (Lisboa, 5 a 7 de Março de 2007).

VII.2 – Transportes

VII.2.1 - Associação dos Portos dos Países de Língua Portuguesa
(Reunião de Constituição da Associação dos Portos dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa, 11 de Janeiro de 2005).

VIII - Associações Profissionais

VIII.1 - Associação de Medicina Geral e Familiar da CPLP “Saúde em Português”

(IV Encontro de Medicina Geral e Familiar da CPLP – Ilha do Sal, 22 a 24 de Outubro de 2003).

VIII.2 - Associação de Medicina Dentária Lusófona

VIII.3 - Encontros da Associação de Magistrados de Língua Portuguesa

(IV Encontro de Juizes de Língua Portuguesa - São Tomé, 10 a 13 de Dezembro de 2002).

VIII.4 - Associação dos Médicos dos Países de Língua Portuguesa
(I Reunião dos Médicos dos Países de Língua Portuguesa – Lisboa, 29 de Janeiro de 2005).

(I Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa – Praia, 27 a 29 de Novembro de 2006).

(III Congresso Internacional de Médicos da CPLP – Luanda, 23 a 26 de Janeiro de 2007).

VIII.5 - Reuniões de Biólogos da CPLP

(I Reunião de Biólogos da CPLP – Lisboa, 28 de Setembro de 2004).

VIII.6 - Reuniões do Comité Sindical da Energia dos Países de Língua Portuguesa - CSEPLP

(I Reunião do Comité Sindical da Energia dos Países de Língua Portuguesa – Maputo, Julho de 2000).

VIII.7 - Encontros do Conselho Permanente de Ordens e Associações de Advogados da CPLP

(V Encontro do Conselho Permanente de Ordens e Associações de Advogados da CPLP – Luanda, 4 e 5 de Maio de 2002).

VIII.8 - Reunião das Ordens e Associações de Engenheiros da CPLP

(I Reunião das Ordens e Associações de Engenheiros da CPLP – Porto, 22 de Outubro de 2000).



VIII.9 - Encontros de Escritores e Editores de Língua Portuguesa
(I Encontro de Escritores e Editores de Língua Portuguesa – Brasília, 19 a 21 de Junho de 2000).
(I Encontro de Escritores de Língua Portuguesa - Leiria, 17-18 Abril de 2001).

VIII.10 - Congressos Internacionais de Jornalistas de Língua Portuguesa
(VI Congresso Internacional de Jornalistas de Língua Portuguesa – Lisboa, 10 de Janeiro de 2005).

VIII.11 – Congressos da Associação de Farmacêuticos de Língua Portuguesa – AFPLP
(VIII Congresso Mundial da Associação de Farmacêuticos de Língua Portuguesa – Luanda, 31 de Maio a 2 de Junho de 2006).

VIII.12 - Câmara Agrícola Lusófona – CAL

VIII.12.1 - Jornadas de Agricultura da CAL
(II Jornadas de Agricultura Lusófona – Maputo, 15 de Março de 2004).

VIII.12.2 - Reuniões de Jovens Agricultores Lusófonos
(II Reunião de Jovens Agricultores Lusófonos – São Paulo, Junho de 2000).

VIII.13 - Encontros de Actores Lusófonos
(III Estágio Internacional de Actores Lusófonos – Coimbra, Setembro a Dezembro de 2003).

VIII.14 - Fórum Empresarial da CPLP
(IV Fórum Empresarial da CPLP - Funchal, 14 e 15 de Outubro de 2005)

VIII.15 - Confederação de Publicidade dos Países de Língua Portuguesa
(VI Assembleia-Geral da Confederação de Publicidade dos Países de Língua Portuguesa – Praia, 16 de Setembro de 2004).

VIII.16 - Fórum das Mulheres Empresárias da CPLP
(IV Fórum das Mulheres Empresárias da CPLP – Maputo, Maio de 2005).

VIII.17 - Reuniões de Medicina Veterinária da CPLP
(VIII Reunião de Medicina Veterinária – Ilha do Sal, 29 de Novembro a 2 de Dezembro de 1999).

VIII.18 - Associação de Economistas de Língua Portuguesa, AELP
(VI Encontro de Economistas de Língua Portuguesa - Luanda, 11 a 13 de Abril de 2006).

VIII.19 – Organização dos Chefes de Polícia da CPLP
(Reunião Constitutiva da Organização dos Chefes de Polícia da CPLP - Luanda, 26 a 27 de Março de 2007).

IX - Outros

IX.1 – Comissão para o Desenvolvimento das Associações de Cegos dos Países de Língua Portuguesa (CDAC)

(Reunião da CDAC realizada à margem da Assembleia-Geral da União Mundial de Cegos – Cape Town, Dezembro de 2004).

IX.2 - Associações de Estudantes de Língua Portuguesa

IX.2.1 – LEUPLOP – Liga dos Estudantes do Ensino Superior

(Colóquio “A Participação da CPLP na Afirmação dos Povos Lusófonos” – Luanda, 17 a 24 de Julho de 2006).

IX.2.2 - Encontros Lusófonos de Estudantes do Ensino Superior

(I Encontro Lusófono de Estudantes do Ensino Superior – Alcobaça, 18 a 20 de Abril de 2001).

IX.3 - Agência CRIA (Agência dos Países de Língua Portuguesa e do Território de Macau para o Clima e Respectivas Implicações Ambientais).

IX.3.1 - Jornadas sobre Clima e Aplicações na CPLP

(III Jornadas sobre Clima e Aplicações na CPLP – Évora, 15 a 18 de Maio de 2002).

IX.3.2 - Rede de Organizações sobre Alterações Climáticas da CPLP

(Reuniões da Rede de Organizações sobre Alterações Climáticas da CPLP).

IX.4 - Congressos de Ciências da Comunicação da CPLP

(V Congresso de Ciências da Comunicação da CPLP – Maputo, 16 a 19 de Abril de 2002).

IX.5 - Federação das Associações Cívicas do Espaço Lusófono (FA-CEL)

(I Congresso das Associações Cívicas dos Países de Língua Portuguesa - Luanda, 18 de Abril de 2001).

IX.6 - Fórum da Juventude da CPLP

(III Assembleia-Geral do Fórum da Juventude da CPLP - Coimbra, 6 a 8 de Junho de 2005).

(I Conferência da Juventude da CPLP sobre o VIH/SIDA - Bissau, 11 a 13 Abril 2006).

IX.7 - Fórum das Mulheres da CPLP

(I Conferência das Mulheres da CPLP – Salvador da Bahia, Janeiro e Fevereiro de 2000).

IX.8 - Fórum das Organizações dos Deficientes da CPLP

(I Encontro de Artistas Portadores de Deficiência da CPLP – Praia, 3 a 6 de Junho de 1998).

IX.9 - Outros

IX.9.1 – Administração Interna e Segurança

(II Encontro dos Directores de Estradas dos Países de Língua Portuguesa (DEPLP) – Lisboa, 3 de Outubro de 2006).

(III Encontro dos Directores de Estradas dos Países de Língua Portuguesa (DEPLP) – previsto para 2007, em Angola).

(I Encontro das Entidades Responsáveis pelo Controlo Civil das Forças de Segurança no Países de Língua Portuguesa – Lisboa e Sintra, 12 e 13 de Dezembro de 2006)

IX.9.2 – Comunicação Social

(VI Congresso Internacional do Jornalismo de Língua Portuguesa – Lisboa, 10 e 11 de Janeiro de 2005).

(I Festival de Rádios Comunitárias da CPLP - Bissau, 14 a 20 de Março de 2006).

IX.9.3 – Desporto

(V Edição de Jogos Desportivos da CPLP - Luanda, 12 a 18 de Agosto de 2005).

(I Jogos da Lusofonia – Macau, 7 a 15 de Outubro de 2006).

IX.9.4 – Economia e Sector Empresarial

(I Encontro de Organismos de Fiscalização das Actividades Económicas dos Países da CPLP - Lisboa, 20 e 21 de Outubro de 2005).

(II Encontro de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa - Lisboa 10 e 11 de Abril de 2006).

(II Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa – Macau, 24 e 25 de Setembro de 2006).

IX.9.5 – Educação

(II Encontro de Especialistas de História da CPLP - Lisboa, 29 a 31 de Março de 2006).

IX.9.6 – Saúde

(I Seminário sobre Terapêutica de Malária da CPLP – Lisboa, 9 a 11 de Outubro de 2006).

(Reunião das Autoridades Nacionais de Luta Contra a SIDA da CPLP – prevista para 2007).

LIDEL - Líder no ensino de Português Língua Estrangeira e Português Língua Segunda!



Livros técnicos e universitários p/ estudantes e quadros técnicos dos países lusófonos!
VISITE-NOS EM: www.lidel.pt

SUFRAMA 40 ANOS. FUTURO ABERTO PARA NOVAS CONQUISTAS.

S U F R A M A



Ao completar 40 anos, a Suframa comemora mais que um aniversário: os resultados alcançados nos últimos anos e muitos avanços em toda a sua história mostram que o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) está pronto para maiores conquistas no futuro.

BIOTECNOLOGIA

O Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) é uma das ações da Suframa em favor do fomento à pesquisa na região. O CBA promove o estudo da biodiversidade amazônica, visando o desenvolvimento regional de produtos, processos e serviços biotecnológicos, nas áreas da saúde humana, agronegócio e industrial. Seu objetivo é contribuir para a criação de parques bioindustriais locais de importância internacional, compostos por empresas e instituições de renome e capazes de gerar mais emprego e renda para a população.

MATRIZ ENERGÉTICA

Em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o CBA conseguiu aumentar de 20% para 82% a taxa de germinação de uma variedade híbrida de dendê, o que representa ganhos de produtividade para o produtor rural em cada pé de dendê plantado, viabilizando economicamente ainda mais o seu negócio. Também significa a consolidação do uso do dendê como matéria-prima para biocombustível. Este é outro exemplo do apoio da Suframa a processos produtivos baseados na biodiversidade regional, favorecendo a geração de emprego, renda e cidadania para as populações locais.

NOVAS TECNOLOGIAS

O modelo Zona Franca de Manaus avança em novas frentes tecnológicas, como micro e nanotecnologia, ganhando atualidade e competitividade. Os resultados práticos aparecem na forma de novos produtos para consumo e até para inclusão digital e social. É o caso do mouse ocular, que permite o uso do computador para pessoas com deficiência motora. E também do marcapasso digital, tecnologia criada na região capaz de beneficiar um grande número de pacientes cardíacos.

CAPITAL INTELECTUAL

A Suframa, em parceria com instituições de ensino, busca fomentar a formação de capital intelectual, com o objetivo de criar lideranças nas áreas técnico-científicas. Os resultados atuais: implantação de cinco doutorados, 10 mestrados e sete especializações, em áreas como Engenharia de Produção, Patologias Tropicais, Transporte e Logística, Informática e Biotecnologia. Os benefícios dessa ação atingem mais de 600 estudantes em toda a Amazônia.

INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A Suframa realiza investimentos em infra-estrutura, como pontes, estradas vicinais, silos graneleiros, indústrias de beneficiamento de alimentos, complexos turísticos, entre outros, além de ações para geração de emprego e renda, em toda a sua área de abrangência: os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e os municípios de Macapá e Santana, no Amapá.

FORTELECIMENTO DO PIM

As mais de 450 empresas do Pólo Industrial de Manaus (PIM), que geram mais de 500 mil empregos diretos e indiretos, alcançaram em 2006 um faturamento de US\$ 22.8 bilhões de dólares, resultado 20,5% maior que o verificado em 2005. Comemorando bons resultados e recordes atingidos nos últimos anos, a Suframa trabalha para aumentar a participação da ZFM na economia do País, atuando no fortalecimento do PIM e a sua inserção competitiva internacional, com a atração de novas empresas e a manutenção da competitividade industrial do modelo.

www.suframa.gov.br



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior



O mar é elemento de ligação e expansão dos Estados-membros da CPLP.



Contactos Úteis

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Rua de S. Caetano, n.º 32
1200-829 Lisboa
Portugal
www.cplp.org
comunicacao@cplp.org

Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)

Casa Cor-de-Rosa
Rua Andrade Corvo, n.º 8
C.P. n.º 382, Praia – República de Cabo Verde
Tel.: (00238) 261 95 04 / 261 96 73
Fax: (00238) 261 95 02
www.iilp-cplp.cv
iilp.secretariado@cvtelecom.cv

Embaixada da República de Angola em Portugal

Av. da República, 68
1050 Lisboa
Tel.: 21 782 74 60
<http://www.embaixadadeangola.org>
gabembangola@hotmail.com

Missão Permanente da República Federativa do Brasil junto à CPLP

Avenida da Liberdade, n.º 180 A, 10.º Andar
1250-146 Lisboa
Tel.: 21 356 83 60
Fax: 21 357 30 27
missao@brasilcplp.org

Embaixada da República de Cabo Verde

Avenida do Restelo, n.º 33
1449-025 Lisboa
Tel.: +351 213 041 440
Fax: +351 213 041 466
e-mail: info@embcv.pt

Embaixada da República da Guiné-Bissau em Lisboa

Rua Alcolena, n.º 17
1400-004 Lisboa
Tel.: 21 303 0440
Fax: 21 303 0450

Embaixada da República de Moçambique em Lisboa

Avenida de Berna, n.º 7
1050-036 Lisboa
Tel.: 21 797 19 94
Fax: 21 793 27 20

Embaixada da República Democrática de São Tomé e Príncipe em Lisboa

Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 26 - 6.º
1000-017 Lisboa
Tel.: 21 846 19 17/8
Fax: 21 846 18 95

Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Lisboa

Avenida Infante Santo, n.º 17 - 6.º E
1350-175 Lisboa
Tel.: 21 393 37 30/31/32
Fax: 21 393 37 39
E-mail: etta-Lx@netc.pt

Observadores Consultivos:

Academia Brasileira de Letras

Av. Presidente Wilson, 203
Castelo
CEP 20030-021
Rio de Janeiro – Brasil
Tel.: 0055-2139742500
<http://www.academia.org.br>

AMI – Assistência Médica Internacional

R. José do Patrocínio, 49
Marvila 1949-008 Lisboa
Tel.: 00 351 218362100

<http://www.fundação-ami.org/ami/matriz.asp>

Associação das Universidades de Língua Portuguesa

(ver AULP)

Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Portuguesa ACOCOLOP

Travessa da Memória, 36-38
1300-403 Lisboa
Tel.: 213617260

Associação Saúde em Português

Av. Elísio de Moura, 471 - 1.º
3030-103 Coimbra
Tel.: 239702723

Circulo de Reflexão Lusófona

Rua do Alto do Duque, 39
1400-009 Lisboa
Tel.: 213031864

Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa

Rua de Buenos Aires, 11
Tel.: 213931200
<http://www.ugt.pt>

Conselho Empresarial da CPLP

Edifício Logoplaste
Estrada de Malveira, 900
2750-782 Cascais
Tel.: 214858600
<http://www.elo-online.org/conselho.htm>

Fórum da Juventude da CPLP

Rua dos Douradores, n.º 106-5.º
1100-207 Lisboa
Tel.: 218802130

Fundação Bial

Av. Siderurgia Nacional
4745-457 S. Mamede do
Coronado
Tel.: 229866100
[http:// www.bial.com/](http://www.bial.com/)

**Fundação Calouste
Gulbenkian**

Av. de Berna, 456
1067-001 Lisboa
Tel.: 217823639
[http:// www.gulbenkian.pt](http://www.gulbenkian.pt)

Fundação Luso-Americana

Rua do Sacramento à Lapa, 21
1249-090 Lisboa
Tel.: 213935800
<http://www.flad.pt>

Fundação Luso-Brasileira

Rua de São Marçal, 77-79
1200-419 Lisboa
Tel.: 213407150
<http://www.fund-luso-brasileira.org>

**Fundação para a Divulga-
ção das Tecnologias de
Informação**

Av. da Liberdade, 194 - 8º
Tel.: 213910441
<http://www.juventude.gov.pt>

**Fundação para o Desen-
volvimento da Comunidade**

Av. 28 de Setembro, Edifício Ti-
mes Square, bloco 2, nº 12504
CP 4206 Maputo – Moçambique
Tel.: 0025821355300
[http:// www.fdc.org.mz](http://www.fdc.org.mz)

**Médicos do Mundo
Portugal**

Av. de Ceuta (sul) Lt. 4- Loja 4
1300-125 Lisboa
Tel.: 213612021
www.medicosdomundo.pt

**União das Misericórdias
Portuguesas**

Calçada das Lages, 124
1900-292 Lisboa
Tel.: 218155342
<http://www.ump.pt>

**Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnolo-
gias (ver AULP)**

**Observadores apro-
vados ad Referendum
pelo Conselho de
Ministros:**

**Comissão InterPaíses/Paí-
ses de Língua Oficial Portu-
guesa**

Fundação Botafogo – São
Paulo – Brasil
<http://www.frsp.org>

**Comunidade Médica de
Língua Portuguesa**

Tel.: 218427100

Fundação Champalimaud

<http://www.fchampalimaud.org>

**FESA – Fundação Eduardo
dos Santos**

<http://www.fesa.og.ao/>

Fundação Mário Soares

[http:// www.fundacao-mario-soares.pt](http://www.fundacao-mario-soares.pt)

Fundação Oriente

<http://www.foriente.pt>

Fundação Oswaldo Cruz

[http:// www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br)

Fundação Portugal-África

<http://www.fportugalafrica.pt>

**Instituto Histórico e Geo-
gráfico Brasileiro**

[http:// www.ihgb.org.br](http://www.ihgb.org.br)

**Instituto de Higiene e Me-
dicina Tropical**

<http://www.ihmt.unl.pt/>

**Paramédicos de Catás-
trofe Internacional**

Tel.: 912948244

**Real Gabinete Português
de Leitura**

<http://www.realgabinete.com.br/>

**União dos Advogados de
Língua Portuguesa**

Tel.: 218823550

**Universidade Estadual de
Campinas**

www.unicamp.br

**Universidade Federal da
Bahia**

www.ufba.br

**União das Cidades
Capitais Luso-Afro-
Américo-Asiáticas
(UCCLA – União das
Cidades Capitais de
Língua Portuguesa)**

Rua de São Bento, 640
1250-222 Lisboa – Portugal
Tel.: +(351) 21 384 5600
Fax: +(351) 21 385 25 96
uccla@uccla.pt

Membros Efectivos:

**Câmara Municipal de
Bissau**

Av. Domingos Ramos
Caixa Postal 34
Bissau
República da Guiné-Bissau
Tel.: (00245) 206 477
Fax: (00245) 201 032

**Comité de Estado da Re-
gião de Bolama/Bijagós**

Rua 5 de Outubro
Caixa Postal nº 37 - Bolama
República da Guiné-Bissau
Tel. (00245) 811 141
Fax (00245) 201 032

Distrito Federal de Brasília

Palácio do Buriti – Praça do
Buriti - 70075 Brasília DF - Brasil

Tel.: (0055613) 441 44 00
 Fax: (0055613) 441 44 66
 mailto:gabgov@buriti.br.gov.br
 http://www.distrifederal.
 df.gov.br/

Comité de Estado da Região do Cacheu

Av. IV Centenário do Cacheu
 Caixa Postal nº 1 - Cacheu
 República da Guiné-Bissau
 Tel.: (00245) 921 129
 Fax: (00245) 203 300

Administração do Distrito de Díli

Rua Mouzinho de Albuquerque
 - Díli
 República Democrática de
 Timor-Leste
 Tel.: (00670) 331 25 53
 Fax: (00670) 331 25 26

Câmara Municipal de Guimarães

Largo Cónego José Maria
 Gomes
 4810-242 Guimarães
 Portugal
 Tel.: (00351) 253 421 200
 Fax: (00351) 253 515 134
 camaraguimaraes@mail.tele-
 pac.pt
 www.cm-guimaraes.pt

Conselho Municipal da Ilha de Moçambique

Caixa Postal 104
 Ilha de Moçambique
 República de Moçambique
 Tel.: (0025826) 610 132/610
 126/610 097
 Fax: (0025826) 610 132/610
 126/610 097
 c.jasso@teledata.mz

Câmara Municipal de Lisboa

Praça do Município
 1149-014 Lisboa
 Portugal
 Tel.: (00351) 213 227 000
 Fax: (00351) 213 236 279
 câmara@cm-lisboa.pt
 http://www.cm-lisboa.pt/

Governo Provincial de Luanda

Largo Irene Cohen, 1
 Caixa Postal 1227 - Luanda
 República de Angola
 Tel.: (002442) 223 922 97
 Fax: (002442) 223 339 02
 www.gpl.gov.ao

Macau - Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais

Av. Almeida Ribeiro 163
 C.P. 3054 - Macau
 Tel.: (00853) 336 400
 Fax (00853) 341 890
 www.iacm.gov.mo

Conselho Municipal de Maputo

Praça da Independência
 Caixa Postal 251 - Maputo
 República de Moçambique
 Tel.: (0025821) 21 356 100 -
 Extensão: 2039/2060
 Fax: (00258) 320 053
 Website: Conselho municipal
 de Maputo

Oecussi-Ambeno (Timor)

Presidente: Dr. Francisco Mar-
 ques
 Tel.: (00670)726 24 03

Câmara Municipal da Praia

Praça Alexandre de Albuquerque
 Caixa Postal 108
 Plateau - Praia Santiago
 República de Cabo Verde
 Tel.: (002382) 615 221
 Fax: (002382) 611 242
 www.cmpraia.cv

Câmara Municipal de Ribeira Grande

Largo Cons. Hintze Ribeiro
 Tel.: 296 472 118
 geralcmrg@cm-ribeiragrande.
 pt

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Palácio da Cidade
 Rua de São Clemente, 360

22260-000 Rio de Janeiro
 República Federativa do Brasil
 Tel.: (005521) 22 86 10 45 -
 22 86 22 39 - 22 86 30 40
 Fax: (005521) 22 73 99 77 /
 22 86 92 46
 gpcrri@pcrj.rj.gov.br
 www.rio.rj.gov.br/

Prefeitura Municipal de Salvador da Bahia

Palácio Tomé de Sousa
 Praça Municipal - Centro
 40.020 - 100 - Salvador da
 Bahia
 República Federativa do Brasil
 secrri@pms.ba.gov.br
 www.salvador.ba.gov.br

Santo António do Príncipe

Governo Regional do Príncipe
 República Democrática de S.
 Tomé e Príncipe
 Tel.: 00 (239) 251 011

São Tomé / Água Grande Câmara Distrital de Água Grande

Caixa Postal 10
 São Tomé
 República Democrática de São
 Tomé e Príncipe

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Av. Santos Dumont, 67, 2º ,
 1050-203
 Lisboa - Portugal
 Tel.: (+351.21.) 781.63.60/8
 Fax: (+351.21.) 781.63.69
 aulp@aulp.org

Membros:

Angola:

Instituto superior privado de angola - ISPRA

Endereço: Parque da Filda - (à
 Estrada de Catete)
 Código Postal: Luanda

Tel.: (0024422) 265 645 /
265 646
Fax: (0024422) 265 647
secretariageral@mail.ispra.ao
www.netangola.com/ispra

Universidade Agostinho Neto

Av. 4 de Fevereiro, n.º. 7 - 2.º.
Caixa Postal 815 - Luanda
Tel.: (0024422) 2311 125 /
2310 341
Fax: (0024422) 2310 283 /
2310 887
uan@nexus.ao
reitor@nexus.ao
www.uan.ao

Universidade Católica de Angola

R. Nossa Senhora da Muxima,
29 - 2064 Luanda
Tel.: (0024422) 233 99 07
Fax: (0024422) 239 87 59
info@ucan.edu
filomeno_dias@ucan.edu
www.ucan.edu

Universidade Independente de Angola - UNIA

Rua da Missão, Bairro Morro
Bento II, Corimba, Luanda
Tel.: (0024422) 2395 775 /
2338 970 / 912 319 528
Fax: (0024422) 2392 691

Universidade Jean Piaget de Angola

Bairro Capalanca
Caixa Postal: 81 - Viana,
Luanda
10365 - Brito Godins
Tel.: (0024422) 230 11 48 / 92
Fax: (0024422) 290 872
jrocha_piaget@hotmail.com
bbcarloss@hotmail.com
i.piaget@netangola.com
www.ipiaget.org

Brasil

Faculdades Integradas do Brasil - Unibrasil

Rua Konrad Adenauer, 442

82.820-540 Curitiba - Paraná
Tel.: (0055) 413 614 284
inter@unibrasil.com.br
www.unibrasil.com.br

Centro Universitário Nove de Julho - Uninove

Rua Diamantina, 302
Vila Maria - 02117-010
Tel.: (005511) 6633-9000
Fax: ((005511) 6633-9194
www.uninove.br
marketing@uninove.br

Instituto Latino Americano de Direito de Integração

Caixa Postal 1240
90.001.970
Portalegre - RS - Brasil

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Campus Universitário
Rodovia D. Pedro I, Km. 136,
Parque das Universidades
13012-970 Campinas - SP
Tel.: (005519) 3756 7010 /
3756 7288
Fax: (005519) 3256 8477 /
3756 7366
reitoria@puc-campinas.br
pewilson@puc-campinas.edu.
br
www.puc-campinas.br

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rua Monte Alegre, 984
Perdizes
05014-901 São Paulo - SP
Telefone (005511) 367 08 010 /
367 08 278 (reitoria)
Fax (005511) 367 08 505
@ reitoria@pucsp.br
@ arii@pucsp.br
url www.pucsp.br

Universidade Bráz Cubas

Av. Francisco Rodrigues Filho,
1233 Bairro do Mogilar
Caixa Postal: 511
08773-380 Mogi das Cruzes
- São Paulo
Tel.: (005511) 479 02256 /
479 18000

Fax: (005511) 479 03844 /
4790 2256
ritaescobar@brazcubas.br /
mchermann.reitor@brazcubas.
br
www.brazcubas.br

Universidade Católica de Brasília

EPCT Q. S. 07 Lote 01 - Águas
Claras
71.966-700 Taguatinga
Distrito Federal
Tel.: (005561) 356 91 47 /
356 91 48
Fax: (005561) 356 18 00 /
356 30 10
ucb@ucb.br
dnuquini@ucb.br
www.ucb.br

Universidade Católica de Goiás

Av. Universitária, 1440 - Setor
Universitário - Caixa Postal: 86
74.605-010 Goiânia - Goiás
Tel.: (005562) 227 10 03 /
227 10 02
Fax: (005562) 227 10 05 /
227 10 10
reitoria@ucg.br
ucg@ucg.br
www.ucg.br

Universidade Cidade de S. Paulo

Rua Cesário Galeno, 432/448
Tatuapé
03071-000 São Paulo - SP
Tel.: (005511) 217 812 00
Fax: (005511) 217 814 15
gabreit@unicid.br
lauricio@unicid.br
www.unicid.br

Universidade Cruzeiro do Sul

Av. Dr. Ussiel Cirilo, 225
São Miguel Paulista
08060-070 São Paulo - SP
Tel.: (005511) 384 931 35 /
613 757 08
Fax: (005511) 613 757 00 /
613 757 60
adair.pereira@unicsul.br

uniczul@uniczul.br
www.uniczul.br

Universidade da Amazônia

Av. Alcindo Cacela, 287 Bairro Umarizal
66.060-000 Belém - Pará
Tel.: (005591) 212 30 01 / 210 30 00
Fax: (005591) 225 39 09
reitor@unama.br
internacional@unama.br
www.unama.br

Universidade da Região de Campanha

Av. Tupy Silveira, 2099 - Centro
96.400.110 Caixa Postal: 141 Bagé - Rio Grande do Sul
Tel.: (0058553) 242 82 44
Fax: (005553) 242 88 98
urcamp@attila.urcamp.tche.br
www.urcamp.tche.br

Universidade da Região de Joinville

Campus Universitário, s/nº
Bom Retiro Caixa Postal: 246
89.201-972 - Joinville - Santa Catarina
Tel.: (005547) 461 60 51 / 461 90 00
Fax: (005547) 473 01 31 / 461 90 53
cristala@univille.edu.br
reitoria@univille.edu.br
www.univille.edu.br

Universidade de Alfenas

Rod. MG 179, Km 0 Campus Universitário Caixa Postal: 23
37.130-000 - Alfenas - Minas Gerais
Tel.: (005535) 329 930 00
Fax: (005535) 329 938 00 / 329 144 03
unifenas@unifenas.br
www.unifenas.br

Universidade de Brasília (Fundação)

Prédio da Reitoria, Subsolo, sala 21 - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte
70.910-900 - Brasília - Distrito

Federal
Tel.: (005561) 348 20 22 / 307 26 00
Fax: (005561) 272 00 03 / 274 26 49
integral@guarany.cpd.unb.br
unb@unb.br
www.unb.br

Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 - Bairro Petrópolis
95.901-970
Caixa Postal: 1352 Caxias do Sul - Rio Grande do Sul
Tel.: (005554) 218 2318
Fax: (005554) 212 10 49 / 218 23 18
larizzon@ucs.br
lstalliv@ucs.br
www.ucsbr

Universidade de Itaúna

Av. Dona Cota, 397 - Itaúna
35680-033 - Minas Gerais
Tel.: (005537) 242 16 22
Fax: (005537) 242 16 22
uit@uit.br
www.uit.br

Universidade de Fortaleza-

Av. Washington Soares, 1321 Bairro Edson Queiroz
Caixa Postal: 1258
60.811-905 Fortaleza - Ceará
Tel.: (005585) 477 3000
Fax: (005585) 477 3055
reitoria@unifor.br
www.unifor.br

Universidade de Franca

Av. Dr. Armando Salles Oliveira, 201 - Parque Universitário
Caixa Postal: 82
14.404-600 - Franca - São Paulo
Tel.: (005516) 371 188 51 / 371 188 88 / 371 188 86
Fax: (005516) 371 188 81
reitoria@unifran.br
www.unifran.br

Universidade de São Paulo

Rua da Reitoria, 109 - Cidade Universitária - Butantã
05.508-900 - São Paulo - SP
Tel.: (005511) 381 550 39 / 309 135 28 / 29 / 93
Fax: (005511) 815 56 65 / 381 437 42
gr@edu.usp.br
ccint@edu.usp.br
www.usp.br

Universidade de Taubaté

Rua 4 de Março, 432 - Bairro Centro
12.020.270 - Taubaté - São Paulo
Tel.: (005512) 225 41 00
Fax: (005512) 232 76 60
reitoria@unitau.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524 Maracanã - 20559-900
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (005521) 2587 75 92 / 2587 77 20
Fax: (005521) 2284 50 33 / 2204 04 42
reitoria@uerj.br
nilcea@uerj.br
www.uerj.br

Universidade do Vale de Itajaí

Rua do Uruguai, 458
Caixa Postal: 360 - 88.302.202 Itajaí - Santa Catarina
Tel.: (005547) 341 75 20 / 341 75 75
Fax: (005547) 341 75 77
reitoria@univali.br
www.univali.br

Universidade Estadual de Campinas

Cidade Universitária "Zeferino" Vaz s/nº - Barão Geraldo
13083-970 - Campinas São Paulo
Tel.: (005519) 3788 2121 / 3788 4720
Fax: (005519) 3788 4789 / 3788 4701

cori@unicamp.br
gabinete@reitoria.unicamp.br
www.unicamp.br

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

Rua Quirino de Andrade, 215
- 12º Andar
01419-010 - Centro
São Paulo - SP
Tel.: (005511) 5627 0608 /
5627 0519
Fax: (005511) 5627 0103
reitor@unesp.br carrijo@reitoria.
unesp.br
www.unesp.br

Universidade Federal de Alagoas

Campus A. C. Simões BR 104
- Norte, Km 97 Tabuleiro do
Martins
57072-970 - Maceió - Alagoas
Tel.: (005582) 214 10 02 /
214 10 01
Fax: (005582) 214 17 00
reitor@reitoria.ufal.br
www.ufal.br

Universidade Federal de Mato Grosso

Av. Fernando Corrêa, s/nº
Caxipó
78.060-900 - Cuiabá
Mato Grosso
Tel.: (005565) 615 8302 / 8000
Fax: (005565) 661 51 19
reitoria@cpd.ufmt.br
www.cpd.ufmt.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627 Cam-
pus Universitário Pampulha
31.270-901 - Belo Horizonte
Minas Gerais
Tel.: (005531) 349 941 27 /
349 941 28
Fax: (005531) 349 941 30
reitor@reitoria.ufmg.br
www.ufmg.br

Universidade Federal de Pelotas

Campus Universitário, s/nº
Caixa Postal: 354
96010-900 - Pelotas - Rio
Grande do Sul
Tel.: (005553) 275 71 04
Fax: (005553) 275 90 23/
275 74 04
reitor@ufpel.tche.br
www.ufpel.tche.br

Universidade Federal de Pernambuco

Av. Prof. Moraes Rêgo, nº. 1235
Cidade Universitária - Engenho
do Meio
50670-901 - Recife
Pernambuco
Tel.: (005581) 2126 8000
Fax: (005581) 2126 8029
reitor@ufpe.br
gabinete@ufpe.br
www.ufpe.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário, s/nº
Bairro Trindade
88.040-900
Caixa Postal: 476
Florianópolis - Santa Catarina
Tel.: (005548) 331 95 96 /
331 94 63
Fax: (005548) 234 40 69
gabinete@reitoria.ufsc.br
www.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Maria

Campus Universitário Camobí
97.105-900 - Santa Maria
Rio Grande do Sul
Tel.: (005555) 220 80 02 /
83 00
Fax: (005555) 220 80 01
gabinete@adm.ufsm.br
reitor@adm.ufsm.br
www.ufsm.br

Universidade Federal de São Carlos

Rodovia Washington Luís, Km
235 - Caixa Postal: 676
13.565-905 - São Carlos - SP

Tel.: (005516) 260 81 01 /
260 81 68
Fax: (005516) 261 20 81 /
261 48 46
reitoria@power.ufscar.br
reitor@power.ufscar.br
www.ufscar.br

Universidade Federal de São Paulo

Rua Botucatu, nº. 740 - Vila
Clementino
04.023-900 São Paulo - SP
Tel.: (005511) 5549 7699 /
7890
Fax: (005511) 5576 4313
unifesp@epm.br
reitoria@epm.br
www.epm.br

Universidade Federal de Sergipe

Cidade Universitária “Prof.
José Aloísio de Campos”
Av. Marechal Rondon, s/n -
Jardim Rosa Elze
Caixa Postal: 353
49.100-000 - São Cristóvão
- Sergipe
Tel.: (005579) 212 66 00
Fax: (005579) 212 64 74
navarro@ufs.br
lindete@ufs.br
www.ufs.br

Universidade Federal de Viçosa

Av. Peter Henry Rolfs, s/nº -
Campus Universitário
36.571-000 Viçosa - Minas
Gerais
Tel.: (005531) 3899 2174 /
3899 1236
Fax: (005531) 3899 2405
reitoria@mail.ufv.br
www.ufv.br

Universidade Federal do Maranhão

Praça Gonçalves Dias, 351
Palácio Cristo Rei - Centro
65.020-240 São Luis -
Maranhão
Tel.: (005598) 231 80 47/
221 57 28

Fax: (005598) 221 52 85
ufmagr@ufma.br
diai@ufma.br
www.ufma.br

Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Correia, nº1 -
Prédio da Reitoria, 3º - Guama
66.075.110 - Belém - Pará
Tel.: (005591) 211 11 15 /
221 11 12
Fax: (005591) 211 16 75
cdiniz@ufpa.br
franr@ufpa.br
www.ufpa.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Brigadeiro Trompovsky,
s/nº 2º - Cidade Universitária
21941-590 - Rio de Janeiro RJ
Tel.: (005521) 259 896 00 /
259 816 09 / 2598 1610
Fax: (005521) 2598 1605
scri@reitoria.ufrj.br
www.ufrj.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rua Paulo Gama, 110 - 6º
andar
90.040-060 Porto Alegre - Rio
Grande do Sul
Tel.: (005551) 3316 3600 /
3902
Fax: (005551) 3316 3973
reitor@ufrgs.br
relinter@gabinete.ufrgs.br
www.ufrgs.br

Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9 -
7º andar - Icaraí
24.220-000 - Niterói - Rio de
Janeiro
Tel.: (005521) 262 952 05 /
262 652 06
Fax: (005521) 2620 45 53 /
2719 60 84
reitor@gar.uff.br
gabinete@gar.uff.br
www.uff.br

Universidade Guarulhos

Praça Teresa Cristina, 01 -
Centro - 07.023.-070
Guarulhos - São Paulo
Tel.: (005511) 6464 1700 / 1684
Fax: (005511) 6464 1758
ung@ung.br
www.ung.br

Universidade Iguazu

Avenida Abílio Augusto Távora,
nº 2134 - 26.255-360 Nova
Iguazu - Rio de Janeiro
Tel.: (005521) 2666 20 18 /
2666 20 01
Fax: (005521) 2667 1687 /
2666 20 24
reitoria@unig.br
www.unig.br

Universidade Metodista de Piracicaba

Rua Rangel Pestana, 762
Centro - Caixa Postal: 68
13.400-901 Piracicaba - SP
Tel.: (005519) 3124 1515
Fax: (005519) 3124 1850
unimep@unimep.br
www.unimep.br

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Rua da Consolação, 896 - 10º
01.302-907 São Paulo - SP
Tel.: (005511) 2114 8437 /
2114 8548 / 2114 8186
Fax: (005511) 3214 31 02
www.mackenzie.br
acoi@mackenzie.br

Universidade Regional de Blumenau

Rua Antônio da Veiga, 140
Caixa Postal: 1507
89.012-971 - Blumenau - Santa
Catarina
Tel.: (005547) 321 02 00 /
321 03 79
Fax: (005547) 322 88 18
reitoria@furb.rct-sc.br
www.furb.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul -

Rua São Francisco, 501 - São
Geraldo - Caixa Postal: 560
98.700-000 - Ijuí
Rio Grande do Sul
Tel.: (005555) 333 202 00
Fax: (005555) 333 291 00
paginas@unijui.tche.br
www.unijui.tche.br

Universidade de São Francisco

Av. São Francisco de Assis, 218
12.916-900 - Bragança Paulista
São Paulo
Tel.: (005511) 403 480 00
Fax: (005511) 403 418 25
nogara@usf.com.br
www.usf.com.br

Universidade Salgado de Oliveira

Rua Marechal Deodoro, 263
Centro - 24.020 -240 - Niterói
- Rio de Janeiro
Tel.: (005521) 3604-6362
Fax: (005521) 2620 5206
reitoria@nt.universo.br
www.universo.br

Universidade Vale do Rio Doce

Rua Moreira Sales 850
Vila Bretas - Minas Gerais
Caixa Postal 295
35.030-390 - Governador
Valadares
Tel.: (0033) 327 950 04
Fax: (0033) 327 950 02
reitoria@univale.br
www.univale.br

Cabo Verde

Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento agrário - INIDA

São Jorge do órgãos - Cidade
da Praia
Caixa Postal 84 Cidade da
Praia
Tel.: (00238) 711 147 / 711 161
Fax: (00238) 711 133 / 711 155
inida@cvtelecom.cv
jozulevy@cvtelecom.cv

Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais - ISCEE

Praça José Lopes - Mindelo
Caixa Postal: 827 São Vicente
Tel.: (00238) 2324 070
Fax: (00238) 2323 107
@iscee@cvtelecom.cv

Instituto Superior de Educação - ISE

Palmarejo, Cidade da Praia
Caixa Postal 279 Santiago
Tel.: (00238) 629112 / 629 173 / 629 145
Fax: (00238) 627 655
paulinofortes@hotmail.com
pise@cvtelecom.cv

Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar - ISECMAR

Ribeira de São Julião - S. Vicente
Caixa Postal 163 Mindelo
Tel.: (00238) 32 1129 / 31 4561 / 31 4841
Fax: (00238) 311806
cruzalisa8@hotmail.com
nniøø120@milton.cvtelecom.cv
www.isecmar.cv

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Código Postal Palmarejo Grande - Cidade da Praia
Caixa Postal 775
Tel.: (00238) 260 90 00
Fax: (00238) 260 90 20
info@caboverde.ipiaget.org
www.caboverde.ipiaget.org

Guiné-Bissau

Universidade Amílcar Cabral

Bairro da Ajuda, 2ª fase (Ex-Complexo Desportivo 14 de Novembro)
Caixa Postal: 659
Tel.: (00245) 20 40 65 / 25 18 68 / 7
Fax: (00245) 20 22 44

univ-cabral@mail.eguitel.com
tdjalo@hotmail.com

Faculdade de Direito da Guiné-Bissau

Complexo escolar 14 de Novembro
Caixa Postal: 595 Bissau Codex
Tel.: (00245) 252 770
Fax: (00245) 204 304

Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação - INDE

Rua Dr. Herman Gmeiner
Bairro 2º fase, 7
Código Postal 132 Bissau
Tel.: (00245) 204 534 / 204 922
Fax (00245) 204 534 / 202 054 / 204 922
indebissau@hotmail.com
mbsbissau@sol.gtelecom.gw

Macau

Instituto de Formação Turística

Colina de Mong-Há, Macau
RAEM - China
Tel.: (00853) 561 252 / 598 30 85 / 84
Fax: (00853) 519 058 / 521 694
fanny@ift.edu.mo
www.ift.edu.mo

Instituto Internacional de Macau - IIM

Rua de Berlim, Edifício Nam hong, 2º (NAPE) - Macau
RAEM - China
Tel.: (00853) 751 727 / 751 767
Fax: (00853) 751 797
iim@macau.ctm.net
www.iimacau.org.mo

Instituto Inter-Universitário de Macau

NAPE, Lote 18 Rua de Londres - P - Edf. Tak Ip Plaza, 3º andar
Macau RAEM - China
Tel.: (00853) 796 44 00 / 796 44 02

Fax: (00853) 725 517
adm@iium.edu.mo
www.iium.edu.mo

Instituto Politécnico de Macau - IPM

Av. Luís Gonzaga Gomes
PO Box 286 Macau RAEM - China
Tel.: (00853) 578 722 / 599 61 14 / 00
Fax: (00853) 308 801 / 530 766
hilei@ipm.edu.mo
leihiok@ipm.edu.mo
www.ipm.edu.mo

Instituto Português do Oriente - IPOR

Rua Pedro Nolasco da Silva, n.º 45 - 1º Edifício S. Rafael
Macau RAEM - China
Tel.: (00853) 530227
Fax: (00853) 530277
info.macau@ipor.org.pt
www.ipor.org.pt

Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau) - UAIA

Av. Dr. Rodrigo Rodrigues - Edifício Royal Centre - 3º Andar
PO Box 1266 Macau RAEM - China
Tel.: (00853) 781 698
Fax: (00853) 781 691
aiou@macau.ctm.net
genoffice@aiou.edu
www.aiou.edu

Universidade de Macau - UM

Av. Padre Tomás Pereira S.J., Taipa - PO Box 3001 Macau
RAEM - China
Tel.: (00853) 831 622 / 397 43 09
Fax: (00853) 831 694
rtoivp@umac.mo
rtorpm@umac.mo
www.umac.mo

Moçambique

Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique - ISRI

Rua Damião de Gois, 100 Maputo

Tel.: (002581) 493 853 / 491 109

Fax: (002581) 493 213 / 491 506

ceei@zebra.uem.mz

www.isri.imoz.com

Instituto Superior Politécnico e Universitário de Moçambique - ISPU

Av. Paulo Samuel Kankhomba, n.º 1170

Código Postal Maputo

Tel.: (002581) 314 226 / 9

Fax: (002581) 314 340

drec@ispu.ac.mz

www.ispu.ac.mz

Universidade Eduardo Mondlane

Praça 25 de Junho, 37 - 4º Andar Caixa Postal: 257 Maputo

Tel.: (002581) 427 851 / 428 198

Fax: (002581) 326 426

bmazula@rei.uem.mz

zusta@rei.uem.mz

www.uem.mz

Universidade Pedagógica - UP

Rua Comandante Augusto Cardoso, 135

Caixa Postal: 3276 Maputo

Tel.: (002581) 420 860 / 2 / 420 861

Fax: (002581) 422 113

carlosmachili@hotmail.com

updaf@zebra.uem.mz

anamanso12@yahoo.com.br

Portugal

Academia Militar - AM

Paço da Rainha, 29
1169-203 Lisboa

Tel.: (00351) 213 186 900 / 213 186 905

Fax: (00351) 213 186 988

ciam@mail.exercito.pt

gtgc@clix.pt

www.exercito.pt/am

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril - ESHTe

Av. Conde de Barcelona
2765-470 Estoril

Tel.: (00351) 21 004 07 00

Fax: (00351) 21 004 07 19

secretaria@eshte.pt

eunice@goncalves.pt

www.eshte.pt

Instituto Camões

Rua Rodrigues Sampaio, 113
1150-279 Lisboa

Tel.: (00351) 217 955 470

Fax: (00351) 210 040 719

geral@instituto-camoes.pt

www.instituto-camoes.pt

Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e Ensino Superior - GRICES

Av. 5 de Outubro, n.º 85, 5.º
1050-050 Lisboa

Tel.: (00351) 217 828 300

Fax: (00351) 217 971 687

grices@gripes.mces.pt

www.grices.mces.pt

Instituto de Investigação Científica Tropical - IICT

Rua da Junqueira, 86 - 1º
1349-007 Lisboa

Tel.: (00351) 213 642 008 / 213 616 340

Fax: (00351) 213 622 626 / 213 631 460

iict@iict.pt

iict@teleweb.pt

www.iict.pt

Instituto Nacional de Administração - INA

Palácio dos Marquês de Pombal 2784-540 Oeiras

Tel.: (00351) 214 465 300 / 431

Fax: (00351) 214 465 476

ina@ina.pt

vitor.ruivo@ina.pt

www.ina.pt

Instituto Politécnico de Beja - IPB

Rua de Santo António, n.º 1 - A
Apartado 461

7800-957 Beja

Tel.: (00351) 284 314 402 /

284 314 400

Fax: (00351) 284 314 401

jramalho@ipbeja.pt

www.ipbeja.pt

Instituto Politécnico de Bragança

Campus de Santa Apolónia
Apartado 1038

5301-854 Bragança

Tel.: (00351) 273 303 200 /

273 303 570

Fax: (00351) 273 325 405

dionisio@ipb.pt

ipb@ipb.pt

www.ipb.pt

Instituto Politécnico de Castelo Branco - IPCB

Av. Pedro Álvares Cabral, n.º 12
6000-084 Castelo Branco

Tel.: (00351) 272 339 600

Fax: (00351) 272 339 601 /

272 339 602

ipcbsc@mail.ipcb.pt

www.ipcb.pt

Instituto Politécnico da Guarda - IPG

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro,
50 Apartado 88,

6300-559 - Guarda

Tel.: (00351) 271 220 111 /

271 222 634

Fax: (00351) 271 222 690

ipg@ipg.pt

gairi@ipg.pt

www.ipg.pt

Instituto Politécnico de Coimbra - IPC

Av. Marnoco e Sousa, 30 -
Apartado 3136

3000-271 - Coimbra

Tel.: (00351) 239 791 250

Fax: (00351) 239 791 262

politec.coimbra@mail.ipc.pt
www.ipc.pt

Instituto Politécnico de Leiria - IPLEIRIA

Rua General Norton de Matos
Apartado 4133
2411-901 - Leiria
Tel.: (00351) 244 830 010 /
244 830 014
Fax: (00351) 244 813 013 /
244 835 098
presidencia@iplei.pt
ipleiria@iplei.pt
www.ipleiria.pt

Instituto Politécnico de Lisboa

Estrada de Benfica, 529
1549-020 - Lisboa
Tel.: (00351) 217 101 213 /
217 101 200
Fax: (00351) 217 101 235 /
217 101 236
presidente@sc.ipl.pt
servicocentrais@sc.ipl.pt
www.ipl.pt

Instituto Politécnico de Portalegre - IPPORTALEGRE

Praça do Município
Apartado 84
7300-901 - Portalegre
Tel.: (00351) 245 301 500 /
245 301 525 / 245 301 527
Fax: (00351) 245 330 353
geral@mail.ipportalegre.pt
www.ipportalegre.pt

Instituto Politecnico de Santarem - IPSantarém

Compelxo Andaluz - Moinho
do Fau Apartado 279
2001-904 - Santarém
Tel.: (00351) 243 309 521 /
243 309 520
Fax: (00351) 243 309 230 /
243 332 384
ipstr.pres@mail.telepac.pt
www.ipsantarem.pt

Instituto Politécnico de Setúbal - IPS

Largo dos Defensores da Re-

pública, 1 - Apartado 188
2901-901 - Setúbal
Tel.: (00351) 265 548 820
Fax: (00351) 265 231 110
ips@spr.ips.pt
www.ips.pt

Instituto Politécnico de Tomar - IPT

Quinta do Contador - Estrada
da Serra
2300-313 - Tomar
Tel.: (00351) 249 328 100 /
249 328 119 / 249 321 500
Fax: (00351) 279 328 186 /
249 346 572
geral@ipt.pt
sec.vice-presidencia@ipt.pt
www.ipt.pt

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - IPCA

Av. Dr. Sidónio Pais, 222
4750-333 Barcelos
Tel.: (00351) 253 802 190 /
253 604 300
Fax: (00351) 253 812 281
admin@ipca.pt
www.ipca.pt

Instituto Politécnico do Porto - IPP

Rua Dr. Roberto Frias, 712
4200-465 Porto
Tel.: (00351) 225 020 996 /
225 571 002
Fax: (00351) 225 020 772 /
225 180 774
helenas@sc.ipp.pt
conceicao@sc.ipp.pt
www.ipp.pt

Instituto Politécnico de Viana do Castelo - IPVC

Praça General Barbosa (ao
Jardim D. Fernando)
Apartado 51
Tel.: (00351) 258 809 610 /
258 829 003
Fax: (00351) 258 829 065 /
258 829 005
limacarvalho@ipvc.pt
ipvc@ipvc.pt
www.ipvc.pt

Instituto Superior Politécnico de Viseu - ISPV

Av. José Maria Vale de Andra-
de - Campus Politécnico
3504-510 - Viseu
Tel.: (00351) 232 480 700 /
232 480 703 (Presidência)
Fax: (00351) 232 480 750 /
232 480 780
ssilva@ipv.pt
ipv@ipv.pt
www.ipv.pt

Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC

Av. do Brasil, nº 101
1700-066 - Lisboa
Tel.: (00351) 218 443 000 /
218 443 739
Fax: (00351) 218 443 010 / 11
linec@linec.pt
www.lnec.pt

Universidade Aberta - UAB

Palácio Ceia - Rua da Escola
Politécnica, 147
1269-001 - Lisboa
Tel.: (00351) 213 916 345 /
213 916 316
Fax: (00351) 213 973 229 /
213954 290
infosac@univ-ab.pt
mjft@univ-ab.pt
www.univ-ab.pt

Universidade Católica Portuguesa - UCP

Cam. Palma de Cima
1649-023 - Lisboa
Tel.: (00351) 217 214 000 /
217 265 838 / 217 265 817
Fax: (00351) 217 260 546 /
217 270 265
reitor@reitoria.ucp.pt
www.ucp.pt

Universidade da Beira Interior - UBI

Convento Santo António
6201-001 - Covilhã
Tel.: (00351) 275 319 007 /
275 319 700
Fax: (00351) 275 319 056 /
319 057
ubiserct@ubi.pt

gracacb@ubista.ubi.pt
www.ubi.pt

**Universidade da Madeira
- UMA**

Colégio dos Jesuitas
9000-081 - Funchal
Tel.: (00351) 291 209 400
Fax: (00351) 291 209 410
reitoria@uma.pt
www.uma.pt

**Universidade de Aveiro
- UA**

Campo Universitário de San-
tiago
3810-193 - Aveiro
Tel.: (00351) 234 370 002 /

234 370 200
Fax: (00351) 234 370 985 /
234 370 248
jpedrosa@adm.ua.pt
isegadaes@amd.ua.pt
sre@ua.pt
www.ua.pt

**Universidade de Coimbra
- UC**

Paço das Escolas
Apartado 3001
3004-531 Coimbra
Tel.: (00351) 239 859 800 /
239 859 810
Fax: (00351) 239 825 841 /
239 827 994
Fax: (00351) 239 859 813 (Ga-

binete do Reitor)
gbreitor@ci.uc.pt
www.uc.pt

Universidade de Évora - UE

Largo dos Colegiais, 2
Apartado 94
7002-554 - Évora
Tel.: (00351) 266 740 800 /
266 740 828
Fax: (00351) 266 744 /
266 744 969
jaraujo@reitoria.uevora.pt
reitoria@uevora.pt
www.uevora.pt

**Universidade de Lisboa
- UL**

Por detrás das grandes obras, estão grandes profissionais.

MSF

MORZ DA MAIA, SEIXA & FORTUNATO - EMPREITEIRAS, S.A.

Sede: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 52 r/c 1070-064 Lisboa
Tel. +351 217 213 500 | Fax. +351 217 263 399
Alvará de Construção nº 103
contactos.msf@msf.pt

Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial de Lisboa com o nº 41640
Capital Social: € 28.067.480
N.I.P.C. 500 195 838
www.msf.pt

A solidez constrói-se

A competência cultiva-se

A confiança conquista-se



Alameda da Universidade,
Cidade Universitária, Campo
Grande
1649-004 - Lisboa
Tel.: (00351) 217 976 059 /
217 967 624
Fax: (00351) 217 941 990 /
217 933 624
reitoria@reitoria.ul.pt
www.ul.pt

**Universidade de Trás-
os-Montes e Alto Douro
- UTAD**

Quinta dos Prados - Folhadela
Apartado 1014
5000-911 - Vila Real
Tel.: (00351) 259 350 000 / 170
/ 167 / 168 (Reitoria)
Fax: (00351) 259 350 480 /
259 325 058 (Reitoria)
reitoria@utad.pt
www.utad.pt

**Universidade do Algarve
- UALG**

Estrada da Penha, Campus
Penha - 8005-139 - Faro
Tel.: (00351) 289 800 100 /
289 803 560
Fax: (00351) 289 801 575 /
289 810 568
lapimpao@ualg.pt
gre@ualg.pt
www.ualg.pt

**Universidade do Minho
- UM**

Largo do Paço
4704- 553 - Braga
Tel.: (00351) 253 601 150 /
1 / 06
Fax: (00351) 253 616 936 /
253 612 248
uminho@reitoria.uminho.pt
coralia@reitoria.uminho.pt
www.uminho.pt

Universidade do Porto - UP

Praça Gomes Teixeira
4099-002 - Porto
Tel.: (00351) 220 408 000/
220 408 145 / 220 408 152
Fax: (00351) 220 408 186/7 /
220 408 183

secretariado@reit.up.pt
scppla@reit.up.pt
www.reit.up.pt

**Universidade dos Açores
- UAC**

Rua da Mãe de Deus
Apartado 1422
9501-801 Ponta Delgada
Tel.: (00351) 296 650 003 /
296 650 000
Fax: (00351) 296 650 002 /
296 650 005
uac@notes.uac.pt
www.uac.pt

**Universidade Internacional
- UI**

Estrada de Benfica, 275
1500-072 Lisboa
Tel.: (00351) 217 210 230
Fax: (00351) 217 267 422
uilx@uinternacional.pt
www.uinternacional.pt

**Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnolo-
gias**

Campo Grande, 376
1749-024 Lisboa
Tel.: (00351) 217 515 500
Fax: (00351) 217 577 006
informacoes@ulusofona.pt
www.ulusofona.pt

**Universidade Moderna
- UM**

Travessa da Saúde, 2-A Belém
1449-022 Lisboa
Tel.: (00351) 213 020 411
Fax (00351) 213 016 933 /
213 204 441
info@umoderna.pt
www.umoderna.pt

**Universidade Nova de Lis-
boa - UNL**

Campus de Campolide
1099-085 Lisboa
Tel.: (00351) 213 715 600 / 32
/ 33
Fax: (00351) 213 715 614 / 213
715 643
reitoria@unl.pt
gabreitor@unl.pt

www.unl.pt

**Universidade Técnica de
Lisboa - UTL**

Alameda de Santo António
dos Capuchos, 1 1169-047
Lisboa
Tel.: (00351) 218 811 900
Fax: (00351) 218 811 991
rutl@reitoria.utl.pt
l.silva@reitoria.utl.pt
www.utl.pt

S. Tomé e Príncipe

**Instituto Superior Politécni-
co de S. Tomé e Príncipe**

Ministério da Educação - Quin-
ta de Santo António
Caixa Postal: 41 - São Tomé e
Príncipe
Tel.: (00239) 221 466 /
223 876
Fax: (00239) 224 201 /
221 867
isptsp@cstome.net

Timor-Leste

**Universidade Nacional de
Timor-Leste**

Av. Cidade de Lisboa,
Liceu Dr. Francisco Machado
C.P. Díli - Timor-Leste
Tel.: (00670 390) 321210
Fax: (00670 390) 321211
beimitu@timorleste.net
bcorte_real@hotmail.com

Membros Associados

Estados Unidos

Brown University

Department of Portuguese
- Brazilian Studies
Box O. Providence Rhode
Island 02912 USA
Tel.: (001401) 863 30 42
Fax: (001401) 863 72 61
www.brown.edu/departa-

ments/portuguese_brazilian_studies

Casa Hispânica da Columbia University - Department of Spanish and Portuguese
612, West 116 Street New York NY 10027-7091 USA
Tel.: (001212) 854 37 64 / 854 41 87
Fax: (001212) 222 42 76
peg1@columbia.edu
www.columbia.edu/cu/gsas/depts/

Cornell University
- Department of Modern Languages and Linguistics
203 Morrill Hall, Ithaca, NY 14853 USA
Tel.: (001607) 255 42 98

Fax: (001607) 255 74 91
lingdept@cornell.edu
www.cornell.edu

Presidente Hunter Rawlings
Contacto AULP: Jura Oliveira

Georgetown University
School of Languages and Linguistics Luso Brazilian Studies
370 Street - School of Languages & Linguistics Washington DC 20057 WDC USA
Tel.: (001202) 687 56 95
Fax: (001202) 687 57 12
gerliem@gusun.georgetown.edu
www.georgetown.edu

Queens College
- Section of Luso-Brazilian

Studies
Liely Hall 243,65-3 Kissena Boulevard, Flushing, New York 11367 USA
Tel.: (001781) 997 56 60
Fax: (001781) 997 56 69
ell@qc.edu
www.qc.edu

Texas University at Austin
- Department of Spanish and Portuguese/ Brasil Center
Campus Mail Code B3700, W. Ricchardson Hall 1.310 - Austin TX 78712-1167 USA
Tel.: (001512) 471 49 36 / 471 55 51
Fax: (001512) 471 80 73 / 471 80 73 / 471 30 90
sp@mail.utexas.edu
www.sp.utexas.edu

O Banco Itaú Europa
felicitava a CPLP pelo seu
10º aniversário.



Itaú Europa

O especialista em Brasil para o mundo.

França

Universidade de Poitiers

Faculté de Lettres
(Dep. de Portugais)
95, avenue du Recteur Pineau
F-86022 Poitiers Codex
Poitiers - France
Tel.: (003349) 453 000 /
454 846
Fax: (003349) 453 286
fac.lettres@campus.univ-poi-
tiers.fr
www.univ-poitiers.fr

Itália

Associazione Culturale

“Lusitania” - Università di Bari

Facoltà de lingue e Letterature
Stranière,
Via Garrula, 6/b, 70122 Bari
- Italia
Tel.: (0039) 805 317 414 /
805 717 477
f.toriello@lingue.uniba.it

Università di Bari - Cattedra
Di Portoghese
Facoltà de lingue e Letterature
Stranière,
Via Garrula, 6/b, 70122 Bari
- Italia
Tel.: (0039) 805 317 414 /
805 717 477
Fax: (0039) 805 717 437
f.perrillo@lingue.uniba
romanmed@lingue.uniba.it
www.uniba.i

Outros:

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - IPAD

Avenida da Liberdade, nº 192
- 2º 1250-147 - Lisboa
Tel.: 351 213176700
cooperacao.portuguesa@ipad.
mne.gov.pt

Agencia Brasileira de Co- operação

Esplanada dos Ministérios,
Bloco H - Palácio do Itamaraty,
Anexo I, 8º Andar
70170-900 - Brasília, DF
Tel.: (55.61)34116881 /
34116879
www.abc.gov.br/abc/abc.asp



Fernandes & Terceiro
imprimimos as suas ideias



R. Nossa Sra. da Conceição, 7 | 2794-014 Carnaxide | Portugal | www.fterceiro.pt | Tel.: +351 21 425 92 00 | Fax.: +351 21 425 92 01 | E-mail: f3@fterceiro.pt

ENERGIAS 2007

IV ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL – PORTUGAL

Transformando oportunidades em bons negócios

Hotel Sofitel • Rio de Janeiro

6e7 de Dezembro de 2007

Prepare-se para encontrar dezenas de representantes das mais destacadas empresas do setor de energia do Brasil e de Portugal, autoridades governamentais e financiadores públicos e privados, discutir os rumos e conhecer as oportunidades de negócios de um setor que não pára de crescer.

O potencial explosivo desse mercado faz com que, atualmente, o número de investidores seja maior do que o de oportunidades de investimento. De fato, só em 2005 o capital investido em energia renovável, em todo o mundo, aumentou 62%. Passou de U\$ 30 bilhões em 2004 para U\$ 49 bilhões em 2005.

Há, portanto, espaço para novos produtos, novas idéias e novos negócios.

Participe.

Exponha todo o seu potencial e traga o futuro até a sua empresa.

ETANOL
BIOMASSA
BIOCOMBUSTÍVEIS
EÓLICA
SOLAR
ONDAS DO MAR
CORRENTES DE RIOS
MARÉS
GÁS NATURAL
PETRÓLEO E DERIVADOS
HIDROELÉCTRICA
NUCLEAR
CARVÃO MINERAL
COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS
GERAÇÃO DISTRIBUÍDA
NANO TECNOLOGIA

**Informações, inscrições
e reserva de stand**

Pelo telefone: 55-21-25705854
ou pelo e-mail:
abrapress@abrapress.com.br

ORGANIZAÇÃO:



Conselho das
Câmaras Portuguesas
de Comércio no Brasil

REALIZAÇÃO:



COORDENAÇÃO:



A Torre de Belém em Lisboa, Portugal. O ponto de partida da expansão da língua portuguesa.



Ficha Técnica

Edição e Produção:

Assessoria de Imprensa – Secretariado Executivo da CPLP

Redacção:

Nicole Guardiola (jornalista)

Colaborações:

Sua Exa. Sr. Embaixador Luís Fonseca
(Secretário Executivo da CPLP)

Sua Exa. Sr. Embaixador José Tadeu Soares
(Secretário Executivo Adjunto da CPLP)

Sua Exa. Sr. Dr. José Manuel Barroso
(Presidente da Comissão Europeia)

Sua Exa. Sr. Senador José Sarney

Sua Exa. Sr. Embaixador Assunção dos Anjos
(Embaixador de Angola em Portugal)

Sua Exa. Sr. Embaixador Lauro Moreira
(Chefe da Missão Permanente do Brasil Junto à CPLP)

Sua Exa. Sr. Embaixador Arnaldo Andrade Ramos
(Embaixador de Cabo Verde em Portugal)

Sua Exa. Sr. Embaixador Constantino Lopes da Costa
(Embaixador da Guiné-Bissau em Portugal)

Sua Exa. Sr. Embaixador Miguel da Costa Mkaima
(Embaixador de Moçambique em Portugal)

Sua Exa. Sr. Embaixador Vasco Bramão Ramos
(Director-Geral de Política Externa do MNE de Portugal)

Sua Exa. Sr.a. Embaixadora Alda Melo dos Santos
(Embaixadora de São Tomé e Príncipe em Portugal)

Sua Exa. Sr. Embaixador Manuel Soares Abrantes
(Embaixador de Timor-Leste em Portugal)

Exma. Sra. Dra. Amélia Minguas

(Directora Executiva do IILP)

Exmo. Sr. Dr. Carlos Lopes

(Sub-Secretário Geral da ONU e Director Executivo do UNITAR)

Exmo. Sr. Dr. Francisco Mantero

(Secretário-geral do Conselho Empresarial da CPLP)

Ana Neto - (Chefe de Gabinete, Secretariado Executivo (SE) da CPLP)

António Ilharco - (Assessor de Imprensa, SE CPLP)

Hélder Lucas - (Assessor Político-Diplomático, SE CPLP)

Jaqueline Andrade - (Assessora para as Organizações Internacionais, SE CPLP)

Jovelina Imperial - (Assessora para os Assuntos de Cooperação para o Desenvolvimento, SE CPLP)

Márcio Catunda Gomes - (Assessor para a Cultura, SE CPLP)

Mário Mendão - (Assessoria Jurídica, SE CPLP)

Paulo Palm - (Assessor para as Questões de Migrações e Assuntos Laborais, SE CPLP)

Sancho Coutinho - (Assessor Político-Diplomático, SE CPLP)

Tania Romualdo - (Assessora para a Educação e Língua Portuguesa, SE CPLP)

Gestão Financeira e de Patrocínios:



Av. da Liberdade, 110

1269-046 Lisboa

Tel.: +351 21 340 46 71

Fax: +351 21 340 45 75

FRANÇA: 4, rue Voltaire

66000 Perpignan

Tel.: +33 (0) 4 68 66 93 13

+33 (0) 4 68 73 76 94

Fax: +33 (0) 4 68 73 72 15

+ 33 (0) 4 88 13 05 87

www.afpi.eu.com

afpi@afpi.eu.com

Design:

M. Beatriz do N. e Silva Pottier - [bitty] graphic design

Infografias:

Sofia Rosa

Fotografias:

Agência Lusa, SE CPLP, Fernando Rosa, João Santos, Nicole
Guardiola e Agência Brasil

Execução Gráfica:

Europress - Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Rua João Saraiva, 10-A

1700-249 LISBOA - PORTUGAL

Tel.: +351 21 849 41 41

Fax: +351 21 849 20 61

E-mail: europress@mail.telepac.pt

ISBN:

978-2-9529795-1-1

Depósito Legal:

262028/07

